U.PORTO

MESTRADO INTEGRADO EM ARQUITETURA

ARQUITETURA

Intervir no existente. O Lugar de Vilar

João Queirós Trindade

M

2017

U.PORTO

João Queirós Trindade. Intervir no existente. O Lugar de Vilar

Intervir no existente. O Lugar de Vilar
João Queirós Trindade

FACULDADE DE ARQUITETURA

M.FAUP **2017**

INTERVIR NO EXISTENTE. O LUGAR DE VILAR

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Volume I

João Pedro Queirós Trindade

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

Orientação de Professora Doutora Raquel Alexandra Geada Paulino

Porto, Setembro de 2017

Resumo

Ao longo dos últimos anos tem-se assistido a uma progressiva transformação e adulteração da paisagem do território nacional, como consequência de um conjunto diversificado de circunstâncias de entre as quais a modernização e profunda transformação tecnológica ocorrida, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX. Assistiu-se à emergência de novas lógicas de ocupação, distribuição e organização do território que ora determinaram o abandono de certas zonas do país, ora culminaram num processo de crescimento e alastramento do tecido urbano, provocando uma profunda transformação num vasto território de matriz rural.

Em ambos os casos se assistiu, como refere A. Domingues (2012), à perda dos "*nexos estáveis que desvendavam o filme-narrativa da realidade do rural "* e ao progressivo abandono dos assentamentos e estruturas rurais e, consequentemente à perda do Portugal Rural e do seu património vernacular. Nos casos em que se assistiu a um alargamento da condição urbana ao *campo* e, em particular, aos lugares recônditos do mundo vernáculo português, observam-se alterações profundas nas construções pré-existentes, cuja génese e fundamento residiu num modo de habitar e contexto específicos, muito diversos dos actuais. Nos outros casos, mantendo viva a memória de um tempo passado, muitas dessas construções encontram-se abandonadas e em processo de progressiva degradação ou em estado de ruína. Em ambas as situações, observa-se uma dinâmica de recuperação deste património edificado, um pouco por todo o território nacional, procurando adaptá-lo a um novo modo de habitar e novos usos, num exercício sempre difícil de preservação de relações e continuidades com o passado. O Lugar de Vilar, no concelho do Marco de Canaveses, é exemplo dessa passagem irreversível do tempo e da modernização das áreas envolventes, comprometendo a sua validade e valor, na medida em que se encontram desatualizados o sentido de uso e o modo de habitar que lhes estava associado. Assumindo como incontornável a necessária transformação que a condição e exigências que o tempo presente impõem a este aglomerado, consideramos que importa reflectir e equacionar hipóteses de intervenção neste pequeno e antigo assentamento vernáculo que lhe possam conferir novo sentido e uso, e que o resgatem da actual condição de abandono, possibilitando a construção de uma nova identidade. Assim, o trabalho de investigação e reflexão desenvolvidos, nos quais se fundamenta o projecto de reabilitação proposto nesta dissertação, constituiu uma oportunidade para ensaiar uma hipótese de intervenção em contexto real e uma aproximação a uma prática da arquitectura em contexto profissional.

Abstract

Over the last years there has been a progressive transformation and adulteration of the landscape of the national territory, as a consequence of a diversified set of circumstances of which we stress the modernization and deep technological transformation occurred, especially during the second half of the XX century. There were new logics of occupation, distribution and organization of the territory that determined the abandonment of certain areas of the country or led to a process of growth and spread of the urban fabric, causing a deep transformation in a vast territory of rural matrix. In both cases, as A Domingues (2012) points out, the loss of *"the stable links that unraveled the narrative film of rural reality*" and the progressive abandonment of settlements and rural structures and, consequently, the loss of Rural Portugal and its vernacular heritage. In cases where there has been an extension of the urban condition to the countryside and, in particular, to the hidden places of the portuguese vernacular world, there are profound changes in the pre-existing constructions, whose genesis and foundation relied in a specific way of living and a specific context, very diverse from the present ones. In other cases, keeping alive the memory of a past time, many of these constructions are abandoned and in the process of progressive degradation or in a state of ruin. In both situations, there is a dynamic of recovery of this built heritage throughout the national territory, trying to adapt it to a new way of living and new uses, in an always difficult exercise of preservation of relations and continuities with the past.

Lugar de Vilar, in the municipality of Marco de Canaveses, is an example of this irreversible passage of time and the modernization of the surrounding areas, compromising its validity and value, insofar as the sense of use and the way of living that was associated to them are out of date. Assuming as essential the necessary transformation that the condition and demands that the present time imposes on this cluster, we consider that it is important to reflect and to equate hypotheses of intervention in this small and old vernacular settlement that can give it new meaning and use, and that allows their rescue from the current condition of abandonment, making possible the construction of a new identity. Thus, the research and reflection work developed, on which the rehabilitation project proposed in this thesis is based, provides an opportunity to test a hypothesis of intervention in a real context and an approximation to a practice of architecture in a professional context.

Por opção do autor manteve-se nesta dissertação de Mestrado em Arquitectura o antigo Acordo Ortográfico. As imagens e fotografias exibidas nesta dissertação foram submetidas a edição, pelo que podem apresentar cor, contraste e forma diferentes das originais.

Introdução 13
Enquadramentos 16

I. DE *NÃO-OBJECTO* A OBJECTO 26

A atribuição de valor à construção corrente em contexto rural 26
1.1 A actuação do Estado Novo segundo os princípios da Carta de Atenas 1931 29
1.2 Os inquéritos à arquitectura popular e sua documentação 33
1.3 Das cartas e recomendações europeias à salvaguarda do património vernacular 41

II. TEMPO NA (RE)CONSTRUÇÃO DE LUGARES 49

Anotações em torno dos princípios e modelos de ocupação do território português. 49
2.1 Habitar 53
2.2 A Comunidade 61
2.3 Tipologias Marco de Canaveses 67
2.4 Exemplares Marco de Canaveses 73
2.5 A Paisagem Adulterada 89
2.6 Marco de Canaveses na actualidade 99

III. INTERVIR NO EXISTENTE 105

3. Da Reabilitação 111
3.1 Referências 115
3.1.1 Casa da Quinta da Cavada , Fernando Távora, 1989 117
3.1.2 Cidade Velha, Álvaro Siza, 2000 119
3.1.3 Pousada Sta. Maria do Bouro, Eduardo Souto de Moura, 1994 121
3.1.4 Palheiro, João Mendes Ribeiro, 2000 123
3.1.5 Núcleo rural de Vidago, Nuno Graça Moura, 2013 125
3.1.6 Quinta do Lobo Branco, AND-RÉ, 2011 127
3.2 Lugar de Vilar 131
3.3 Sistema Constructivo 141
3.4 Actual Estado de Conservação 153
3.4.1 Pré-existência I 155
3.4.2 Pré-existência II 157
3.4.3 Pré-existência III 159
3.4.4 Pré-existência IV 161
3.4.5 Pré-existência V 163
3.4.6 Pré-existência VI 165
3.4.7 Pré-existência VII 169
3.5 Programa 171

IV. PROPOSTA 173

4.1 Intervenção no existente 175
Considerações finais 184
Índice de Imagens 192
Bibliografia 195

Introdução

A motivação para o processo de investigação que suporta a dissertação que se apresenta resulta do culminar da aquisição de um método de concepção, que envolve pela sua natureza um processo de investigação apreendido ao longo do percurso académico e uma oportunidade para desenvolver um projecto em contexto real, dando resposta a uma necessidade e vontade de um cliente. Corresponde a uma oportunidade de actuação sobre um património de génese rural, onde o tempo da modernização ditou por um lado o seu abandono e esquecimento, e por outro, a sua parcial transformação, segundo novas lógicas e necessidades.

A origem, consolidação e desenvolvimento da antiga vila do Marco de Canaveses estão ligadas, essencialmente, ao desenvolvimento e à exploração de uma prática agrícola que contribuiu decisivamente para a construção da sua identidade. Com a necessidade de urbanizar o território, o país assistiu neste caso, a uma explosão do tecido urbano observado no Noroeste Peninsular, e que ficou intimamente ligado ao uso do automóvel através da criação de uma nova lógica de redes viárias de mobilidade e comunicação, que precipitaram uma ocupação extensiva do território em torno dos principais aglomerados pré existentes. Este lugar, o do Marco, bem como outros na sua região, assistiram a uma descaracterização acelerada dando origem a um conjunto de lugares transformados, que vieram indefinir o que outrora se caracterizava por *campo*, uma vez que neste passaram a coexistir todas as actividades que já existiam na *cidade*, enfraquecendo a dicotomia entre conceitos, o de que *cidade* era o centro e o poder, e o de *campo* a vastidão de territórios onde predominava a agricultura, as crenças e as tradições rústicas. A condição urbana da *cidade* estendeu-se para fora dos seus limites fazendo com que o *campo* deixasse de existir tal como era. Face a estas vicissitudes, os objectos de arquitectura popular passaram a pontuar uma paisagem desarticulada das raízes arquitectónicas e das estruturas territoriais que contribuíram, em tempos, para uma definição da identidade dos lugares.

Perdida a sua génese, pelo êxodo rural dos seus habitantes e pelo abandono da prática agrícola, a que se somou a descaracterização resultante da construção de um conjunto de edifícios na sua envolvente directa, o Lugar de Vilar, objecto de estudo e de projecto do trabalho que se apresenta, viu-se destituído da sua identidade.

Face ao exposto consideramos ser importante reflectir acerca do papel que se pode atribuir a um núcleo de matriz rural, que se encontra actualmente parcialmente obsoleto, e como contribuir para o resgate da vitalidade de um lugar e de um território mais alargado, no qual se insere.

Assim, o projecto desenvolvido incide sobre a recuperação de sete pré-existências, adaptando-as a um novo uso requerido por um cliente. Definiu-se como objectivo da transformação, a adequação das referidas pré existências a um novo uso com o qual se pretende dar resposta à crescente procura de alojamento em áreas rurais por parte de um novo e crescente tipo de demanda, que adopta uma relação com o ambiente fora dos centros urbanos. O processo de projecto desenvolvido partiu do reconhecimento da realidade, da sua especificidade e dos temas que consideramos pertinentes para enquadrar a hipótese de intervenção. O debate contemporâneo em torno da intervenção no edificado existente tem vindo a questionar a pertinência de se construir de raiz, tendo em conta a existência de inúmeras estruturas pré existentes às quais agora se reconhece interesse e valor arquitectónico e às quais está associada, mais do que a memória colectiva de uma população, parte da identidade de um lugar e da região que importa valorizar.

A oportunidade de intervenção criou, assim, a oportunidade para desenvolver um processo de investigação capaz de aclarar a hipótese e pertinência destes exemplares da arquitectura vernacular a estarem habilitados ou não ao acolhimento de novas formas de ocupação de modo a conseguirem dar uma resposta eficiente às necessidades do tempo presente.

Enquadramentos

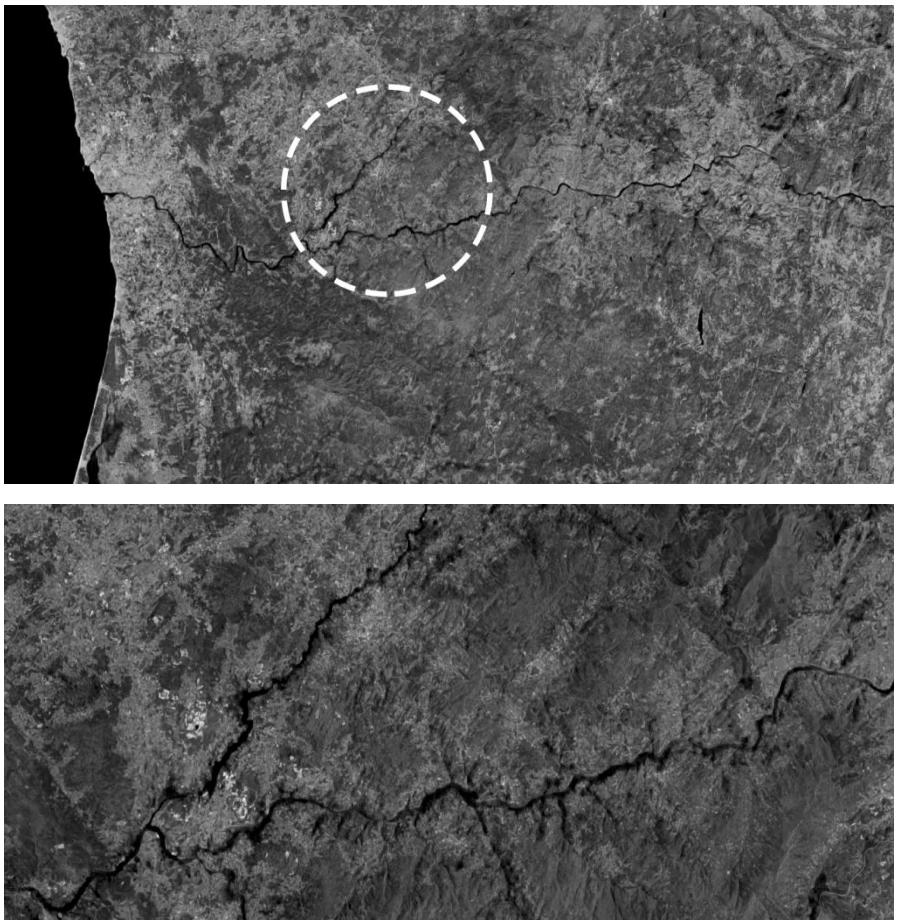
O concelho do Marco de Canaveses situa-se no Noroeste de Portugal Continental, pertence ao distrito do Porto, e está geograficamente confinado por elementos naturais de destaque no território como o rio Douro a Sul, o rio Tâmega a Oeste, a Serra do Marão e a Serra da Aboboreira a Este. Tendo em conta que a área envolvente ao Marco é predominantemente montanhosa, o concelho funciona como " um anfiteatro encostado ao Marão."[1]

Situa-se portanto, numa zona de confluência hídrica e está envolvido por uma extensa área serrana. Todo este território caracteriza-se por ser bastante acidentado e com um grande número de linhas de águas afluentes provenientes das várias nascentes naturais. O rio Douro separa o Marco de Canaveses de Castelo de Paiva e Cinfães, enquanto o Tâmega divide-o de Penafiel e Amarante.

Desde tempos remotos que o Noroeste peninsular foi densamente ocupado devido às condições criadas por um clima húmido e regular que favoreceu a fixação humana. De notar que a abundância de água, a vasta arborização e as próprias características do relevo permitiram meios naturais de defesa e de controlo do território, tendo sido encontrados indícios humanos milenares nas serras mais altas da região. Por sua vez, a existência de um conjunto significativo de linhas de água contribuíram para a fixação dos povos nas encostas tendo em conta a sua importância na exploração e desenvolvimento de uma prática agrícola. Somou-se a esta circunstância a fertilidade dos terrenos contíguos às mesmas.

A Serra do Marão, juntamente com a Serra da Aboboreira, separam as zonas do Douro Litoral das de Trás-os-Montes e Alto Douro. Consistem num elemento físico difícil de transpor pois criam uma divisão entre o Marco, Vilar Real e as Terras de Basto. A Serra da Aboboreira e a Serra de Montedeiras, como pontos mais altos do concelho, protegem os grandes vales do vento a Este, o que implica que os predominantes sejam de Oeste e Sudoeste. As referidas zonas serranas contêm os principais testemunhos de vestígios megalíticos que retratam os ancestrais cultos dos mortos, e as crenças antigas que evocavam a necessidade de protecção divina, nas caças ou nas lutas, na fertilidade das mulheres, nos rebanhos e na terra de onde provinha a subsistência. A origem etimológica da palavra Marco advém de uma

1 AA.VV., Marco de Canaveses, Entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão, p.14



01 - Ortofotomapas. Localização e aproximação Marco de Canaveses.

estrutura granítica de dois palmos de altura que servia para fazer o limite entre freguesias, e que funcionava como uma marcação, daí o vocábulo " Marco".[2]

Em relação à etimologia da palavra "Canaveses", as opiniões são divergentes e, como tal, a sua definição é menos conclusiva, mas diversos autores[3] defendem estar relacionado com a cultura do linho "*cânave*" ou "*canavez*". Ainda assim, a possibilidade do nome ser proveniente de uma homenagem a uma ilustre personalidade que tenha habitado aquele lugar, no tempo clássico, não é menosprezada. O Marco de Canaveses tem uma vasta narrativa que remonta desde a pré-história englobando os períodos megalíticos, da romanização, do românico, barroco, e o moderno.

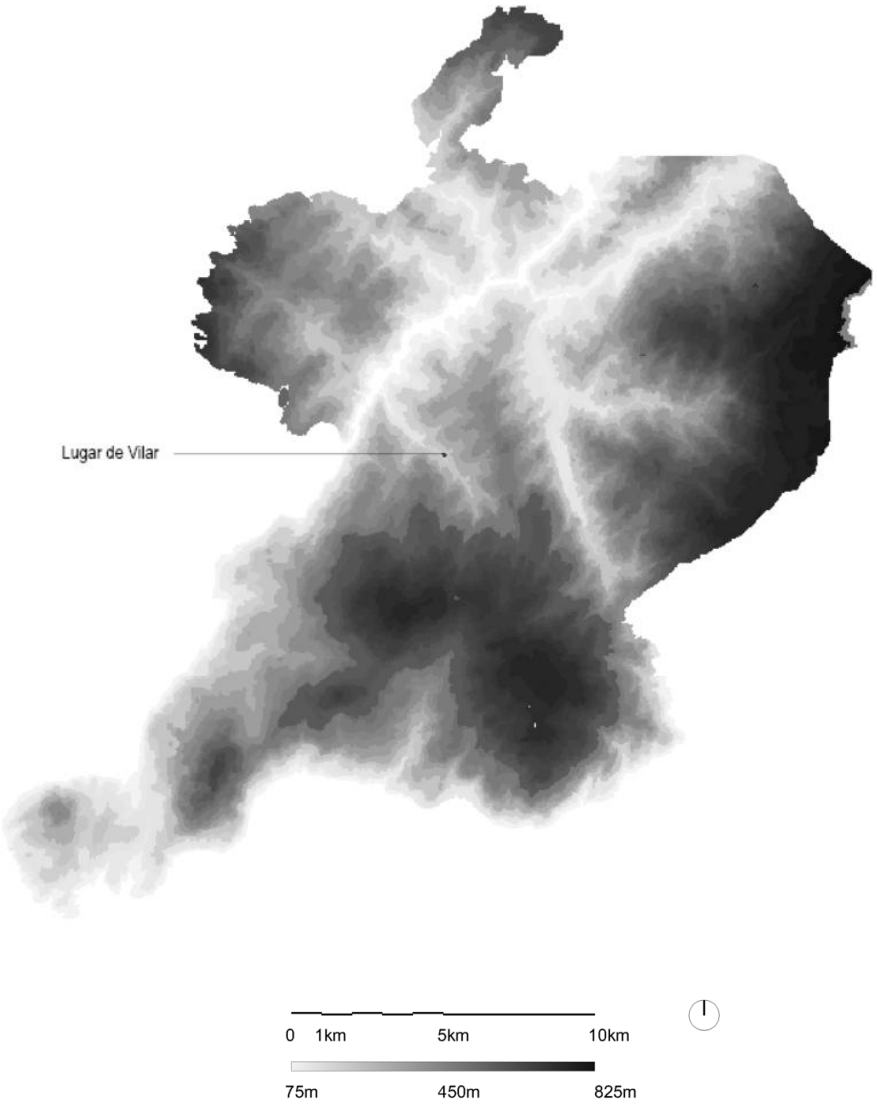
Os povos em vias de sedentarização encontraram condições propícias, e normalmente em sítios mais altos, para construir as suas citânias estratégicas. Apesar do concelho do Marco de Canaveses ter uma área reduzida, registam-se em áreas serranas inúmeros vestígios de castros tipologicamente diferentes uns dos outros. São exemplos disso o castro de arados no Monte de São Tiago, o castro de Esmoriz em Manhuncelos, o castro de Quires em Vila Boa de Quires, o castro Soalhão na Serra da Aboboreira e o castro de São Tiago em Soalhães.[4]

Na Península Ibérica após um período de domínio dos povos Cartagineses, Fenícios e por fim ao dos Celtas, sucedeu-se a ocupação do império romano. A ocupação romana foi substancialmente importante, uma vez que o império era exímio na instituição da ordem, o que levou a iniciar processos de administração do território, caracterizados por uma organização política, social, económica bem definida. As localizações predilectas romanas consistiram em pontos privilegiados para controlo dos trajectos viários e por onde era feita a transportação dos recursos explorados na Península Ibérica e que iam para a capital do império, em Roma. Pelo Marco, passavam os minerais que continham ouro provenientes da Serra de Valongo, nomeadamente na Serra do Raio. Os vestígios da presença romana no Marco incidiram essencialmente na antiga freguesia do Freixo, numa área designada por Tongóbriga.

2 AGUIAR, Pe. Vieira, in MONTEIRO, Emília, Século e meio de história, p.81.

3 VASCONCELOS, Manuel, in MONTEIRO, Emília, Século e meio de história, p.84.

4 AA.VV, Marco de Canaveses: entre o Douro e o Tâmega onde começa o Marão, pp.25-29



02 - Planta Orográfica do Município.

Esta antiga civilização apresenta características que sugerem ter sido uma capital de um território, designada pelos romanos como civitas [5]. Implantada a meia encosta, a cidade tinha uma posição privilegiada devido ao domínio visual e controlo da envolvente territorial de que usufruía. Tongóbriga era uma estrutura castrejo-romana, com a possibilidade de ter sida construída pelo imperador Augusto. No final do séc. I e início do séc. II, a cidade ganhou um papel determinante, passando a desempenhar função de um organismo que se impunha administrativamente sobre o território. O período de romanização foi, de facto, importante devido à abertura de estradas que procurava, ao que tudo indica, servir o próprio império, tendo como finalidade objectivos militares, comerciais e também termais. Com a presença romana neste território desenvolveu-se uma crença na purificação das nascentes de águas ditas como sulfurosas, devido às propriedades desinfectantes quer para o corpo quer para a alma, denominada por Aquae Tamacanae [6]. Como era necessário ligar os territórios novos conquistados, à grande sede do império em Roma, construíram-se estradas e pontes. Numa perspectiva de Roma, o Marco ficava no cruzamento de estradas que ligavam Emerita Augusta (actual cidade de Mérida no Sul de Espanha) a Bracara Augusta (actual Braga, Portugal).

"*Ponto de encontro de norte com o centro, da fachada atlântica com o interior continental, parece que este concelho, à semelhança da cidade que é o centro, esteve desde sempre destinado a servir de encruzilhada, de confluência e intersecção de vias, povos e desígnios*"[7].

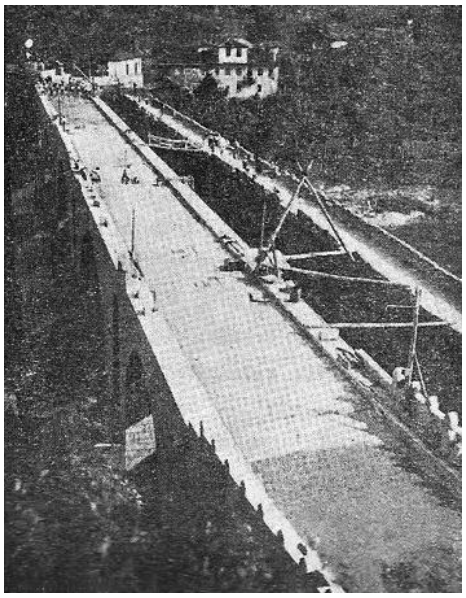
Sendo um local de cruzamento, tornava-se propício para o descanso de viajantes, assim como de trocas comerciais inaugurando uma circunstância mercantilista do lugar. Os romanos foram responsáveis pela construção de uma ponte sobre o rio Tâmega no século II, durante o império de Trajano, por onde passava a principal via romana, denominada Tamacana-via que era a estrada que ligava o Marco de Canaveses a Guimarães[8] e consequentemente a Braga, e por onde se fazia também o acesso às termas.

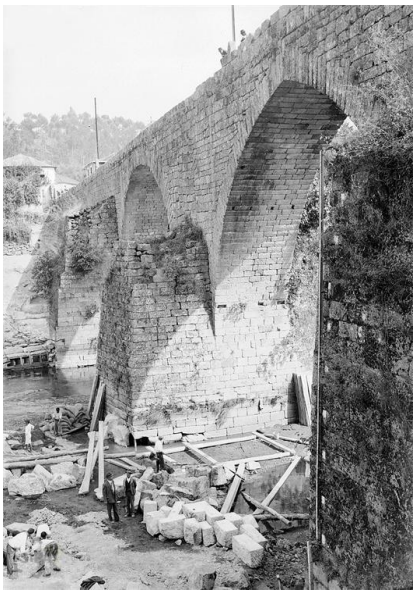
5 TAVARES DIAS, Lino, Tongóbriga, p.283

6 MONTEIRO, Emília, Século e meio de história, p.29

7 SILVA, João Belmiro Pinto, Marco de Canaveses: um olhar sobre o património, p.6

8 MONTEIRO, Emília, Século e meio de história, p.47





03 - Igreja e cruzeiro de São Nicolau, Marco de Canaveses, década de 30
04 - Construção de uma ponte nova ao lado da ponte românica, década de 40.
05 - Ponte românica

Porém, parece ainda não ser consonante se terá sido a causa ou o efeito o motivo da presença romana no território, isto é, se realmente foram as águas termais que desencadearam a civitas, ou se foi a civitas que despoletou todos os melhoramentos, como a estrada, a ponte e as termas e que potenciaram o desenvolvimento do resto da região[9]. Desde o desenvolvimento dessas vias terrestres, a vila do Marco tornou-se num importante cruzamento viário, desenvolvendo uma ideia mercantilista do lugar, servindo feirantes e transeuntes. O Marco ocupando um ponto intermédio entre o Este e o Oeste, fez da região um ponto de passagem principal. O facto de ser um lugar de terrenos férteis que se estendem pelos vales das serras da Aboboreira e de Montedeiras com grande vegetação acabou por ser vital à criação do gado bovino e à actividade económica na vida agrária das pessoas. O crescimento produtivo de gado nesta área do país atribuiu ao Marco de Canaveses um dos principais lugares para o comércio animal, através das importantes feiras de gado, consistindo num lugar de atracção para as regiões da proximidade [10]. Estas grandes feiras expunham os excedentes agropecuários e também os provenientes da cultura vinícola.

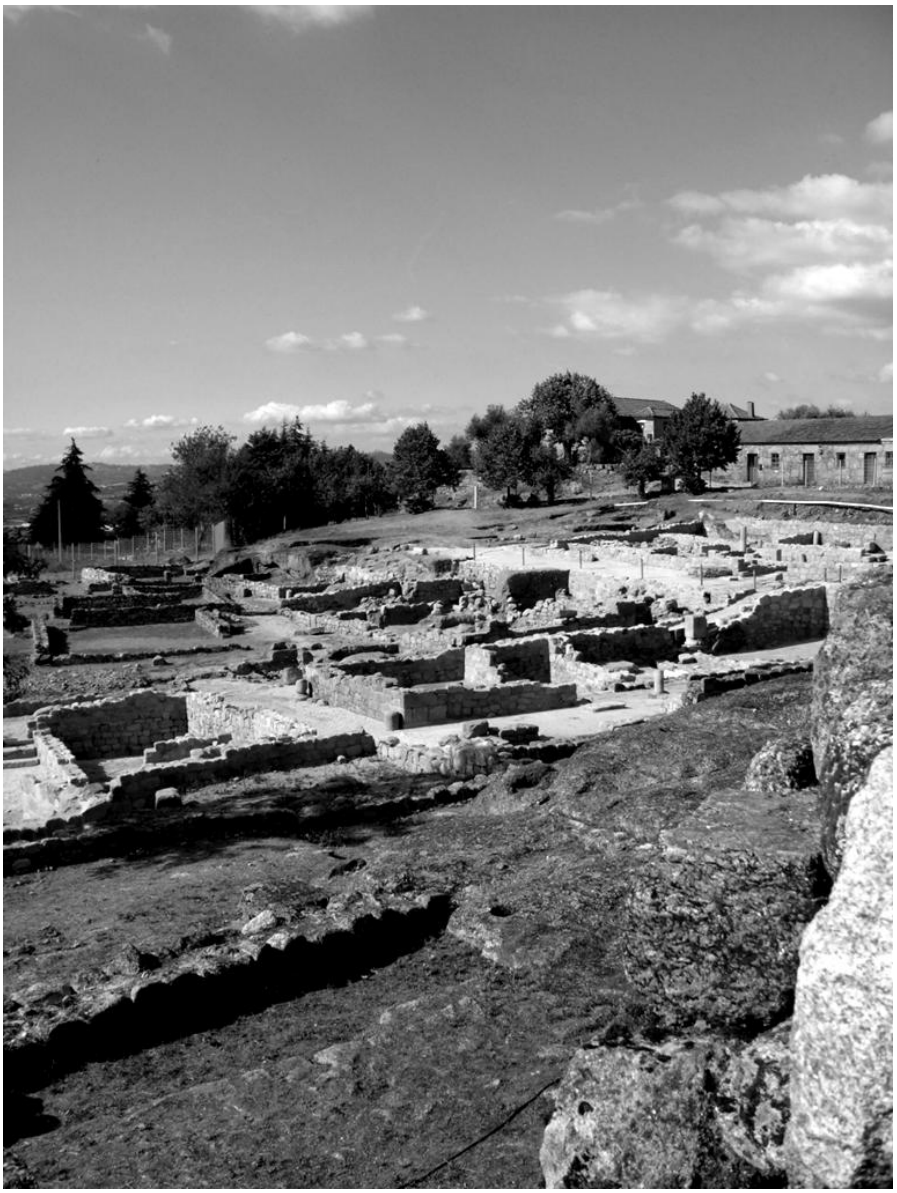
As monografias atribuem ao Marco, alguns séculos mais tarde, já no séc. XII, certa importância no tempo medieval e já num contexto da peregrinação a Santiago de Compostela. Mafalda de Sabóia, esposa de D. Afonso Henriques e como tal rainha de Portugal, durante a sua estadia na vila, reconstruiu a mesma ponte sobre o Tâmega erigida pelos romanos, que se encontrava já em estado de ruína, reforçando o Marco como ponto notável e de referência para travessia do Tâmega em direcção à Galiza. Por esta ponte passavam os peregrinos oriundos das Beiras interiores e do Sul do Douro, Vimieiro Entre-os-Rios[11]. A presença de Dona Mafalda de Sabóia, esposa de D. Afonso Henriques, foi importante na construção de um paço em São Nicolau de Canaveses, onde a própria viveu, assim como a construção de uma capela e um hospital de albergaria, tendo em vista o apoio aos peregrinos junto à via romana, a Tamacana-via. Estas construções evocavam o espírito da viagem e da peregrinação, criando nestes postos de assistência, uma maior atracção no Marco em detrimento de Amarante.

A ponte romano-românica, mais tarde no reinado de D. Dinis (1261-1325) voltou a ser restaurada, durando até ao período das invasões francesas em 1809, servindo como estrutura de defesa para suster a invasão dos gauleses. Um pouco

9 idem, Marco de Canaveses, 150 anos, p.47

10 idem, ibidem, pp.48

11 MONTEIRO, Emília, Monografia do Marco de Canaveses, volume III, p.14



06 - As ruínas da cidade romana de Tongóbriga. Marco de Canaveses

mais tarde entre 1828 e 1834 esta mesma ponte foi palco da guerra civil entre liberais e absolutistas. Tendo em conta todos estes acontecimentos bélicos, a ponte romano-românica chegava já ao século XX, num estado de degradação muito grande e, como tal, não correspondia às necessidades do trânsito crescente e apresentava já indícios de ruína, consistindo num perigo emergente para a travessia. Para resolver este problema foi edificada durante o período do Estado Novo, mesmo junto da antiga ponte, a cerca de 5 metros de distância, uma nova inspirada na configuração formal e estrutural da anterior.

A antiga ponte acabaria por ser desmantelada dando lugar a uma que a mimetizava. Aberta ao trânsito em 1944, esta ponte nova durou apenas 44 anos já que após o enchimento da albufeira do Tâmega, através da barragem do Torrão, e da consequente subida das águas, ela acabou também por ser destruída em 1988. A actual travessia entre as margens do Tâmega é feita através de uma ponte moderna recentemente construída.

O Marco ficou ainda, historicamente, ligado à partida dos barcos que transportavam essencialmente o vinho, o carvão, as madeiras e os produtos de alimentação recolhidos da agricultura, cujo transporte era feito, descendo o rio Douro até ao cais do Porto e de Gaia. Nessas circunstâncias, o rio Douro era o principal canal de locomoção para as zonas litorais do país. O progresso e o desenvolvimento nestas áreas deram-se através da criação da linha férrea do Vale do Douro, em funcionamento a partir de 1878 que acabaria de substituir os transportes fluviais durienses.

I. DE *NÃO-OBJECTO* A OBJECTO

A atribuição de valor à construção corrente em contexto rural

Nesta dissertação, o projecto de reabilitação irá incidir sobre sete modestas edificações obsoletas que, apesar de apresentarem um estado adulterado relativo à sua autenticidade fundadora, constituem exemplares de arquitectura vernacular do concelho do Marco de Canaveses. Por "*vernáculo*" entende-se aquilo que é "*genuíno, puro*"[12] e que não tem influência do estrangeiro, sendo portanto oriundo do sítio a que pertence.

"*Só é vernácula uma arquitectura do povo, feita pelo povo, em que há uma ligação tradicional e herdada entre o homem e o meio*"[13] .

Consiste, nesse sentido, numa manifestação popular, uma vez que é promovida pelo povo. As construções vernaculares representam uma forma empírica de construir, que foi assimilada e desenvolvida através das gerações populares. O saber ancestral teve uma forma peculiar de trabalhar a matéria, proveniente dos recursos naturais, que estavam à disposição de cada região terrestre, o que conferiu a estas estruturas uma relação íntima com o meio em que estavam inseridas. A arquitectura vernacular, maioritariamente aquela registada no Norte de Portugal Continental, sugere um prolongamento da tradição castreja, proveniente de um período pré-romano[14]. Apesar de intimamente relacionados, os conceitos de *vernáculo* e de *popular*, actualmente, têm conotações distintas. A arquitectura popular, apesar de estar associada a estas manifestações de construção vernacular, pode igualmente abranger outro tipo de manifestação arquitectónica, promovida também pelo povo, como as casas onde se misturam "*soluções provenientes de universos culturalmente heterogéneos*"[15].

"*O popular não são apenas as formas "autênticas", que o século XX tornou emblemáticas, mas também as formas híbridas, impuras e até "sujas" de produção material no presente do espaço habitado que o século XXI deve integrar na sua agenda de pesquisa*"[16].

A existência destes exemplares vernaculares estava intimamente relacionada com um mundo rural que sofreu nas últimas décadas uma profunda

12 Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, 8ª Edição, 1999, Porto, p.1689

13 OLIVER, Paul, em prefácio 4º edição, AA.VV , Arquitectura Popular em Portugal

14 RIBEIRO, Orlando, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, p.143

15 LEAL, João, Entre o Vernáculo e o Híbrido: a partir do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, pp.73-74

16 idem, Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: estudos sobre arquitectura popular no século XX, p.67

transformação. Apesar da dificuldade da clarificação do conceito de *rural*, as áreas rurais denotam actualmente a evidência de um processo de mutação socioeconómico e territorial que resultou no desaparecimento da agricultura como actividade económica dominante, assim como das culturas e modos de vida tradicionais, acabando por se assistir a uma intensa e rápida urbanização e industrialização [17].

Todas as transformações ocorridas no território expuseram acentuadamente, à mudança e ao progresso, um conjunto de construções vernaculares, o que levou por um lado à sua adulteração, mas por outro à sua valorização e catalogação dada a consciência do seu desaparecimento.

Neste capítulo, efectua-se uma síntese para compreender a alteração do estatuto da arquitectura vernacular nas últimas décadas que, de um objecto irreconhecível de valor, se transformou num tema de preservação patrimonial e com um reconhecimento de abrangência internacional.

Para um melhor esclarecimento recorreu-se à leitura de cartas e convenções europeias [18] de âmbito internacional, divulgadas ao longo do século XX, assim como a estudos etnográficos e arquitectónicos[19] levados a cabo por especialistas no âmbito nacional. Actualmente a arquitectura vernacular detém um estatuto de *património* [20].

A noção do mesmo tem vindo a alterar-se e a abranger-se nas últimas décadas. Por *património* entende-se o "*conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores*"[21]. No âmbito arquitectónico, o conceito de *património* esteve inicialmente relacionado com monumentos que representavam uma relevância histórica, mas a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esse entendimento prolongou os limites culturais a ele associado para ser abrangido aos espaços envolventes a esses mesmos edifícios de destaque nacional [22].

17 DOMINGUES, Álvaro, Vida no Campo, pp.83-84

18 Carta De Atenas do Restauro, 1931; Recomendação de Paris 1962; Carta de Veneza de 1964; Carta de Amesterdão 1972, O apelo de Granada 1976; Carta sobre o Património Vernáculo Construído 1999.

19 Inquérito à Habitação Rural, Inquérito à Arquitectura Popular; Arquitectura Tradicional portuguesa

20 Carta sobre o património Vernáculo Construído, 1999, p.1

21 Carta de Cracóvia, p.5

22 RAPOSO, Isabel, Paisagem e Património, p.1

Ao conceito de *património* se associa actualmente o de *identidade*.[23] A *identidade* é entendida como uma referência colectiva que engloba, quer os valores actuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.[24]

Ainda que os dois conceitos, de *património* e de *identidade* estejam estreitamente relacionados, entre eles mantém-se uma relação antagónica entre si, uma vez que a consciência patrimonial resulta, aquando da percepção de que uma determinada identidade vivida está ameaçada a desaparecer[25]. O *património* associado a processos de classificação e de protecção, consiste numa certa cristalização de algo que poderá deixar de existir. Neste sentido, o momento de atribuição de um estatuto de *património* a algo indica-nos, sobretudo, a noção da extinção de uma certa *identidade* [26]. Identificar um objecto pressupõe distingui-lo de qualquer outro objecto, atribuir-lhe um significado assim como conferir-lhe um valor[27].

23 PEIXOTO, Paulo em PERALTA, Elsa, Património e Identidades, p.66

24 Carta de Cracóvia, 2000, p.6

25 PEIXOTO, Paulo em PERALTA, Elsa, Património e Identidades, p.66

26 idem, ibidem

27 MATTOSO, José, A identidade Nacional, p.5

1.1 A actuação do Estado Novo segundo os princípios da Carta de Atenas 1931

Desde há muitos séculos que existem prevenções na conservação do património, como forma de passagem de valores a sociedades futuras que ainda assim consistiram, inicialmente, em preocupações relacionadas com monumentos reconhecidos por fortes valores históricos[28].

No seguimento a algumas medidas regulamentares renascentistas aplicadas a monumentos no séc. XVII[29] e algumas teorias de restauro do património desenvolvidas essencialmente no século XIX[30], após o período letífero da primeira guerra mundial (1914-1918) e das ameaças ao património daí resultantes, no I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos resultou um documento de âmbito internacional. Este documento, *Carta de Atenas do Restauro de 1931*, derivou de uma conferência que expunha as principais doutrinas relativas à protecção de monumentos, e que tinha o intuito de "*proteger edifícios de interesse histórico, artístico ou científico pertencentes às diferentes nações*"[31]. Consistia num apelo ao restauro indispensável em casos de degradação ou destruição, respeitando a obra sem alterar os diferentes estilos das épocas, assim como o carácter artístico e histórico das mesmas. Alertava que cada estado deveria tomar, através da autoridade pública, as suas medidas de conservação e alertava ainda para o cuidado a ter com a envolvência próxima dos monumentos antigos. Para além da apologia da introdução da técnica moderna adequada à intervenção, como o betão armado, esta carta consistiu também numa forma de apelar aos estados para o reconhecimento dos valores nacionais, através da criação de um inventário com a documentação de monumentos históricos nacionais. Ainda que os objectos de protecção fossem as criações eruditas, este documento tornou-se um precedente quanto ao tema da importância da preservação e do restauro de edifícios com uma conotação histórica. Em Portugal estas normativas europeias da *Carta de Atenas de 1931* tiveram uma apreensão expressiva. Nesse período dos anos 30 ,e durante o regime do Estado Novo[32], iniciou-se um processo de valorização do significado histórico e da importância que alguns edifícios monumentais tiveram na

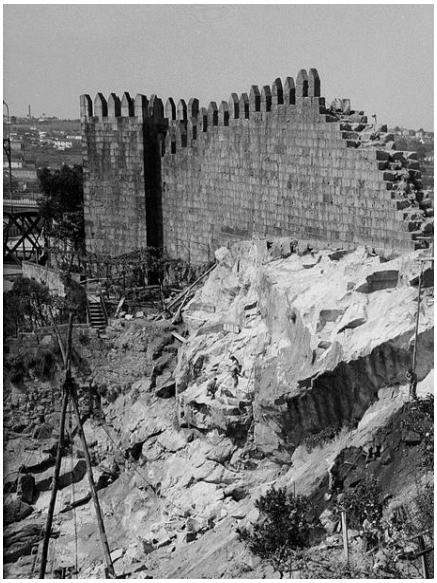
28 AGUIAR, José, REIS CABRITA, A. M., APPLETON, João, Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais, Volume I, Lisboa: Laboratório de Engenharia Civil, 2005, p.5

29 Roma século XVII, Suécia (publicação de da primeira lei de protecção de monumentos-1666)

30 Teoria do Restauro Estilístico de Viollet-le-Duc(1814-1879) e Conservação da Ruína de John Ruskin(1819-1900)

31 Carta de Atenas de 1931, p.1

32 nome do regime politico autoritário, autocrata e corporativista que vigorou em Portugal desde aprovação da Constituição de 1933 até à queda em Abril de 1974.



07 - Trabalhos de recuperação da Muralha Fernandina, Porto, 1936
08 - Boletim para as obras de restauro da DGEMN da Sé Catedral do Porto
09 - Obras de restauro da igreja São Martinho de Cedofeita, década de 30

história do país, que por razões turísticas/estéticas ou como forma de enaltecimento da nação, importava resgatar[33]. Estas acções de intervenção em monumentos, como reparação, restauro e conservação foram levadas a cabo pela DGEMN (Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais) em monumentos e palácios nacionais[34].

A par deste procedimento, e numa tentativa de adaptação ao contexto do território nacional, após uma consciencialização de uma identidade da paisagem cultural específica de cada província [35],criou-se uma ideologia política para abranger o turismo como importante actividade económica. Fomentou-se o contacto com o meio natural entre citadinos e rústicos através de folhetos publicitários que resguardavam uma diferença acentuada entre os dois modos de vida distintos[36]. Com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (S.P.N.) em 1933 foi retomado, como desenvolvimento de difusão nacional, as questões de modelos arquitectónicos e de paisagem, que já tinham sido tema de debate intelectual sobre a identidade da cultura portuguesa nos finais do séc. XIX.

Este organismo de propaganda nacional adoptou uma visão profundamente nacionalista e tradicionalista com campanhas de bom gosto rural e das suas velhas tradições, como alternativa às culturas artísticas das vanguardas europeias. Procurou-se introduzir, com ênfase, os valores de uma ruralidade exemplar culminando na "*Exposição de Arte Popular*"(1936), no concurso da "*Aldeia mais Portuguesa de Portugal*" (1938) e na "*Exposição do Mundo Português*" (1940), como forma de "*emblematização folclorista da habitação popular*" [37]. Foi um período de apelo aos municípios por parte do S.P.N. para a preservação dos "*traços marcantes e característicos da raça e feição portuguesa de construir*"[38] como também de objectificação de uma cultura nacional que era ainda promovida pelas revistas nacionais "*Panorama*" e "*Mensário das casas do povo*".

33 TOMÉ, Miguel, Património e restauro em Portugal (1920-1995), p.243.

34 idem, ibidem, p.17.

35 para tal foram importantes os estudos etnográficos e antropológicos de Leite de Vasconcelos, Gabriel Pereira, Manuel Monteiro e Alberto Sampaio.

36 TOMÉ, Miguel, Património e restauro em Portugal (1920-1995), p.99-100.

37 LEAL, João, Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional, p.122.

38 TOMÉ, Miguel, Património e restauro em Portugal (1920-1995), p.100.

10 - Atribuição a Monsanto de "Aldeia mais Portuguesa" de Portugal, Lisboa, 1939 -
11 - Exposição de Arte Popular Portuguesa, Lisboa, 1936

1.2 Os inquéritos à arquitectura popular e sua documentação

Deveu-se à máquina ideológica do Estado Novo, a "*mitificação da vida rural enquanto expressão de genuinidade, identidade nacional e cultura popular*(...)" [39]. Esta acção acabou por se tornar num apelo à preservação dos edifícios característicos da identidade portuguesa e seguiram-se inúmeros concursos que promoviam a defesa da paisagem.[40]

Durante os anos 40 iniciou-se um dos estudos mais minuciosos até então da arquitectura rural em Portugal, levado a cabo por Lima Basto e Henrique Barros que tinha como objectivo "(...) *proceder a um levantamento das condições de habitação dos camponeses portugueses tendo em vista o estudo e adopção de medidas de melhoramento dessas condições* (...)"[41]. Este estudo foi publicado como o "*Inquérito à Habitação Rural"*, tornando-se uma das primeiras análises de interesse pelo modo de vida rural. Apesar de precursor no estudo do tema, o trabalho foi censurado pelo regime, uma vez que a realidade levantada era de miséria.[42]

Embora a censura praticada durante o Estado Novo, em muito se deveu à máquina política, o reconhecimento, a valorização e a preservação quer de monumentos de interesse público e de valor patrimonial quer de edificações em contexto rural.

Por outro lado, e apesar de inicialmente o Estado Novo permitir um modernismo desinteressado pela história e pela tradição, só nos finais dos anos 30, o mesmo regime político pretendeu criar uma barreira a um estilo universal e a uma possível apropriação de uma cultura vanguardista estrangeira.[43] Com o pressentimento do desaparecimento da autenticidade regional, foi vista na apropriação do contexto nacional uma forma de recuperar e de salvaguardar a ruralidade de uma situação pré-moderna , através da mimetização de "*modelos ruralizantes*".[44]

O regime do Estado Novo procurava assim definir um programa estético que permitisse assegurar a identidade nacional. Consequentemente a esta ideologia,

39 DOMINGUES, Álvaro, Vida no Campo, p.261

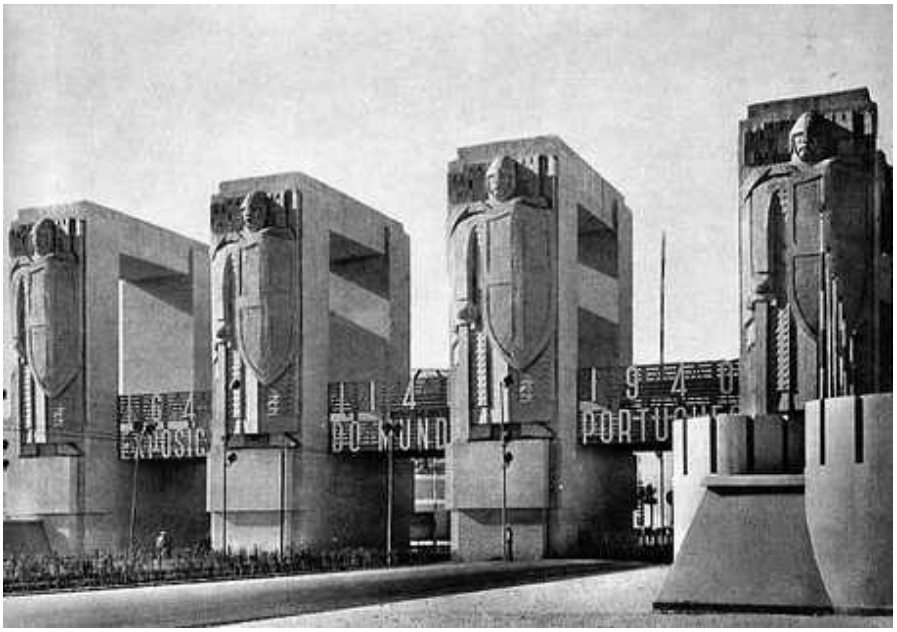
40 TOMÉ, Miguel, Património e restauro em Portugal (1920-1995), p.100

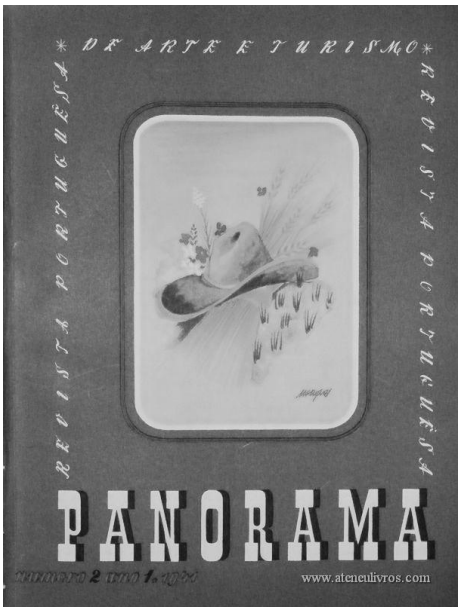
41 LEAL, João, Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no século XX Português, p.10

42 idem, ibidem, p.37

43 LEAL, João, Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional, p.121

44 TOMÉ, Miguel, Património e restauro em Portugal (1920-1995), p.153





12 - Entrada da Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940
13 - Capa da publicação da revista "Panorama", 1941
14 - Capa da publicação "Mensário das Casas do Povo", Abril de 1945

criou-se um registo cenográfico que resultava numa desenquadrada colagem de elementos caracterizadores de uma arquitectura tradicional que resultava numa imitação de formas.[45]

Ainda assim estas propagandas foram importantes como reconhecimento de certas construções individuais ou de aglomerados rurais, que consistiram num regionalismo formal adoptado por muitos arquitectos. Consequentemente, criou-se uma imagem errada da verdadeira essência da arquitectura popular em Portugal impulsionada pelo movimento teórico e prático da "*Casa Portuguesa"* desenvolvido entre a década de 40 e 50, que emblematizou de forma cenográfica alguns elementos arquitectónicos como o alpendre, a caiação, o guarnecimento a pedra nos vãos, o telhado sanqueado e o azulejo[46]. Esse movimento ficou representado por algumas personalidades[47] sendo a de maior destaque o arquitecto Raul Lino. Face a esta situação do panorama arquitectónico, em 1947, Keil do Amaral escrevia num artigo da Revista Arquitectura, "*Uma Iniciativa Necessária*" [48], que a arquitectura regional não podia ser "*um apinocar de fachadas e de interiores com elementos decorativos típicos*" objectivando contrariar assim o "*portuguesismo*" da casa típica idealizada pelo Estado Novo.

Face a esse panorama arquitectónico nacional, Keil do Amaral objectivou subsídios para o desempenhar de uma verdadeira investigação à arquitectura regional portuguesa. Juntamente com a publicação de "*O problema da casa Portuguesa*"[49] de Fernando Távora, no mesmo ano, alimentou-se uma força crítica ao anseio tradicionalista capaz de ir avante com os seus objectivos e de estudar profundamente a arquitectura popular. Do I Congresso Nacional de Arquitectura de 1948 resultou uma iniciativa do Sindicato Nacional dos Arquitectos com base nos escritos de Keil do Amaral e de Fernando Távora, para que durante 1955 e 1960 se concretizasse um estudo analítico ao país rural através de um levantamento gráfico e fotográfico. Esse trabalho denominado inicialmente por *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, viria a ser publicado em 1961 como "*Arquitectura Popular em Portugal*".

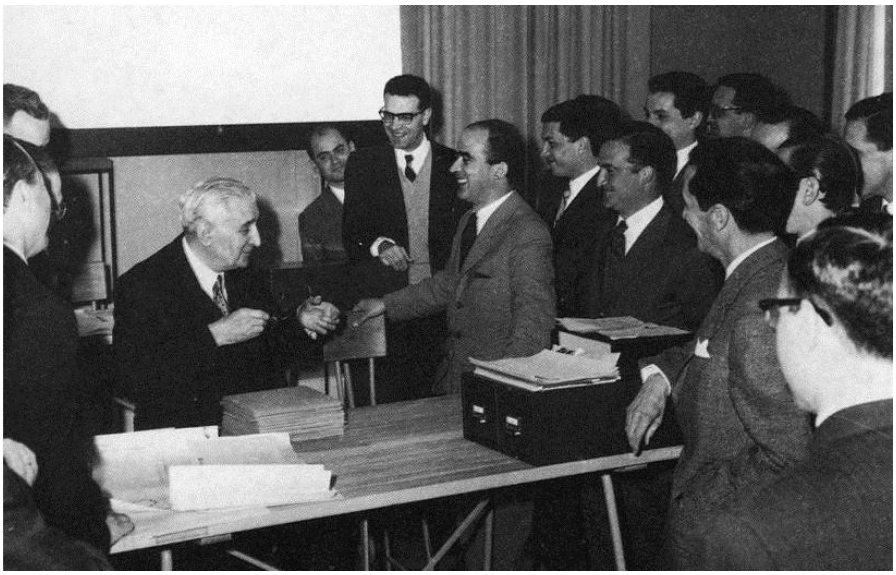
45 TOMÉ, Miguel, Património e restauro em Portugal (1920-1995), p.154.

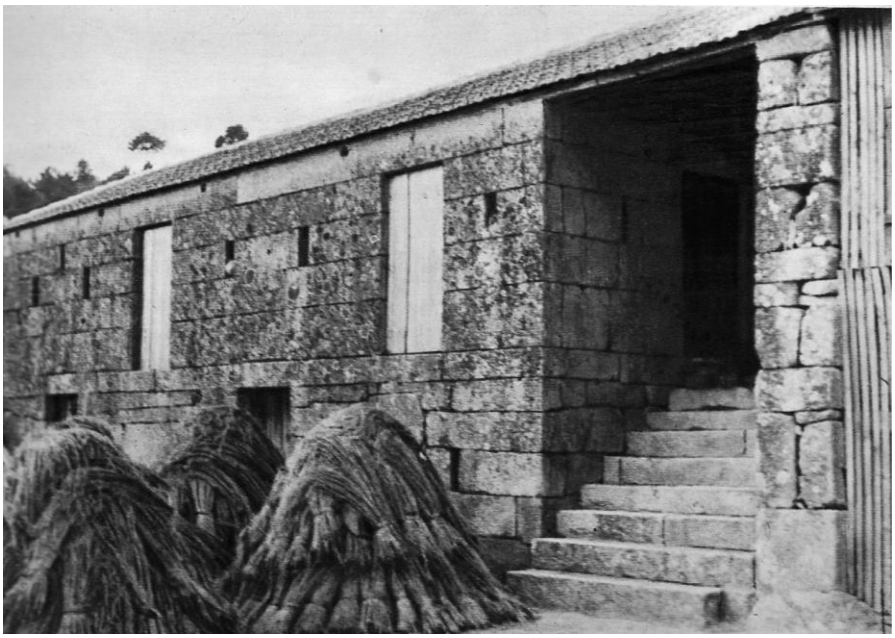
46 LEAL, João, Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional, p.120.

47 entre as principais figuras do movimento destacam-se os arquitectos Guilherme Gomes e José Teixeira Lopes, o militar Henrique das Neves, antropólogo Rocha Peixoto, historiador de arte Joaquim Vasconcelos, ensaísta Abel Botelho, historiador de arte João Barreira.

48 AMARAL, Keil; Uma iniciativa necessária. in Arquitectura, Lisboa, 2ª série, 14 de abril de 1947, p.12.

49 Ensaio de 1947, onde Fernando Távora defendeu um estudo profundo da verdadeira arquitectura portuguesa para uma redefinição do panorama arquitectónico português.





15 - Fernando Távora na apresentação do Inquérito ao Presidente do Conselho de Ministros Salazar, 1961. -
16 - Casa-sequeiro, Marco de Canaveses, Zona Minho e Douro Litoral. Inquérito à Arquitectura Popular. 1955-1960.

Tal diligência reproduziu as questões de vida precária de um povo afastado e isolado do progresso que no entanto edificou uma cultura onde a escala e o sentido de integração tinham um enorme respeito pelo lugar. Reconhecido como arquitectura anónima ou "*sem arquitectos*"[50], reconheceu-se nela casos de uma excelente harmonia entre o território, o quotidiano, as suas práticas e formas constructivas, e na maneira como se transformava a paisagem pré-existente. O objectivo desta expedição era por um lado procurar a "*alma portuguesa escondida*"[51] nos edifícios vernaculares refutando as propagandas tradicionalistas do Estado Novo e por outro lado encontrar uma alternativa às demandas internacionais modernistas, onde a história, a etnografia, e o lugar tinham sido "*esquecidos"*. Este estudo visava também uma compreensão antropológica, etnográfica e sociológica do Portugal rural que ia para além de uma visão estreitamente arquitectónica[52]. Para Keil do Amaral a autenticidade estava no seguimento ou continuidade aplicada à tradição, ao contrário da permanente invenção, através de meios simples, na boa relação com o enquadramento, com os sistemas tradicionais da construção e no depuramento formal ao nível do ornamento.[53] No entanto, e após a documentação do mesmo, o nível de pobreza, miséria e de atraso do país foi em grande medida, publicamente ocultado, por força do regime ditatorial em vigor, isto porque num conjunto de 10 mil fotografias, apenas 300 tinham sido seleccionadas para publicação.[54]

O trabalho foi dividido em seis equipas , a primeira na zona Minho e Douro Litoral, a segunda em Trás-os-Montes, a terceira nas Beiras, a quarta no Centro, a quinta no Alentejo e a sexta no Algarve. Todo este trabalho foi de grande relevância, não apenas nos campos artísticos como a arquitectura, o teatro ou a música mas também para registo das produções alcançadas por uma economia agrícola simples e individual.

Esse levantamento do tecido social popular surgiu numa fase que antecedeu o início de uma transformação irreversível do mundo rural português, ditada pelas mudanças no território. Todo esse trabalho acabou por comprovar a pluralidade de formas arquitectónicas populares em Portugal, consoante as especificidades de cada região, clima e cultura, refutando a ideia promovida pelo Estado Novo e por arquitectos estadistas acerca da existência de um único estilo nacional de "*Casa*

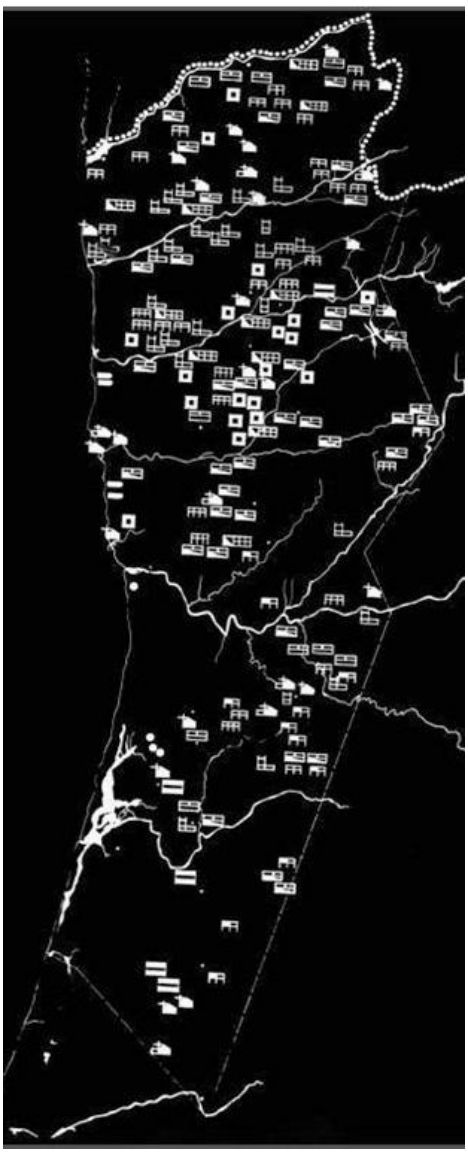
50 RUDOFSKY, Bernard, Architecture without architects.

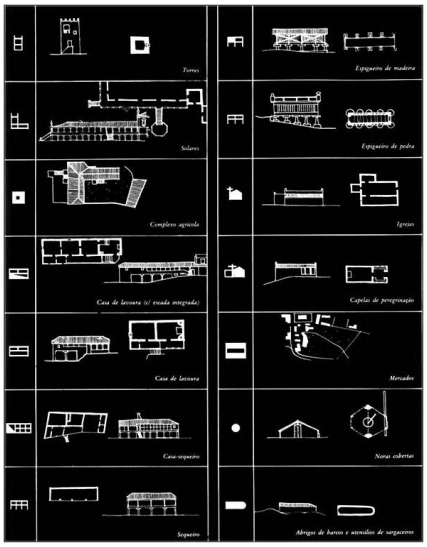
51 TAVARES, Domingues, Os anos de Inquérito, em MENÉRES, António, "Dos anos do inquérito à arquitectura popular portuguesa", p.IV.

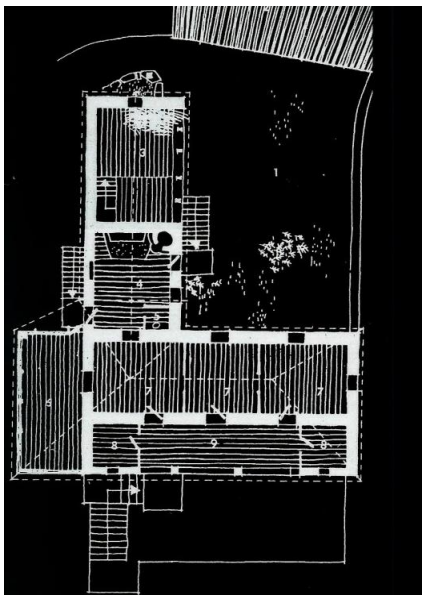
52 TOSTÕES, Ana, " Os verdes anos da arquitectura portuguesa nos anos 50", p. 163.

53 idem, ibidem, p. 176.

54 MENÉRES, António, EUAC Colóqio: "Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa: 50 anos depois."







17 - Mapa tipológico do levantamento, Minho e Douro Litoral, IAPP. 1955-1960. -
18 - Quadro tipológico, Minho e Douro Litoral, IAPP. 1955-1960. -
19 - Casa de lavoura, Balazar, Guimarães, IAPP. 1955-1960. -

Portuguesa". Os arquitectos portugueses envolvidos neste importante levantamento, comprovaram durante o processo que cada edifício funcionava como um organismo, por sua vez detentor de uma alma e de uma linguagem.

Não existiu uma nostalgia ou um saudosismo pelo estudo do passado, mas sim uma plena convicção que estudando o passado seria possível projectar o futuro, libertando a arquitectura dos pitorescos fascistas vigentes da época e evocando a história como instrumentalização para uma nova definição da arquitectura moderna. A reacção pós-moderna reconheceu os valores do homem, procurando uma arquitectura mais humanizada, através de uma vertente mais fenomenológica, interessando-se pela aplicação dos materiais, pelas tradições, pelos costumes, pela história, em suma pelo contexto, conteúdos que tinham sido obliterados pelas vanguardas modernistas antes da Segunda Guerra Mundial. Esta reacção contribuiu para o desencadeamento de uma ideologia designada por *Regionalismo Crítico*.[55]

Ainda no mesmo período em que os arquitectos portugueses se insurgiram a respeito da "*Casa Portuguesa*", nas áreas da antropologia e da etnografia, entre os anos 50 e 70, desenvolverem-se outros estudos etnográficos e antropológicos de grande importância sobre a arquitectura popular, que tinham uma perspectiva de conjunto, tentando detectar algumas constantes.[56] Dando uma outra perspectiva mais sistemática para além daquela estetizante discutida nesse período do século XX[57], foram importantes as pesquisas de Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano com as suas publicações de "*Arquitectura Tradicional Portuguesa*". Esse estudo consistiu num levantamento exaustivo da cultura e das tecnologias tradicionais que subsistiam, na época, no mundo rural em Portugal. Ernesto Veiga de Oliveira trabalhando com o etnólogo Jorge Dias dedicou nos finais dos anos 50 e durante os anos 60, parte dos trabalhos à arquitectura popular. Apesar dos primeiros trabalhos terem o intuito de focar as formas sistemáticas de armazenamento e moagem de cereais, a locomoção em carros de bois, as tecnologias de recolha de sargaço, alfaias agrícolas, tecnologias tradicionais associados ao linho, acabaram também por englobar a própria arquitectura. Os primeiros trabalhos com foco principal na arquitectura, abordaram inicialmente o Porto e o território abrangente à cidade, como Maia, Vila do Conde e Póvoa do Varzim.[58]

55 Leal, João, Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional, p.185

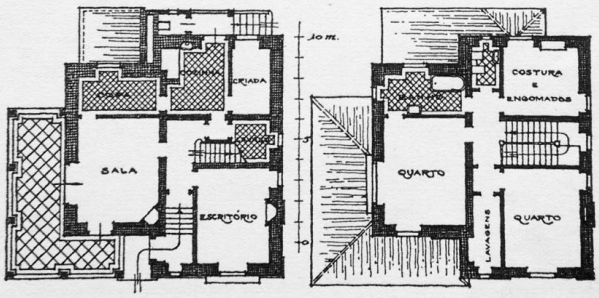
56 LEAL, João, Arquitectos, Engenheiros, Antropólogos: Estudos sobre a Arquitectura Popular no século XX Português, pp.11-12.

57 LEAL, João, Etnografias, Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional p. 197.

58 idem, ibidem, pp. 197-198

RÉS-DO-CHÃO

1º ANDAR



CASA NUM SUBÚRBIO DO PÔRTO. 97m2 *fora os alpendres. Granito da região. Paredes caiadas na côr do marfim. Madeiras do alpendre pintadas de verde-azebre vivo. Ligeiro devaneio romântico na entrada ogival.*

«CASAS PORTUGUESAS», RAÚL LINO EST. II

20 - Casa na rua Ciríaco Cardoso, Porto, Raul Lino, 1930. Publicada em "Casas Portuguesas".

1.3 Das cartas e recomendações europeias à salvaguarda do património vernacular

Paralelamente a estudos sobre a identidade da arquitectura popular em Portugal, a UNESCO divulgava um documento, em 1962, que recomendava a salvaguarda das paisagens e dos sítios, devido à sua beleza e carácter necessários à vida do Homem. Podia ler-se já uma certa preocupação de âmbito internacional com os espaços rurais : *"(...) entende-se por salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e sítios a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devidos à natureza ou obra do homem, que apresentam um interesse cultural ou estético, ou que constituem meios naturais característicos."*[59]

Dois anos depois, do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Nacionais de Maio de 1964 resultou a "*Carta Internacional do Restauro*"[60]. Este documento encarregava cada país na defesa conservação de construções em contexto urbano ou não-urbano, que testemunhassem uma civilização particular, ou que tivessem um significado cultural, abrangendo dessa forma edificações importantes fora do contexto urbano[61]. Reconhecida também por "*Carta de Veneza*", alertava para a importância na redefinição do conceito de *monumento histórico* para abranger as obras de maior relevo, bem como "*as mais modestas*" que acarretassem pelo seu tempo, a narração de uma época histórica. Consistiu também em princípios de conservação e de restauro como forma de preservar um testemunho histórico[62]. A carta sensibilizava também para um fácil reconhecimento de novos elementos introduzidos face aos antigos, aos quais se deviam respeitar a sua autenticidade intrínseca, reconhecendo as várias camadas do tempo e que as provas históricas não deviam ser eliminadas.[63]

Em 1975, a divulgação da "*Carta de Amesterdão*" alertava para a salvaguarda do património cultural comum europeu reforçando que o património não era apenas os monumentos mais importantes, mas também os conjuntos formados por povoações tradicionais no seu ambiente natural e construído.[64]

59 Recomendação de Paris 1962, p. 2, http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf

60 Carta de Veneza, disponível http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf

61 Carta de Veneza, disponível http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf

62 idem, ibidem

63 AGUIAR, José, CABRITA, A. M. Reis, APPLETON, João, Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais, Volume I, Lisboa: Laboratório de Engenharia Civil, 2005, p.12

64 Carta de Amesterdão, 1975, p.2, http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf

21 - Património construído herdado, Marco de Canaveses.

Esta carta recomendava que os governos dos Estados Membros adoptassem medidas a nível legislativo, financeiro, educativo e admnistractivo, focando-se numa política de conservação do património. O documento realçava, ainda, as questões relacionadas com a sustentabilidade, uma vez que evocava uma necessidade premente de poupança dos recursos.[65]

No ano seguinte, assistiu-se a um grande reconhecimento acerca da importância da paisagem rural e da consciencialização do seu desaparecimento através d' *O Apelo de Granada de 1976* [66]. Efectuou-se um reconhecimento de âmbito internacional sobre os valores e saberes ancestrais da arquitectura em contexto rural que se encontrava já em "extinção". Este documento reconhecia nestas construções valores tangíveis e intangíveis tais como os de ordem lendária, histórica, artística, arqueológica, científica ou social. Alertava para as principais ameaças, como o desenvolvimento de forma industrializada da agricultura, bem como o êxodo rural, impulsionador de graves desequilíbrios demográficos e económicos, o envelhecimento das populações agrícolas; a degradação e desaparecimento do património construído, derivado da substituição de uma cultura local por outra cada vez mais industrial. Em termos recomendativos, procurou-se incentivar uma política de conservação do património arquitectónico que fosse aplicada também às áreas rurais, num sistema de planificação económica e de ordenamento do território.

Em 1989, resulta da conferência da UNESCO em Paris, uma importante recomendação[67] que aconselhava aos estados-membros a aplicarem certas disposições relativas à salvaguarda da cultura tradicional e popular, aplicando medidas a nível legislativo, de acordo com as suas práticas constitucionais internas para que entrassem em vigor nos respectivos territórios. Recomendava a cada estado membro uma difusão da cultura tradicional e popular, a sua identificação, conservação, salvaguarda, difusão, protecção bem como a cooperação internacional.

A perda do património vernáculo, emergiu com a tendente homogeneização das culturas locais, com a introdução da industrialização na agricultura, as migrações do campo e a perda dos saberes tradicionais que podiam fornecer ensinamentos preciosos a práticas mais sustentáveis e ecológicas de construção. Finalmente surgiu

65 Carta de Amesterdão, 1975, p.2, http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.

66 O Apelo de Granada de 1976, disponível em http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/3725/o%20apelo%20de%20granada.pdf?sequence=1

65 Recomendação Sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989, disponível em http://cvc.instituto-camoes.pt/cpc2007/patrimonio/bloco2/recomendacao_%20sobre_a_salvaguarda_da_cultura_tradicional.pdf

22 -Rio de Onor, Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960.
23 - Pitões de Júnias. Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960.

um documento complementar à "*Carta de Veneza*", regulada pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), que era unicamente dirigida à salvaguarda do património vernáculo através de princípios e orientações práticas de conservação.

Este documento, a "*Carta sobre o Património Construído Vernáculo*" de 1999, evidenciava nos seus fundamentos de actuação que "(...)*a conservação do património construído vernáculo ou tradicional devia ser realizada por especialistas de diversas disciplinas, que reconhecessem o carácter inevitável da mudança e do desenvolvimento, bem como a necessidade de respeitar a identidade cultural das comunidades*".[68]

Afirmava que "*O património vernáculo raramente se exprime através de edificações isoladas. Será, pois, melhor conservado se forem mantidos e preservados os conjuntos e os povoados representativos de cada região*".[69]

Salientava que "*O património construído vernáculo é parte integrante da paisagem cultural e essa relação deve ser tomada em consideração na preparação de programas de conservação (...) O património vernáculo abrange, não apenas as formas e os materiais dos edifícios, estruturas e espaços, mas também o modo como estes elementos são usados e interpretados pelas comunidades e ainda as tradições e expressões intangíveis que lhes estão associados.*"[70]

O reconhecimento do valor destas manifestações de arquitectura popular e consequente consciencialização para a sua preservação é um facto que tem ganho força devido a uma crescente homogeneização cultural, económica e social à qual estas estruturas frágeis estão expostas [71].

68 ICOMOS, Carta sobre o Património Construído Vernáculo, disponível em http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf

69 idem, ibidem

70 idem, ibidem

71 idem, ibidem

24 - Miranda, Sendim. Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960.
25 -Pitões de Júnias. Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960.

É progressivamente a partir da segunda metade do século XX que a arquitectura vernacular ganha um destaque individual face aos demais edifícios históricos resgatados dos antepassados ,conotados como *monumentos* e inseridos no conceito de *património*. As incursões dos levantamentos procedidos a nível nacional e as demandas europeias de cartas e convenções definiram na conservação da arquitectura vernacular, uma importante função de salvaguarda dos valores tangíveis e intangíveis que esse material poderia representar nas práticas arquitectónicas vigentes, bem como num apelo à memória individual e colectiva de uma sociedade. Para o projecto de reabilitação deste trabalho será determinante ter a noção que a conservação dos elementos autênticos e identitários que constituem a matéria de uma pré-existência, poderá consistir numa importante posição de salvaguarda de um testemunho, contribuindo para a transmissão de valores verdadeiros, nomeadamente históricos, culturais, sociais, plásticos ou pedagógicos a sociedades futuras.

O actual conceito de património vernáculo , referente a intervenções humanas anteriormente consideradas de pouco importância, passou a integrar o conjunto de interesses dos quais se situam no âmbito da conservação, ganhando uma relevância que aumenta gradualmente à medida que os processos de homogeneização das culturas se difunde. Como forma de contrariar esta tendência, a consciência das técnicas e materiais tradicionais poderão também elas serem uma referência e um precioso ensinamento para práticas de desenvolvimento e para manifestações mais sustentáveis da marca produzida pela o Homem no território.

Intervir no existente poderá sugerir uma conciliação entre a autenticidade remanescente dos elementos históricos representativos de uma específica fase temporal com a dos elementos novos introduzidos em função de um programa contemporâneo, na busca de criar um diálogo entre fases temporais e constructivas distintas, onde cada uma das materializações exprima o *Tempo* a si subjacente.

II. TEMPO NA (RE)CONSTRUÇÃO DE LUGARES

Anotações em torno dos princípios e modelos de ocupação do território português.

A denominação do núcleo de casas e objecto de estudo, popularmente designado por *Lugar* de Vilar foi o ponto de partida para o trabalho de investigação desenvolvido que se segue. Nesse sentido, pretende-se fazer uma reflexão teórica acerca da condição histórica e contemporânea de *Lugar*, quais as suas condições diferenciais e os seus modos de ocupação do território que emanam das vivências humanas a cada um deles associados. Procura-se registar as condições que justificam e caracterizam os dois tempos de construção em presença, o passado e o presente, com o objectivo de identificar os valores – específicos de cada momento e permanentes ao longo do tempo - que podem e devem informar as opções de projecto e o seu desenvolvimento no contexto deste trabalho. Como tal, procura-se caracterizar dois modos de habitar que estão associados a duas diferentes condições de lugar, uma que é histórica e identitária, e a outra que é contemporânea, industrial e tende a ser genérica.

Na primeira parte do capítulo desenvolve-se uma análise e reflexão em torno do modo de habitar que caracteriza a arquitectura vernacular, identificando a sua génese, características e constantes. Tendo por base um conjunto de trabalhos de investigação já publicados[72] e o registo de um conjunto significativo de construções caracterizadoras da arquitectura popular presente no território português, pretende-se compreender e identificar os motivos que determinaram a sua construção, as diferentes formas e modelos de ocupação, em comunidade ou isoladas, que se observam nas diferentes regiões do país, em particular da cultura e modo de construir característico do concelho do Marco de Canaveses.

O exercício de projecto, particularmente em contexto de reabilitação, pressupõe necessariamente um trabalho inicial de investigação em torno das origens da pré-existência em que se está a intervir que possibilite a identificação dos valores em presença os quais informam, justificam, condicionam e enriquecem a solução de projecto.

Assim, o objectivo deste capítulo centra-se na identificação dos conteúdos e dos valores do primeiro tempo das pré-existências a serem reabilitadas, que designamos tempo histórico, que suportam o processo de concepção desenvolvido e a solução de projecto que se apresenta.

72 Inquérito à Habitação Rural; Arquitectura Popular em Portugal ;Arquitectura Tradicional Portuguesa;

Na segunda parte do capítulo pretende-se reflectir acerca dos actuais modos de estar na Paisagem e nas principais transformações da mesma, nomeadamente nas mudanças em áreas periféricas às cidades e que contribuíram veementemente para a alteração do contexto das antigas estruturas agrícolas no Noroeste Peninsular. Reflectir a transformação da condição de lugares aos mesmos transformados da actualidade procurando introduzir uma aproximação real e contextual ao sítio a ser intervencionado, o Lugar de Vilar. Este desenvolvimento teórico procura posicionar no tempo e no espaço o momento contemporâneo das pré- existências a reabilitar: Os factores que influenciaram o estado encontrado dos objecto arquitectónicos durante os últimos anos, e que contrasta com o momento histórico da concepção. Recorrendo a essa descrição, pretende-se levar para o projecto de reabilitação a consciência de novos modos de ocupação do território e usos contemporâneos de novos modos de habitar a paisagem que naturalmente são diferentes daqueles citados no designado tempo histórico.

2.1 Habitar

Segundo o dicionário de língua portuguesa[73], por *habitar* entende-se "*residir; viver em; ocupar; ou frequentar*". Implica, assim, dotar um espaço de população ou de residentes, o que pressupõe a edificação de construções que garantam o abrigo e o desenvolvimento das actividades que estão associadas à permanência e sobrevivência no mesmo. No entanto, *habitar* não se resume a uma disponibilidade de espaço e abrigo, dependendo de um conjunto de outros factores que determinem a sua pertinência e utilidade, assim como, a natureza e o perfil do habitante. Historicamente, após ciclos de nomadismo característicos das sociedades primitivas, o homem alterou profundamente a sua forma de estar e de se relacionar com o mundo através da gestão da terra e dos recursos. Tal posição permitiu ao mesmo tornar-se fixo num *espaço* começando a organizar-se em comunidades de populações sedentárias e a ocupar os distintos territórios da Terra. As primeiras actividades económicas, tais como a agricultura e a criação de gado, garantiram a subsistência das referidas comunidades permitindo o seu desenvolvimento, dando origem a aglomerados mais densos.[74]

"*O homem primitivo usava seu próprio corpo como sistema de dimensionamento e proporcionamento de suas construções. A habilidade essencial de se construir uma moradia nas culturas tradicionais se baseia na sabedoria do corpo armazenada na memória táctil. Os conhecimentos e as habilidades essenciais do caçador, pescador e agricultor do passado, bem como do pedreiro e escultor, eram uma imitação de uma tradição corpórea dos ofícios, armazenada nos sentidos muscular e táctil. As habilidades eram obtidas incorporando-se as sequências de movimentos refinadas pela tradição, não pelas palavras ou pela teoria.*"[75]

Permanecendo fixo num *espaço*, o homem passou a manipular os recursos naturais a que tinha acesso e ao usá-los durante muito tempo e da mesma maneira criou um modo de construir característico de uma cultura. Desde as suas origens, a necessidade de construir um abrigo reflectiu as circunstâncias que envolviam a vida de uma determinada sociedade primitiva e, consequentemente, a própria interpretação do homem sobre o mundo que o rodeava. Como tal, o abrigo constituía

73 Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, 8ºedição revista e actualizada, p. 852

74 MENÉRES, António, "Arquitecturas Populares. Memórias do tempo e do património construído, p.31

75 PALLASMAA, Juhani, Os olhos da pele. A arquitectura e os sentidos, p.57

26 - Lugar de Vilar. Marco de Canaveses.

um espaço fundamental nas relações do homem com o meio natural que o envolvia.[76]

Habitar era mais do que ter a própria residência na medida em que, era no espaço da mesma onde se desempenhavam as mais diversas actividades inerentes à subsistência e que eram definidas pelo trabalhar, cozinhar, alimentar, descansar, recriar, pensar e que se repetiam diariamente.[77] Essa rotina traduzia-se em algo que era habitual.[78]

A enorme variedade de ambientes e circunstâncias geográficas deram origem a diferentes formas de subsistência, de necessidades de abrigo, de possibilidades de construção e, consequentemente, de diferentes formas de edifícios que foram expressão e reflexo directo de uma necessidade, possibilidade e função. Quanto mais variável fosse o clima, as condições do solo, a vegetação, o cultivo, as economias, mais diversos resultariam os povoamentos e a própria organização social e, consequentemente, as suas construções. Na busca de um espírito oculto inerente a cada região geográfica torna-se "(...) *necessário voltar constantemente à terra (...) A terra, de onde tudo nasce, e aonde tudo o que é vivo acaba por regressar ao morrer, está sempre e presente. O chão que se pisa é o elemento sólido onde o homem se apoia para se alimentar, caminhar, correr ou partir em direcção ao céu e aos astros. A terra molda o homem à sua imagem e semelhança. É ela que o faz beirão ou alentejano, minhoto ou algarvio.*"[79]

Derivada de uma tradição secular e historicamente caracterizada por uma necessária economia de meios e recursos, a construção vernacular esteve naturalmente e sempre condicionada ao clima, aos materiais existentes e às técnicas construtivas locais. Dando como exemplo o quadro nacional, a Norte, a abundância da pedra de granito concedeu uma excelente rigidez às construções, enquanto no Sul a falta da mesma levava a soluções em adobe, tijolo ou taipa [80] . Assim, se, na

76 MENÉRES, António, "Arquitecturas Populares. Memórias do tempo e do património construído, p.31

77 PALLASMAA, Juhani, Os olhos da pele. A arquitectura dos sentidos, p.60

78 HEIDEGGER, Martin; Construir, Habitar, Pensar. Disponível em http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf

79 MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne, Belo, Duarte, Portugal, O sabor da terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões. pp. 17-18

80 MENÉRES, António, "Arquitecturas Populares. Memórias do tempo e do património construído, p.31

27- A cabana de Heidegger, Todtnauberg, Alemanha, 1922.

sua essência, este princípio emergiu como permanência e constante da arquitetura vernacular, por outro lado, a sua aplicação permitiu a adequação das construções à especificidade local, criando um modo de fazer num ambiente peculiar de uma região, que a distingue das restantes.

Para Christian Norberg-Schulz, esses espaços que advêm de um determinado ambiente, que têm um carácter que os distinguem, e que vão para lá da localização abstracta, definem um *Lugar*[81]. O *Lugar*, tal como Schulz o descreve, baseia-se na interferência humana sobre o espaço com a produção de significados, através de processos de fixação, de habitação, criando com a passagem do tempo a existência de uma identidade, que o autor denomina por "*stabilitas loci*". [82] O processo de assentamento e de habitar dependia da forma como o homem visualizava o ambiente e o interpretava, a maneira como através do acto sobre o mesmo o complementava e, após um processo de apropriação, como o definia criando símbolos de modo a que este lhe pudesse significar algo. Cada ser e cada lugar tinham, também de acordo com uma crença romana, o seu "*Genius loci*", um espírito do lugar, um guardião que emitia vida e protecção às pessoas e aos seus lugares, acompanhando-os desde o nascimento até à morte e que eram determinantes para a sua essência e para o seu carácter.[83]

Antes dos habitantes construírem as suas habitações era celebrado um pacto com a divindade local [84] . A sua percepção tornava-se importante nas escolhas do lugar em que o homem se fixava. A permanente interação do ser humano com o ambiente, quer moldando-o e deixando se moldar, tornou difícil demarcar a existência do eu com o lugar que o envolvia.[85]

Tal eventualidade tinha uma repercussão directa no *ser*, pois "(...)*o ser tem de ser entendido como (…) um efeito do lugar*" e " *o ser emerge apenas e através do lugar*".[86]

O *lugar* tem um carácter concreto, empírico, existencial, articulado, definido pelos valores simbólicos e históricos. [87] O *lugar* complementa-se a nível da sua constituição por coisas bem concretas, tais como

81 NORBERG-SCHULZ, Christian, Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture, p.6

82 idem, ibidem

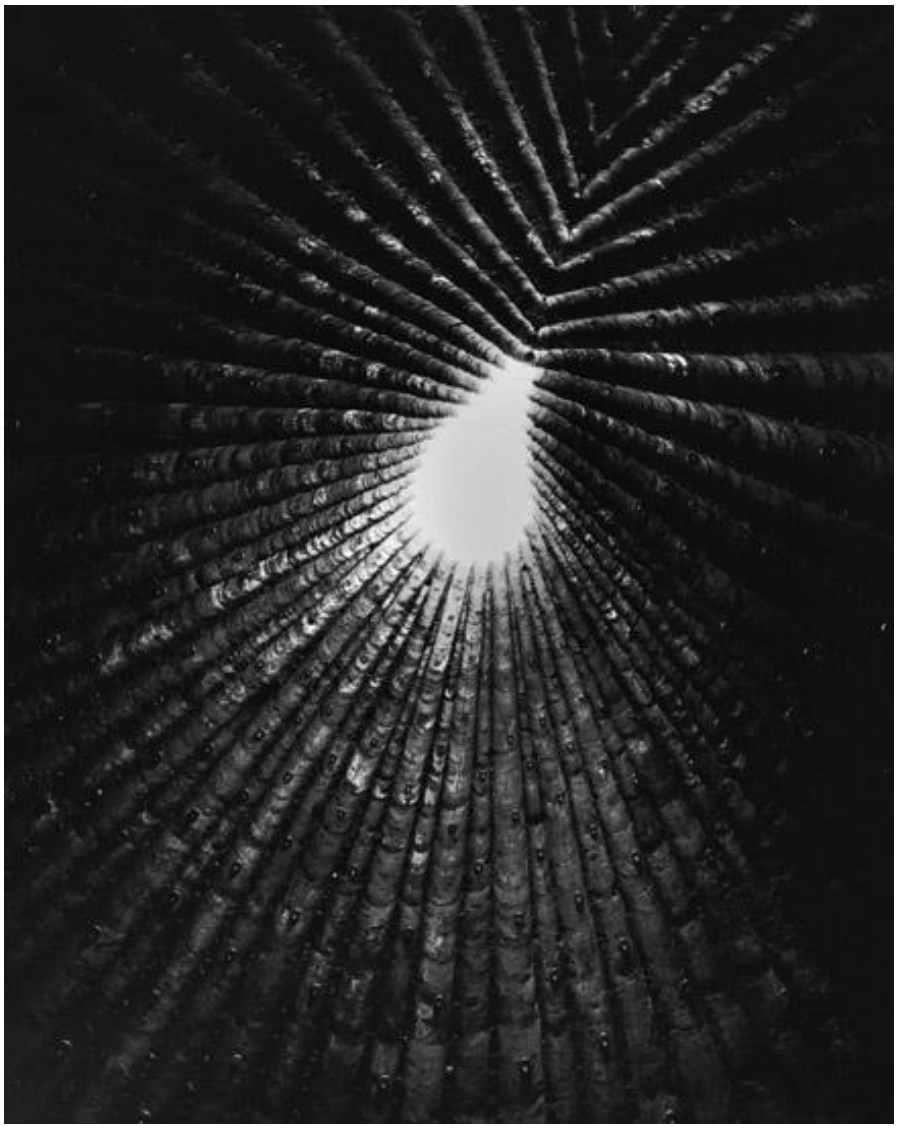
83 idem, p.19

84 MATTOSO, José, Portugal, O sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões. p.29

85 PALLASMAA, Juhani, Os olhos da pele. Arquitectura dos sentidos. p.61

86 MALPAS, Jeff, Heidegger´s topology: being, place, world; tradução livre, p.6

87 MONTANER, Josep Maria, A Modernidade Superada, p.33



28 - Capela Bruder Klaus , Mechemich, Alemanha , Peter Zumthor, 2007.

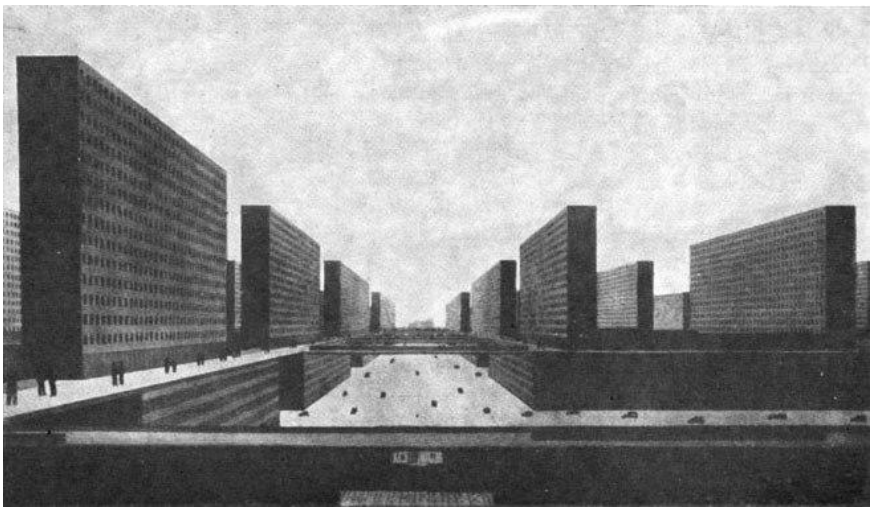
material, forma, textura, cor e estrutura, aos quais está associado um determinado tempo cultural. O *lugar* diferencia-se assim do conceito de *espaço* que por sua vez está relacionado com o que é abstracto, racional , indefinido e genérico.[88]

Para os povos ancestrais, o lugar era o centro do seu mundo. Cada povoação subsistia e vivia consoante as crenças e tradições perpetuadas no tempo e que a definia, de forma geracional, e as montanhas os limites do mundo, onde a terra e o céu se encontravam numa visão antropocêntrica da existência por parte do Homem [89]. Do mesmo modo que esse lugar consistia numa centralidade para cada povoação, o abrigo pessoal era o centro do mundo do íntimo para cada homem. Foi a partir do seu abrigo e da sua povoação que o homem saiu à procura do desconhecido mundo exterior. Falamos portanto da origem, o lugar onde o homem nasce para o mundo e primeiramente se relaciona com ele, pois o conhece, o domina, e onde experiencia alguns dos acontecimentos mais marcantes que definirão a sua existência. Neste sentido, as funções essenciais no habitar inerentes ao Lugar, e que conferiam um suporte existencial ao Homem, eram a de i*dentificar* e a de *orientar*.[90]

88 MONTANER, Joseph Maria, A Modernidade Superada, p. 33

89 NORBERG-SCHULZ, Christian, Existencia, Espacio y Arquitectura, p.21

90 idem, ibidem, p.19



29 - "Playtime", Jacques Tati, 1967.
30 - Vertical City, Ludwig Hilberseimer, 1924.

2.2 A Comunidade

Por *comunidade* entende-se uma qualidade do que é comum, um conjunto de pessoas que vivem em conjunto com recursos que não são da sua propriedade pessoal.[91]

Pretende-se introduzir o conceito de *comunidade* enquanto partilha e pertença de espaço habitado. Nesse sistema de espaços comuns, eram adoptadas directrizes entre si por quem os habitava, tais como o idioma, os costumes, o espaço, as práticas cotidianas, que resultavam num entendimento singular sobre a vida. Estes antigos ambientes rurais privilegiavam um meio onde subsistia um notório sentido de comunidade, que permitia aos mais pequenos aglomerados adquirir um calor e uma vitalidade que era fruto das relações humanas.[92]

A arquitectura vernácula consistia numa prática de *autoconstrução*, que era feita com o apoio da vizinhança, havendo troca de serviços. As populações rurais tinham um sentido comunitário que era inexistente em contextos urbanos.[93]

A este modo de habitar estava implícito o sentido de pertença a um lugar, de comunidade, de partilha e a entreajuda. Todos estas circunstâncias conduziram à criação de uma identidade que inevitavelmente se diferenciava de outras com situações geográficas díspares. A noção de protecção e de auxílio na lavoura dos campos tornavam-se motivos relevantes para uma união que não era apenas formal mas também vivencial. Esse auxílio estava patente também na construção das habitações mais próximas, onde a mão-de-obra para as conseguir erguer estava no próprio lugar. A probabilidade de cada conjunto rural se tornar mais sustentável crescia com a dimensão de cada comunidade. As formas de ocupação do território por parte das comunidades rurais tiveram uma caracterização distinta consoante a altitude, clima e topografia em que se implantavam.

Usando como referência o trabalho divulgado pelas equipas do Inquérito à Arquitectura em Portugal, nomeadamente o da zona 1, com foco nas áreas do Minho e Douro Litoral, podemos caracterizar os aglomerados rurais segundo as seguintes maneiras: povoamento concentrado, povoamento de montanha e povoamento

91 Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, 8ºedição revista e actualizada, p. 396

92 LOBO, Vasco, problemas actuais da pequena habitação rural, p.60

93 MENÉRES, António, EUAC Colóquio: Inquérito à Arquitectura Popular: 50 anos depois, disponível em https://www.youtube.com/watch?v=2YHQI1va9IA

31 - Núcleo rural de Quintã, Baião.

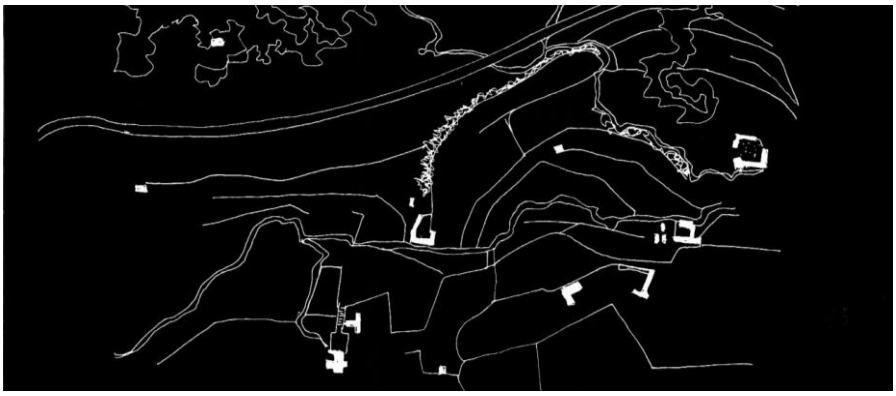
disseminado. Os de tipo concentrado, geralmente situados numa encosta, na proximidade de uma fonte ou de um riacho, envolvidos por acidentes, eram normalmente lugares pequenos e isolados. O aglomerado tendia a ser formado por uma dúzia de casas de habitação, uma escola, igreja, sítios de venda, adro e à volta os campos onde o lavrador se dedicava à terra. Criava-se uma relação centrífuga e centrípeta nas deslocações para o trabalho, já que partiam dum núcleo compacto para fora do limite dos campos, regressando no final do trabalho ao ponto de origem[94]. Os aglomerados de montanha tinham características idênticas ao povoado de encosta, apesar das condições serem mais agrestes e acidentadas. Estes tendiam a ser mais independentes que os anteriores, tendo em conta que se encontravam mais isolados em termos físicos do resto do território[95].O aglomerado disseminado diferencia-se dos anteriores, caracterizando-se por uma proximidade entre o lavrador e a sua família das terras que trabalhavam. O mesmo tipo pontuava o território criando uma rede de caminhos de pequena escala. As casas dos lavradores juntamente com as construções de apoio à lavoura criavam em conjunto um pequeno sistema auto-suficiente.[96]

Tendo em conta a caracterização de ocupação publicada em "*Arquitectura Popular em Portugal*", podemos constatar a existência de dois tipos de aglomerado vernáculo predominante na região do Marco de Canaveses. Referimo-nos ao *aglomerado de montanha* nas zonas serranas da Aboboreira, de que são exemplo o núcleo rural de Quintã e o de Currais em Baião; e o de povoamento disseminado nas encostas dos vales sobre o Tâmega e o Douro, que é o caso do núcleo rural em estudo, o Lugar de Vilar, que se insere numa vasta paisagem disseminada a meia encosta face às restantes formas de ocupação da envolvente próxima. Os povoamentos disseminados poderão estar relacionados com a apropriação do solo, sem grandes alterações daquela que é a sua topografia, situando-se em lugares que melhor pudessem corresponder às necessidades de sobrevivência e subsistência. Como tal, e dada a prática agrária recorrente neste tipo de povoações, privilegiava-se a proximidade a linhas de água, de ribeiros, fulcrais na exploração das terras. As questões de segurança e o sentimento de pertença que um núcleo rural oferecia, são seguramente motivos que estiveram na base da criação dos aglomerados rurais.

94 AA.VV, Arquitectura Popular em Portugal, p. 25

95 idem, ibidem, p.37

96 idem, ibidem, p.45



32 - Esquema de povoamento de montanha, IAPP. 1955-1960.
33 - Esquema de ocupação de povoamento disseminado, IAPP. 1955-1960.
34 - Esquema de povoamento concentrado, IAPP. 1955-1960.

"*A distribuição dos habitantes em núcleos densos ou em casas dispersas estava já regionalmente bem definida em 1527. Por exemplo, entre Douro e Minho, apenas 21 por cento da população se concentrava em «lugares juntos», enquanto os 79 por cento restantes vivam dispersos em «casais»*".[97]

A noção de entreajuda no trabalho árduo do campo era outro dos motivos na relação de proximidade e de vizinhança destes edificados, ressaltando um espírito de cooperativismo entre habitantes do mesmo núcleo rural. O sentido de vizinhança e de pertença estavam neste contexto particularmente vincados. A construção da casa surge como elemento fundamental e definidor na distinção entre o espaço exterior de uso colectivo e o espaço interior privado, sendo a parede exterior da casa elemento físico dessa separação. Como tal, os limites entre os espaços privados e íntimos da casa com o exterior público da rua ou largo eram muito próximos. O facto destas construções se apropriarem ao meio ao qual estavam inseridas, e terem que responder a questões funcionais da necessidade do lavrador consoante as exigências da lavoura, faziam destes exemplos de arquitectura anónima, elementos aos quais atribuímos valor pela sua especificidade e singularidade.

97 MATTOSO, José, Portugal, o sabor da terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões, p.44

35 - Núcleo rural de Quintã. Baião.

2.3 Tipologias Marco de Canaveses

Do ponto de vista do projecto de reabilitação desenvolvido no contexto desta dissertação, importa registar as formas de ocupação associadas a esse modo de habitar, bastante dependente do meio em que estava inserido e de uma prática agrícola subjacente. Procurou-se identificar as tipologias arquitectónicas, com especial atenção na zona do Marco de Canaveses, que integrava como já referido a zona 1 do Inquérito à Arquitectura Popular, a zona Douro Litoral.

A zona 1 corresponde ao Noroeste Peninsular abrangendo terras que se estendem do litoral ao interior mais acidentado e do Minho ao Mondego. O levantamento desta região ficou ao cargo dos arquitectos Fernando Távora, Rui Pimentel e António Menéres. Caracteriza-se por ter uma extensa área bastante sinuosa, de densa vegetação e com um grande número de linhas de água protagonizada ao centro por dois elementos de grande destaque no território como o rio Tâmega e o rio Douro. Do Minho ao Douro identifica-se a existência de um sistema granítico das serras de Peneda, Soajo, Gerês, Cabreira, Marão enquanto no lado mais ocidental destacam-se as aflorações xistosas da serra de Valongo [98] . Em termos arbóreos predominava o pinheiro bravo, o carvalho e o castanheiro.

Na região Norte abordada pelo inquérito, os materiais mais usados eram a pedra de granito ou a de xisto, geralmente sem apresentaram grande ostentação, revelando uma grande pobreza no modo de construir. As casas desta região evidenciavam uma extrema funcionalidade, uma vez que eram erguidas para satisfazer duas funções essenciais, apoiar e dar condições de desenvolvimento à prática agrícola e garantir o abrigo. Por vezes, a necessidade de ampliação, de criação de novas instalações, motivadas por novas necessidades funcionais, deram origem ao aparecimento de estruturas que ao longo do tempo ganharam dimensão e complexidade adquirindo um carácter evolutivo.

Partindo de uma forma simplificada, geralmente rectangular, essas construções evoluíam para outras formas mais complexas e articuladas. Os assentamentos vernaculares estavam normalmente ligados à topografia, tirando partido dos afloramentos rochosos existentes, apesar das construções serem pequenas e geometricamente simples. As implantações das casas ficavam ao critério dos mestres pedreiros ou do lavrador, que procuravam a proximidade dos caminhos,

98 AA.VV., Arquitectura Popular em Portugal, p.6

36 - Sequeiro, Aldeia de Fontes. Marco de Canaveses.

dos ribeiros, e preferencialmente da protecção dos ventos dominantes. As mesmas construções, em ambiente rural, reduziam-se à sua função de abrigo não contemplando soluções específicas para as questões relacionadas com a higiene pessoal. Eram desprovidas de qualquer saneamento colectivo, de distribuição de água potável, ou distribuição de electricidade.[99]

Em determinados aglomerados, sobretudo os mais importantes e de maior dimensão as construções davam também resposta às necessidades de "organização de produção" porque se destinavam também ao abrigo das matérias-primas recolhidas na envolvência, da comunidade e para a comunidade, procedendo ao fabrico de diversos produtos, utilizando as tecnologias e materiais existentes na região e ainda à criação de animais.[100]

No concelho do Marco de Canaveses, a cultura de maior expressão era a da vinha. Seguia-se a produção de azeitona, dos pomares de citrinos, macieiras, pessegueiros e pereiras, do cereal como o milho, ou outras como a do feijão e da batata. Tanto o cultivo da aveia como o da cevada tinham maior importância que as culturas de menor expressão do concelho como era o caso do centeio e do trigo.[101]

A casa tipo do Norte era geralmente a casa-bloco com um piso térreo e um andar com uma distinção funcional.[102]

"*O tipo do Norte caracteriza-se essencialmente por ter dois pisos, uma loja térrea destinada aos gados e à guarda de alfaias e produtos agrícolas, e um sobrado ou andar para habitação, onde ficam a cozinha e os quartos. Estas duas peças, sobrepostas, são todavia independentes. A entrada para a parte de habitação faz-se por uma escada exterior de pedra, paralela ou perpendicular à fachada, com patamar em frente à porta principal. As paredes mostram os blocos, mais ou menos regulares, apenas sobrepostos, sem argamassa, reboco ou caiação.*"[103]

99 LOBO, Vasco, Problemas actuais da pequena habitação rural p.52

100 PACHECO, Hélder, Património Cultural em Portugal, p.100

101 AA.VV; Marco de Canaveses. Entre o Douro e o Tâmega, onde começa o Marão pp.62-63

102 GALHANO, Fernando, Veiga, Ernesto, Arquitectura Tradicional Portuguesa, p.21

103 RIBEIRO, Orlando, Portugal, Mediterrâneo e Atlântico, pp.92-93

37 - Núcleo rural de Currais desabitado. Baião.

No Marco de Canaveses uma das tipologias mais adoptadas em construções vernaculares é também a casa-bloco de modestas dimensões, de dois pisos onde o rés-chão se destina a albergar os espaços destinados a apoiar a prática da lavoura. Nesse nível, usualmente, situavam-se o lagar, destinado à transformação do azeite e do vinho; a adega para armazenamento; a tulha, onde se protegiam das intempéries os cereais; e também as cortes, onde se recolhiam os animais, responsáveis pela climatização do ambiente do piso superior nas noites mais rigorosas, através da libertação do calor dos corpos.

Para além dessa particularidade, o facto do espaço da habitação estar elevado do piso térreo, impedia o contacto directo com as terras e atenuava, como tal, a transmissão de humidades para o interior da habitação [104] . As dimensões das portas ou portões eram pensadas à escala dos animais de maior porte e das alfaias agrícolas, daí terem uma largura superior aos vãos do piso do superior, claramente dimensionados à escala humana.

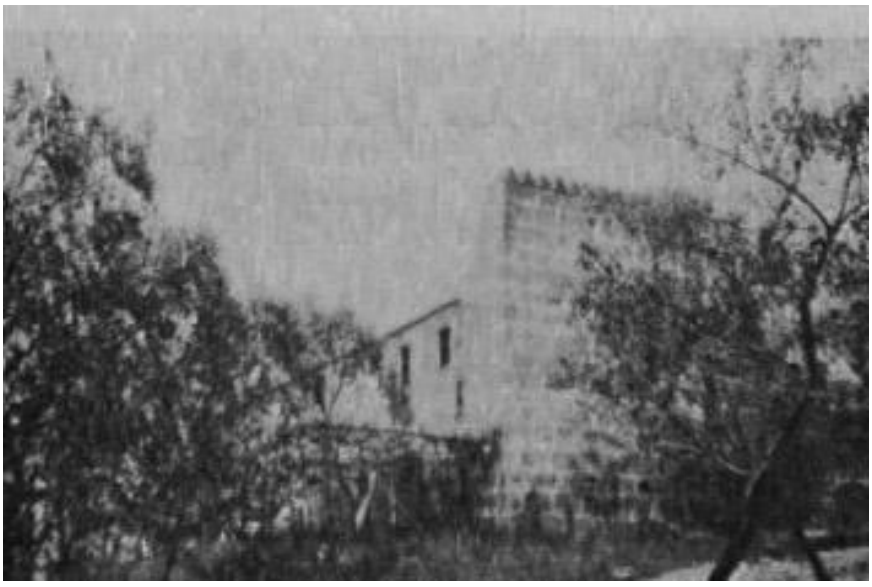
Independentemente da predominância das tipologias de bloco simples rectangular, observava-se ainda, mas com menos regularidade, a existência de implantações em L ou em U, sendo estas duas o reflexo ou o resultado de necessidades de evolução. Nestas situações identificava-se a existência de um volume inicial que se estendia em resposta a crescentes necessidades. As habitações encontravam-se em permanente e com potencial transformação já que era frequente se construir a partir delas ou à sua volta outros anexos, ou albergues de apoio à prática da lavoura.

Casa-elementar[105]

A casa elementar é uma casa de dimensões mais reduzidas que a casa-bloco e caracteriza-se essencialmente por ser uma casa térrea com um só compartimento, por vezes divido por paredes divisórias. São frequentes entre as classes mais pobres das zonas rurais, pertencendo a trabalhadores com poucas terras e gados. Geralmente de planta rectangular ou quadrangular e com uma cobertura de duas águas. Esta tipologia veio progressivamente a sofrer alterações ao nível do revestimento, tendo-se assistido à substituição de uma cobertura vegetal em colmo de tradição castreja para uma cerâmica de telha.

104 LOBO, Vasco, Problemas actuais da pequena habitação rural, p.53

104 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto ,GALHANO, Fernando, Arquitectura Tradicional Portuguesa, p.23



38 - Casa em Tuías, Marco de Canaveses. Fotografia publicada em Inquérito à habitação rural.1943
39 - Casa em Tuías, Marco de Canaveses. Fotografia publicada em Inquérito à habitação rural.1943

2.4 Exemplares Marco de Canaveses

O Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal permitiu antes da perda e adulteração do património edificado português de matriz vernacular criar um importante registo fotográfico e desenhado, que se revelou fundamental para a sua compreensão, mas sobretudo enquanto instrumento de trabalho e aprendizagem em contextos de intervenção.

Com o desenvolvimento do trabalho para esta dissertação, bem como do projecto para a reabilitação das pré-existências no Lugar de Vilar, realizaram-se estudos no mesmo a ser intervencionado assim como levantamentos fotográficos e descritivos de outros núcleos vernáculos da sua proximidade.

Nesta parte do capítulo, procedeu-se ao registo de um conjunto de estruturas vernáculas existentes no município do Marco de Canaveses que são testemunho histórico e *memória* de algumas comunidades. São construções que por não terem sido objecto de transformação e adulteração e, na maior parte dos casos terem sido abandonadas, preservam alguma autenticidade. Este levantamento incide sobre pré-existências modestas, geralmente habitações de caseiros que trabalhavam terrenos feudais, e algumas formas mais eruditas de construção no concelho. O levantamento realizado permitiu também identificar permanências e similitudes nas diversas construções realizadas ao longo dos tempos, num conjunto de freguesias do Marco de Canaveses.

Povoamento Disseminado

Na freguesia do Freixo, na proximidade das ruínas da cidade romana de Tongóbriga, situa-se um pequeno aglomerado de casas em granito de dimensões modestas, que foi parcialmente alvo de uma reabilitação e de adaptação a novos usos, como é o caso do edifício da actual Escola Profissional de Arqueologia. Neste aglomerado, podemos identificar casos onde a escada de entrada para o piso de sobrado se encontra adjacente à fachada, fazendo uma ligação ao corpo da varanda. A análise dos diferentes casos permitiu-nos identificar a adopção de diferentes estratégias de localização da escada, que varia muitas vezes de uma posição lateral para uma posição transversal à habitação.

O núcleo rural de Fontes situa-se um pouco abaixo das ruínas do Freixo, numa zona a meia encosta. Apesar de consistir num conjunto de várias construções vernáculas, não contempla a existência de uma igreja ou serviços complementares.

40- Núcleo rural de Currais, Baião.

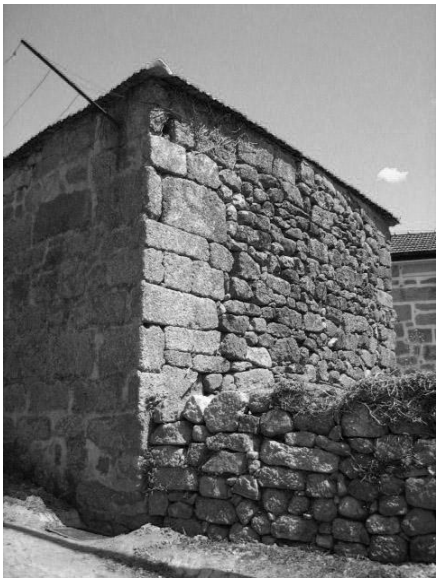
Este conjunto edificado era, essencialmente, constituído por edifícios de habitação e de anexos de apoio à prática da lavoura. Actualmente o núcleo encontra-se parcialmente reabilitado, ainda que existam três memórias esquecidas. Referimo-nos a duas casas-bloco de rés-chão mais piso sobrado e um sequeiro. Ambas as estruturas preservam grande parte da sua autenticidade, tendo em conta que não sofreram quaisquer transformações e adulterações à forma e sistema constructivo originais. Próximo do aglomerado de Fontes constata-se a existência de um antigo exemplar de uma tipologia evolutiva que partiu da casa-bloco para uma estrutura em U, confinando um eirado que tem uma relação directa com o caminho público e com os compartimentos da casa. Apresenta uma escadaria transversal à mesma e encontra-se protegida dos ventos dominantes de Oeste e Sudoeste, através da orientação que a sua implantação assume.

A casa em Picota situa-se perto do cento urbano do Marco de Canaveses. Este conjunto é composto por dois volumes, um celeiro e um volume de habitação com um piso de sobrado e cortes de gado na planta térrea. O corpo da habitação representa mais uma forma de construção evolutiva uma vez que se anexa um sequeiro constituindo uma planta em L. Estes dois volumes implantados paralelamente definem um quinteiro cujo acesso se faz pela estrada principal do Marco. Tal como no caso anterior, em Povoação Grande, perto da cidade romana de Tongóbriga encontramos um edifício de habitação com piso de sobrado, cortes no rés-chão e um sequeiro adjacente. Ambos definem um eirado. O volume da habitação é longo e o seu acesso faz-se por uma escada vertical a partir do quinteiro. O sequeiro representa uma tipologia mais encerrada e com uma dimensão de vãos reduzida, diferenciando-se das estruturas do Minho de pilares e portadas em madeira.

As casas de São Nicolau localizam-se perto da antiga ponte romana, sobre o rio Tâmega e junto ao pelourinho de São Nicolau, um símbolo de poder municipal, administrativo e judicial que outrora esta freguesia teve, e que foi reconhecido como património nacional. As referidas casas são exemplo de duas casas-bloco onde a escada de acesso ao piso do sobrado aparece adjacente à fachada.

Povoamento de Montanha

O núcleo rural de Quintã é um aglomerado mais denso que o anterior, localizando-se na zona serrana. Usufrui de uma pequena capela. De salientar a particularidade de um dos edifícios ao nível da solução semicircular de varanda, em pedra de granito e a entrada para outros dois edifícios ser feita por um alpendre e



41 - Aldeia de Fontes. Habitação. Marco de Canaveses.
42 - Tongóbriga. Habitação. Marco de Canaveses.
43 - Aldeia de Fontes. Habitação. Marco de Canaveses.
44 - Picota . Celeiro. Marco de Canaveses.

não por uma varanda como era habitual. O núcleo de Currais localiza-se na Serra da Aboboreira, perto de Baião, em zonas serranas de cota alta. A pobreza do conjunto é evidenciada por um aparelho de pedra bastante irregular em todas as construções. O referido conjunto é exemplo de um aproveitamento dos afloramentos rochosos existentes para a implantação das construções, servindo de fundações às mesmas.

Arquitectura de feição eruditas

A casa dos Arcos, situada em Rio de Galinhas, é uma casa senhorial de tipologia em L, na qual se identificam algumas soluções eruditas do século XVIII. A casa desenvolve-se em dois pisos, apresentando um longo pórtico a nível térreo e primeiro andar constituído por vãos arqueados trabalhados em granito. O posicionamento da escadaria situa-se no ângulo interior do L, e o acesso é feito pelo quinteiro. De forma adjacente e antecedente à casa surge um longo eirado desenhado por lajes graníticas, demonstrando uma propensão agrícola. A casa do Outeiro de feição erudita remonta desde o século XVII e localiza-se em Tuías, perto do núcleo rural de Vilar. A esta estavam associadas as instalações dos caseiros, num pequeno aglomerado que se localiza a uma cota inferior.

45 - Casa dos Arcos. Rio de Galinhas, Marco de Canaveses.
46 - Núcleo de São Nicolau, Marco de Canaveses.
47 - Povoação Grande, Marco de Canaveses.
48 - Núcleo rural de Currais. Baião.

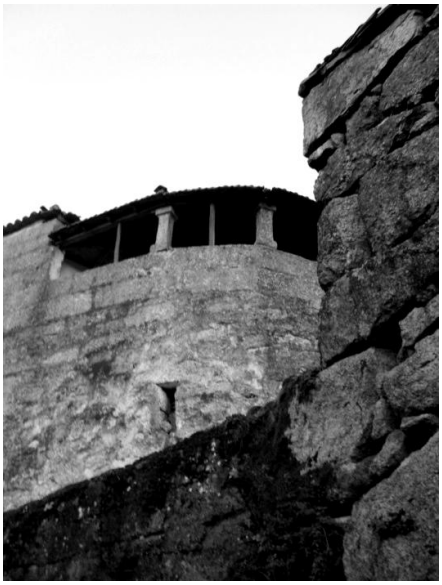
De seguida fazemos uma caracterização dos principais espaços constituintes das tipologias abordadas, e que caracterizam o funcionamento dos edifícios, constituindo relações entre espaços que são o modelo dominante na área geográfica em estudo. Esta análise procura identificar as principais características tipológicas que serão alvo de uma abordagem aquando do projecto de reabilitação deste trabalho. Procura-se fazer uma notação dos principais espaços comummente identificados e, levantamentos às estruturas vernáculas, na região Douro Litoral.

A nível do rés-chão, o Lagar constituía o espaço de maior importância. O Lagar assim como a adega, para além de serem os locais apropriados para o armazenamento, produção e transformação do vinho e do azeite, eram também usados como espaços de convívio. Geralmente os dois compartimentos tinham um pé-direito significativamente baixo. As cortes eram espaços fundamentais da casa. Apesar de serem espaços muito modestos, davam abrigo aos animais que garantiam a sobrevivência de cada família não só no apoio ao trabalho agrícola, mas como fonte de aquecimento e alimento. Nas cortes geralmente ficavam bois e vacas assim como ovelhas e cabras, separados convenientemente em dois ou mais espaços divididos por uma parede de granito. Nos espaços das cortes, usualmente, uma das paredes estruturais servia de manjedoura, onde se colocava o alimento do animal.

A nível do piso do sobrado, a varanda era um elemento de particular importância em tipologias com uma articulação em L ou em U. Para além de funcionar como espaço de mediação entre o interior da habitação e o espaço exterior onde se desenrolava a vida em comunidade, a varanda era também fundamental no apoio à prática agrícola pois nela se desenvolviam diversas actividades, designadamente a desfolhada e secagem do milho, durante os meses de Setembro e Outubro [106] . Para além das funções descritas, estes espaços proporcionavam ainda proteção contra as intempéries criando uma área extensa de sombra para regular a temperatura nos meses quentes de Verão.

As varandas eram constituídas por uma estrutura e por um pavimento em madeira apoiados, normalmente, ou em paredes ou pórticos de granito, sendo o acesso garantido geralmente por uma escada exterior no mesmo material. O acesso desta à galeria da habitação permitia tornar independentes o piso térreo e o piso do sobrado, separando o espaço dedicado aos animais do espaço da habitação. A

106 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto; GALHANO, Fernando, Arquitectura Tradicional Portuguesa, p.144



49- Exemplo de Lagar. Casa dos Arcos.
50 - Varanda. Área arqueológica de Tongóbriga.
51 - Exemplo de Varanda. Núcleo de Quintã.
52 - Exemplo de Manjedoura.

escada que ligava o piso térreo ao primeiro andar era preferencialmente colocada próxima da cozinha, de maneira a ter um acesso mais directo.

A cozinha era o compartimento mais importante da casa a nível do primeiro andar, no qual decorria toda a vida familiar e onde se recebiam pessoas não pertencentes à família. Como tal, as suas dimensões, geralmente eram as mais generosas, na relação com os restantes compartimentos que definiam o resto da casa rural. A cozinha, por norma, era sempre soalhada ou lajeada. Tal como a generalidade das cozinhas desta região, constatou-se como permanência a opção de reduzir as aberturas para o exterior, limitando-as à porta de entrada e alguns postigos. Caracterizava-se por ter uma lareira nivelada pelo pavimento e podendo situar-se quer ao centro ou a um dos lados do compartimento. Ao canto da lareira, e muitas vezes separado dela por um banco, ficava localizado o forno do pão. O forno e a lareira situavam-se geralmente em sítios idênticos por quase toda a área do Noroeste português.[107]

Para além do forno do pão, para cozinhar pão de milho ou de centeio assim como broa, existia um outro mais pequeno para assados e arroz [108] . Os fornos mais pequenos eram construídos numa peça só de barro, enquanto os maiores eram construídos de abóbadas de tijolo, alvenaria ou xisto.

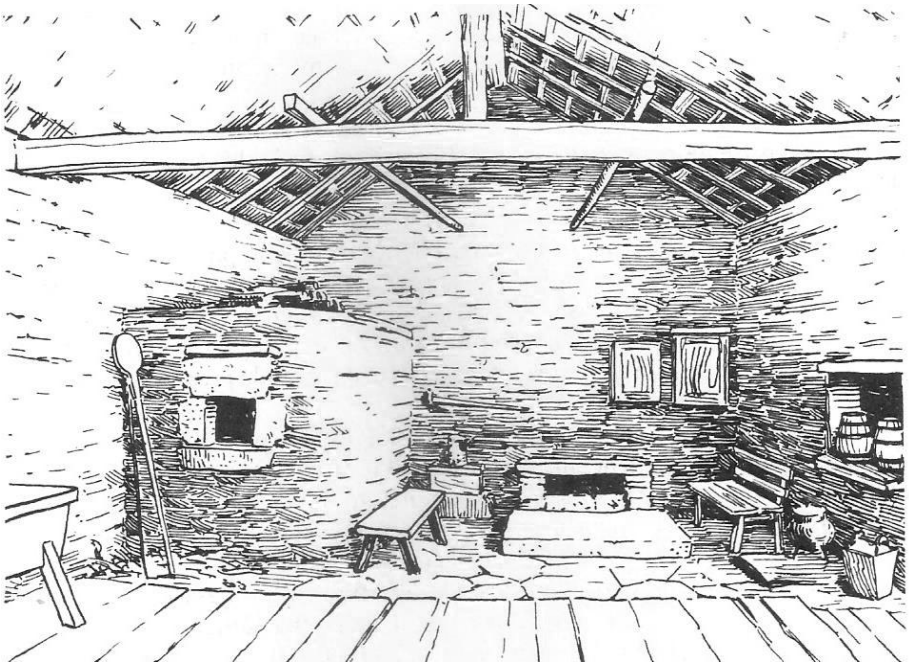
Em relação à existência ou não de chaminé, a partir da análise desenvolvida constatou-se que esta acabou por ser um elemento mais recente difundido nas zonas rurais do Norte do país [109] . Quando a chaminé não existia, os interiores destes espaços denotavam alguma escuridão, devido à acumulação de fumo, e a extracção do mesmo era feita pela telha-vã, isto é, a telha colocada sem um forro interior no tecto, ou pela colocação de telhas levantadas. Tanto em casas mais modestas como nas mais nobres, a exaustão do fumo podia ser auxiliada por pequenas frestas ou pela porta de entrada na cozinha.

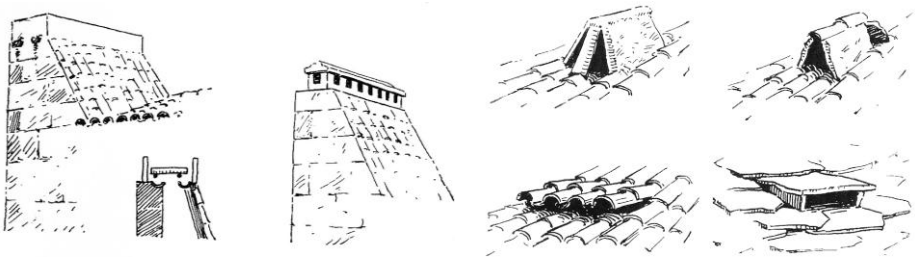
Nesta zona do baixo Douro e Tâmega constatou-se ser frequente a existência de uma chaminé de grande dimensão, com uma forma de torre coberta por um pequeno telhado a definir um dos topos do edifico. Nas zonas do Marco de

107 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto ,GALHANO, Fernando, Arquitectura Tradicional Portuguesa, pp.113

108 idem, ibidem, pp.116

109 idem, ibidem, pp.119





53 - Ilustração de cozinha com lareira e forno adjacente. Publicado em Arquitectura Tradicional Portuguesa.
54 - Ilustração de tipos de chaminé-torre. Publicado em Arquitectura Tradicional Portuguesa.
55 - Ilustração de tipos de telha-vã. Publicado em Arquitectura Tradicional Portuguesa.

Canaveses, Amarante e Cinfães, o tipo de chaminé mais frequente é a chaminé-torre.[110]

Geralmente, a estas diversas formas de chaminé correspondia, no interior da cozinha, uma grande saia, equipada com uma prateleira onde se pousavam peças de louça maiores; As saias eram feitas de padieiras em pedra assentes em pilares bastante expressivos do mesmo material.[111]

Situado na entrada da casa, o espaço da sala tinha, por princípio uma natureza cerimonial, estando relacionado com acções solenes, como a visita pascal, a velada fúnebre, ou outros acontecimentos festivos e religiosos pelo que, geralmente contemplava a existência de um nicho cavado na parede, uma espécie de altar dedicado à oração [112] . O uso excepcional do espaço da sala justificava um tratamento especial do revestimento do tecto que podia ser realizado com uma forra plana em madeira denominado por "*camisa e saia*" ou então em formas mais elaboradas de geometria e estrutura de suporte complexas como os tectos de "*caixotões*" ou de "*masseira*". Os quartos eram geralmente espaços muito pequenos que abriam para a sala. Os tectos normalmente eram estucados ou construídos com uma forra em madeira.[113]

Em relação às casas de banho, estas não existiam muito menos faziam parte integrante do corpo da casa. Raramente existia uma latrina. O sequeiro, também ele um anexo da lavoura, surgia geralmente agregado à habitação com o intuito de guardar, expor ao Sol e ao vento todos os alimentos produzidos e que precisassem de abrigo e ar renovado [114], designadamente o milho e o feijão. Eram estruturas elevadas do chão apoiadas em pilares de granito, principalmente no Minho, e no piso superior as aberturas entre colunas eram vedadas por portadas em madeira fixas na aresta superior, permitindo fechar rapidamente o sequeiro aquando das intempéries menos favoráveis. Na zona do Marco de Canaveses era frequente que os sequeiros tivessem uma tipologia mais parecida com a da habitação, de estruturas mais fechadas e de vãos de menor dimensão.

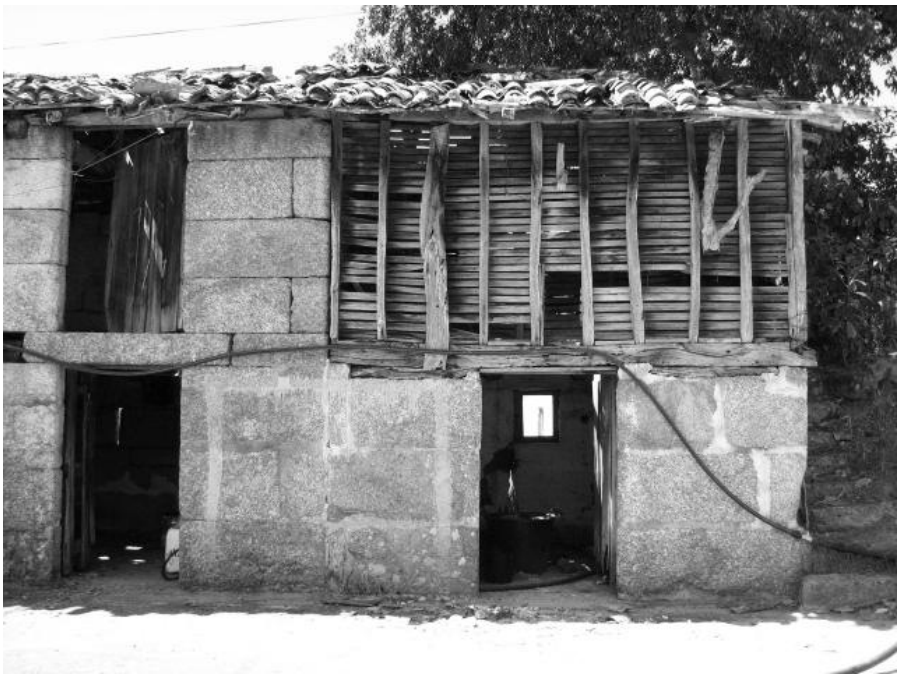
110 idem, ibidem , pp.122

111 idem, ibidem

112 VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto ,GALHANO, Fernando, Arquitectura Tradicional Portuguesa, p.40

113 idem, ibidem, p.42

114 AA.VV. , Arquitectura Popular em Portugal, p.50



56 - Casa-sequeiro. Aldeia de Fontes. Marco de Canaveses.
57 - Interior de sala com tecto em masseira. Quinta do Outeiro. Marco de Canaveses.
58 - Interior de sala. Casa em Picota. Marco de Canaveses.

O seu espaço exterior adjacente geralmente era constituído por um lajeado em granito, denominado por eira, onde se malhavam e secavam os cereais ao sol.

Os espigueiros ou canastros, estruturas autónomas que se destinavam a guardar os cereais, estavam associados à eira. Depois de secos, no final do dia, os cereais eram recolhidos para essas estruturas independentes ou para a loja. Nesta região os espigueiros eram construções realizadas em pedra com paredes executadas com ripas de madeira, de forma a permitir uma ventilação permanente. Com o objectivo de impedir o acesso de animais roedores, os espigueiros não se construíam ao nível do solo, mas um pouco elevados, ficando apoiados numa estrutura de pedra.

Por norma, as tipologias de habitação desta área geográfica contemplavam a existência de um quinteiro. Um espaço exterior protegido por muros de vedação e por uma ramada que funcionava nos meses mais quentes como uma sala de estar ao ar livre.

Nesta região do Minho e Douro Litoral, também designada por região dos vinhos verdes, era comum existir ramadas junto às habitações, em particular sobre os quinteiros, garantindo a existência de um sombreamento exterior, particularmente importante nos meses mais quentes do ano, e que funcionavam como um prolongamento das coberturas fazendo a protecção do calor.

59 - Canastro em Covas de Cimas. Marco de Canaveses.
60 - Eira e varanda. Casa dos Arcos.

Na segunda parte do capítulo desenvolvemos uma reflexão em torno da paisagem, identificando as principais transformações ocorridas ao longo das últimas décadas e os princípios e modelos de intervenção que as determinaram. A pertinência desta reflexão justifica-se não só pelas profundas transformações operadas na paisagem, mas pela profunda alteração e descaracterização de um vasto território, do Noroeste Peninsular, outrora designado rural, que integrava uma rede de antigas estruturas de produção agrícola.

Interessa-nos, particularmente, reflectir em torno da transição de *lugares* das estruturas de produção agrícola à condição de *lugares* em transformação, pelo abandono da actividade que está na génese da sua formação(a produção agrícola) nos moldes em que ao longo de várias gerações foi praticada – pelo consequente esvaziamento da sua população e pela ausência de uma estratégia capaz resgatar e integrar estes núcleos nas redes, processos e dinâmicas de transformação urbana contemporâneas.

Procuramos, desta forma, compreender as circunstâncias e os processos que ditaram as transformação operadas, mas também e sobretudo fazer uma aproximação real e contextual ao sítio a ser intervencionado, o Lugar de Vilar, pondo em paralelo e confronto o tempo passado da sua construção e o tempo actual de abandono.

2.5 A Paisagem Adulterada

Segundo o dicionário de língua portuguesa, por *Paisagem* entende-se «*uma porção de território que se abrange num lance de olhos*», ou seja, uma «*vista*» [115]. Para além do significado imediato que se encontra directamente relacionado com a sua dimensão física, as paisagens são "*narrativas sobre o que somos colectivamente, como vivemos juntos, como expomos o bem ou o mal-estar dessa vida em conjunto*".[116]

Ao longo das últimas décadas tem-se assistido a uma ampliação da noção de valor atribuído às construções que nos chegam do passado, desde o objecto singular erudito até à valorização de construções correntes anónimas por participarem na construção da identidade de um determinado lugar ou território mais alargado. Esta ampliação não é alheia à profunda adulteração e desaparecimento de uma paisagem que, num tempo longo, de sucessivas gerações, caracterizou o Noroeste Peninsular. Surge pela imperiosa necessidade de os resgatar e preservar sob pena de desaparecerem e com eles uma parte da nossa história. "A consciência do valor da paisagem enquanto património desenvolveu-se em simultâneo com a sua destruição."[117]

A repercussão pós-revolução industrial consistiu numa grande transformação técnica, económica e social geradora de processos de desintegração, interrupção e fragmentação da forma urbana, pela emergência de novas lógicas, princípios e modelos assim como de toda a dispersão do tecido da paisagem, pois assistiu-se a um processo de crescimento desmesurado e de urbanização. Foram sobretudo as profundas transformações ocorridas nos meios de transporte, e como tal na mobilidade por meio de novas redes de comunicação e veículos que possibilitaram esse crescimento e dispersão. Essa transformação foi "*colonizando os espaços vizinhos e por vezes afastados dos aglomerados para criar subúrbios amorfos*".[118]

Após os anos 70, o país assistiu a uma intensa e desmesurada adulteração da paisagem[119]. As áreas rurais, essencialmente no Noroeste Peninsular, abrangendo, portanto, concelhos como o Marco, sofrerem grandes alterações a nível

115 Dicionário de Língua Portuguesa, Porto Editora, 8ºedição revista e actualizada, 1999, porto, p.1206

116 DOMINGUES, Álvaro, Paisagens Transgénicas em Cardoso, Isabel, Paisagem e Património, p.223

117 TOMÉ, Miguel, Património e Restauro em Portugal(1929-1995), p.157

118 PORTAS, Nuno em prefácio, Távora, Fernado, Da Organização do Espaço, p. XV

119 TOMÉ, Miguel, Património e Restauro em Portugal(1929-1995), p.194

61 - Marcoshopping. Centro Marco de Canaveses.

físico e social, o que culminou com uma transformação da estrutura e propriedade do território devido à substituição das actividades tradicionais de produção por novos processos mecanizados de produção agrícola, ou pela emergência de um conjunto de novas actividades, ou ainda pela realização de operações de parcelamento das propriedades. Dos referidos processos resultou uma grande massa construtiva desordenada constituída por casas, fábricas ou loteamentos [120].

A grande alteração na economia agrária dá-se com a introdução da mecanização na lavoura. A agricultura sofreu com a industrialização (no que toca a racionalização, mecanização, e introdução da biotecnologia) e consequente mecanização da mesma que alterou por completo a génese da paisagem adulterando as culturas que a caracterizavam. A introdução do tractor, da moagem, do lagar mecânico veio incrementar os níveis de produção [121] . A mecanização da agricultura veio, por outro lado, substituir a mão-de-obra, garantindo maior rapidez e eficiência no labor. Todos estes factores impulsionaram um segundo êxodo rural – o primeiro ocorrido no contexto da industrialização - na procura da qualidade de vida que só as condições da cidade poderiam oferecer, provocando um novo abandono das zonas rurais. O desequilíbrio entre os rendimentos industriais e os rendimentos agrícolas teve uma forte influência na desertificação dos campos [122] . As péssimas condições de vida também laborais fizeram com que o camponês perdesse o interesse pelo seu meio natural preferindo assim os melhores salários fixos que o trabalho industrial tinha para oferecer. Como consequência observou-se um diminuto índice demográfico em várias regiões interiores do país. A este desequilíbrio de população correspondia um desequilíbrio nas actividades económicas.

120 DOMINGUES, Álvaro, Vida no campo, p.107

121 RIBEIRO, Orlando, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, pp.87-88

122 PINTO MACHADO, Alguns problemas do mundo rural português, p.14

62 - Acréscimo de uma garagem para o automóvel, Tuías, Marco de Canaveses.
63 - Tradição e ruptura. Centro do município Marco de Canaveses.
64 - Centro do município Marco de Canaveses.
65 - Centro do município Marco de Canaveses.

"*Com a banalização e democratização do automóvel, ficou garantida a fluidez desta urbanização linear onde tudo se mistura: casas, cafés, restaurantes, lojas, serviços, fábricas.*"[123]

O estado e os municípios investiram na infraestruturação do espaço rural, de forma a melhorar acessos e promover a comunicação com a cidade, com o objectivo de favorecer a fixação de população. Como resultado observou-se o efeito inverso, de esvaziamento. Assistiu-se a um processo complexo de transformação social, económica e territorial que derivou da perda de importância da agricultura como actividade económica principal no que diz respeito à produção, distribuição e consumo. À cultura e aos modos de habitar tradicionais se infligiu uma perda de identidade e da tradição, assim como dos costumes, das crenças, das forma de estar e de ver o mundo a que se denominou por "*desruralização*".[124]

A falta de um plano estruturador do território originou áreas extensas e periféricas abandonadas e desordenadas. A dicotomia e a diferença que historicamente era acentuada entre cidade e campo acabariam por ser atenuadas [125]. A tal se associaram o desenvolvimento tecnológico e o crescimento de uma sociedade de consumo entre 1960 e 1990 em Portugal, novas construções, novas actividades, novos equipamentos, novas vias e infraestruturas, que resultaram num panorama de grandes alterações socioeconómicos e culturais [126]. Assistiu-se à introdução de novos fluxos e a interações entre cidade e campo acentuando-se a "*desertificação e degradação dos lugares, o envelhecimento e o esvaziamento de identidades, a depauperação do património construído e das condições ambientais*".[127]

A paisagem que tem vindo a ser urbanizada desde os anos 60 e 70 teve ainda uma forte contribuição da actividade de emigrantes que procuraram impor na paisagem a casa que iria ser a "materialização de um sonho"[128]. Estes influenciados pela sua estadia no estrangeiro, alienaram-se do saber local e introduzindo outros "valores" de referência ditados pelo mercado de consumo.

123 DOMINGUES, Álvaro, A Rua da Estrada p. 115

124 DOMINGUES, Álvaro, Vida no campo, p.83

125 TOMÉ, Miguel, Património e Restauro em Portugal(1929-1995), p.194

126 RAPOSO, Isabel em CARDOSO, Isabel; Paisagem e Património p.172

127 idem, ibidem, p.173

128 idem, ibidem, p.181

66 - Centro do Marco de Canaveses.

Neste sentido, em muito se deveu ao emigrante, através das incursões feitas nos países vizinhos da Europa, ou mesmo nas Américas (Brasil, Venezuela, Estados Unidos), a mudança de paradigma da arquitectura popular, atribuindo-se-lhe também importantes acções na urbanização do habitat rural [129]. Estas transformações na paisagem comprometeram a identidade, a cultura, o património e como tal, o *lugar*.

"*Hoje, os lugares são nós de uma rede complexa de movimentos onde os indivíduos e os grupos se fixam de modos instáveis. Tudo diferente da antiga associação entre comunidade e lugar, onde a geografia das relações sociais tinha como limite pertinente os próprios limites e a própria geografia do lugar: a estabilidade de um era o garante da estabilidade do outro(...)*"[130].

A *paisagem* consistirá num meio pouco estável onde coexiste uma multiplicidade de sentidos, um suporte propício e susceptível à ocupação do vazio por parte da acção humana, de modo a que a mesma paisagem vá absorvendo tudo, com a particularidade de não esconder o seu conteúdo, ficando exposto.[131] Conteúdos que são mutáveis e contraditórios e de uma grande instabilidade. Todas estas questões tornam-se do interesse público, pois desenvolvem uma situação de incómodo social, que a globalização e a cultura de massas trouxeram com uma noção de perda de identidade.[132]

As transformações assistidas nas ultimas décadas tiveram impacto directo na substituição dos materiais locais por aqueles que a tecnologia veio a disponibilizar. Contudo, a identidade não é permanente, assim como as paisagens que, consequentemente, também não o são, e ambas são o reflexo da sociedade que as cria e se a própria muda e se transforma, o tempo se encarregará de fazer as paisagens com várias géneses, tornando-a assim uma paisagem onde o que é simultâneo ocorre.[133]

129 RAPOSO, Isabel, em CARDOSO, Isabel; Paisagem e Património, p.169

130 DOMINGUES, Álvaro, Vida no campo, 248

131 DOMINGUES, Álvaro, Paisagens Transgénicas, em CARDOSO, Isabel, Paisagem e Património p.224

132 idem, ibidem, p.227

133 DOMINGUES, Álvaro, Paisagens Transgénicas, em CARDOSO, Isabel, Paisagem e Património p.231

67 - As expectativas de um casal emigrante português em França de regressar às origens. " A Gaiola Dourada", Ruben Alves, 2013.

"*Ao destruírem-se paisagens, cidades, vilas e aldeias, com a insensatez, a pressa, a eficácia apostados, aparentemente, mais na degradação do que na transformação harmoniosa do ambiente dos homens, oblitera-se a nossa consciência cívica, ultraja-se, com a fealdade, o espírito dos lugares, corrompe-se numa fundura desmedida, a dignidade e o carácter das culturas, da gente e do país.*" [134]

O lugar abordado neste trabalho e objecto de intervenção, Lugar de Vilar, constituiu-se segundo regras e princípios da sua construção, tendo perdido o propósito que determinou a sua criação e permanência ao longo do tempo. Actualmente, este lugar agrupar-se-á muito possivelmente no conjunto de lugares ao longo do país que se esvaziaram da sua função e população e se encontram expectantes à aguardar a sua destruição e desaparecimento ou uma hipótese de resgate.

134 PACHECO, Hélder, Património cultural em Portugal, p. 129

2.6 Marco de Canaveses na actualidade

Estas breves anotações, que se apresentam de seguida, são referentes às principais transformações ocorridas, no século XX, e que ditaram de forma consequente, à pequena vila do Marco, novas lógicas de ocupação para o actual município. O concelho do Marco de Canaveses tal como os periféricos de Penafiel, Felgueiras ou Castelo de Paiva são o retrato dessas profundas alterações no território. O concelho do Marco de Canaveses, que passou a cidade em 1993, pertence ao distrito do Porto. Com uma área de 202km2, está situado a 57km de distância do centro da grande área metropolitana da região. Após a reestruturação administrativa ocorrida em 2013 passou a estar subdividido em 16 freguesias, reunindo uma população de mais de 50.000 habitantes. Usufrui de uma excelente acessibilidade, pela A4 e pela linha ferroviária do Douro.

"*A indústria afecta actualmente o mundo rural e interpenetra-o. A população rural busca no sector, o complemento de rendimentos para uma melhoria de vida. Quando não o consegue, emigra para alguns Concelhos vizinhos e sobretudo para o Grande Porto*".[135]

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as indústrias extractivas de pedra no Marco de Canaveses, generalizadas nos anos 30, atraíram muitos trabalhadores que migraram do campo[136]. Por conseguinte, a extracção e transformação do granito e a construção civil acentuaram a transformação no modo de vidas das pessoas [137]. Após os anos 70 procedeu-se à construção de moradias e blocos habitacionais que corresponderam a uma mancha constructiva superior aquela protagonizada por edifícios com mais de 70 anos de cércea baixa [138]. Após os anos 70, no Marco de Canaveses promoveu-se a construção de bairros económicos apoiados por um fundo de fomento habitacional com uma escala diferente dos edifícios históricos. Actualmente as principais actividade económicas estão relacionadas com a indústria da exploração/tratamento do granito, dos têxteis, da construção civil e da metalurgia.[139]

135 Marco de Canaveses: entre o Douro e o Tâmega, onde começa o Marão. pp.63-64

136 MONTEIRO, Emília, 180 anos. Volume III, p.17

137 idem, ibidem, p. 18

138 idem, ibidem, p. 19

139 idem, Século e meio de história, p.49

68 - Igreja Sta Maria de Fornos. Álvaro Siza. 1996.

A indústria transformadora está representada pelo têxtil e vestuário (35,9%), produtos minerais não metálicos(22%), alimentação e bebidas(14.7%), produtos metálicos, máquinas (13.6%), construção civil (12,8%) e outros como gráficas, produção papel, borracha, ferro e aço(13.6%).

A outrora pequena "vila do Marco" foi submetida a uma modernização e urbanização desmesurada resultando num confronto agressivo entre escalas distintas de construção, programas e circulação, que passou de uma economia profundamente agrária para uma de indústria e de serviços. A partir dos anos 80, parte da população activa (25% da mesma) já se encontrava a trabalhar no sector secundário (10.85%) e a outrora significativa parte da população que trabalhava na agricultura resumia-se apenas aos 8,6%. O restante da actividade estava no sector terciário, representado por 6% da população. A agricultura deixou de ser a actividade dominante apesar de ainda se encontrar activa para autoconsumo.[140]

Dentro desse sector terciário, a parte mais bem representada é a da restauração, comércio e a da hotelaria. As unidades hoteleiras estão concentradas principalmente na freguesia de Marco, Avessadas/Rosém, Folhada e Manhuncelos. Actualmente, por todo o concelho assiste-se também a uma grande reconversão de casas de lavoura ou casas solarengas em alojamento com um propósito turístico que são o caso da Casa do Outeiro, em Tuías, a casa da Picota na freguesia do Marco, a casa de Telhe em Soalhães, a Quinta da Várzea de Cima, a Calçada do Souto, a Casa Quinta do Cão, a Casa Vila Cete e Gondomil. Estas novas formas de ocupação realçam um segmento na economia de serviços, nomeadamente o da hotelaria.

Para o projecto de reabilitação desenvolvido importou reter, deste capítulo, a salvaguarda dos valores tipológicos e plásticos destas estruturas. A expressividade dos valores plásticos através da forte presença do granito na paisagem e das alvenarias dos edifícios vernaculares, assim como a consciência dos seus métodos tradicionais de construção. Por ser um material abundante na região e pela sua qualidade estrutural, o granito revela-se como um modo de construir singular em toda a região do Marco de Canaveses, que confere uma linguagem própria. Desta segunda parte do capitulo retém-se para o projecto de reabilitação a consciência de novos modos de ocupação e de habitar no território, que acusam uma lógica distinta das necessidades que motivaram a construção das construções vernaculares. A possível versatilidade das tipologias estudadas, que através de pequenos espaços

140 AA. VV. , Marco de Canaveses: entre o Douro e o Tâmega: onde começa o Marão, p.72

69- 1- Calçada do Souto; 2- Quinta Várzea de Cima; 3 - Casa da Picota; 4- Casa do Outeiro; 5 - Lugar de Vilar; 6- Casa de Telhe; 7 - Casa Quinta do Cão; 8- Casa Vila Cete e Gondomil.

habitacionais se poderão converter em células de alojamento local em áreas rurais, como evidenciado neste concelho, são uma possível e difundida alternativa para um uso resgatador.

Essa aplicação poderá implicar uma utilização de um uso temporário em detrimento de um uso permanente, que outrora estava inerente a um modo de vida específico, anteriormente exposto no trabalho. O Marco de Canaveses desde o seu período de industrialização nos anos 30, converteu a sua génese predominantemente agrária num desenvolvimento económico, social e cultural baseado em actividades relacionadas com a indústria e os serviços, nomeadamente a área da hotelaria. A transformação dos lugares, recordam a consciência da perda da identidade de uma região, da perda de uma cultura e de uma tradição que associados à passagem do tempo determinam que aquilo que foi já não poderá voltar a ser. Reforçam a ideia que o projecto de reabilitação indaga sobre novos usos e soluções que possibilitem a reutilização das estruturas edificadas pré-existentes.

"*Não há comunidades situadas, presas aos lugares; não existem fronteiras para o pensamento e para a cultura; não existem condições culturais que permitam a longa estabilidade temporal das permanências vernaculares.*"[141]

141 DOMINGUES, Álvaro, Vida no campo, p. 235

III. INTERVIR NO EXISTENTE

Neste capítulo introduzimos o tema da reabilitação bem como a transmissão de memória e dos valores associados a essa prática para a leitura e compreensão do património herdado. Consequentemente, procurámos identificar um conjunto de referências em contextos semelhantes ao lugar em questão, de modo a fundamentar e consolidar o projecto desenvolvido.

Uma vez identificados os momentos históricos e actuais do contexto em que estas estruturas vernaculares se encontram, importa fazer referência a situações reais de intervenção e em condições análogas de projecto, identificando a sua raiz e fundamento para trabalharmos esses mesmos temas, no Lugar de Vilar.

Neste capítulo apresentar-se-á também uma análise e caracterização do lugar em estudo, bem como uma avaliação do estado de conservação do edificado, tendo por base um diagnóstico realizado às sete construções que serão alvo de uma intervenção.

No final, apresentamos o que consideramos ser uma hipótese de intervenção possível com base numa solução que procura, por um lado, dar resposta às necessidades e vontade do cliente para o lugar, e, por outro lado, manter um conjunto de valores tidos como essenciais a preservar, que no entendimento do autor, define a permanecente autenticidade e a identidade que se identifica a partir de alguns elementos desse património construído herdado.

A reabilitação do património é uma das formas de conservação dos valores dessa herança a sociedades futuras[142]. Por conservação entende-se o conjunto de acções que contribuem para perpetuar o património e os seus monumentos[143]. A conservação do património construído é realizada, quer no respeito pelo significado da sua identidade, quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados. Ela pode ser feita consoante diferentes tipos de intervenção, tais como o controlo do meio ambiental, a manutenção, a reparação, o restauro, a renovação e a reabilitação.[144]

A reabilitação é "*(...) toda a série de acções empreendidas tendo em vista a recuperação e a beneficiação de um edifício, tornando-o apto para o seu uso actual.*

142 Carta de Cracóvia, 200, p.2, disponível em http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf

143 idem, p.6

144 idem, ibidem

O seu objectivo fundamental consiste em resolver as deficiências físicas e as anomalias construtivas, ambientais e funcionais, acumuladas ao longo dos anos, procurando ao mesmo tempo uma modernização e uma beneficiação geral do imóvel sobre o qual incide- actualizando as suas instalações, equipamentos e a organização dos espaços existentes, melhorando o seu desempenho funcional e tornando esses edifícios aptos para o seu completo e actualizado reuso."[145]

O tema da reabilitação pode traduzir-se numa prática complexa, mas sobretudo numa experiência sustentável a partir da qual se procura dar resposta a novas necessidades e prioridades que se colocam na contemporaneidade, o que não impede ao aproveitamento dos recursos e das técnicas constructivas tradicionais. Sendo que um projecto de reabilitação pressupõe num número significativo de situações um tempo inicial exploratório em torno de hipóteses de reuso dos espaços para a definição de uma nova função, ele lida forçosamente com determinadas pré-existências que pela sua historicidade representam a nível social, cultural ou económico fragmentos de memória. Por memória entende-se a "*função geral de conservação de experiência anterior, que se manifesta por hábitos ou por lembranças; uma tomada de consciência do passado."*[146]

A memória, tanto individual como colectiva, resulta de uma construção do presente cuja condição desse tempo está em permanente fuga para o passado bem como para o futuro, numa dualidade temporal da consciência. [147]

"*O sentido de memória surge (...) enquanto elo imprescindível entre o passado e o presente, entre o tempo e o espaço, onde o homem determina a razão das coisas por si e para si realizadas. O efeito do tempo será a sua própria identidade abstracta, para uns o fascínio do perpétuo movimento do sentido da vida, para outros, o murmúrio dos nossos antepassados que deixaram impresso nessa identidade uma espécie de espacialidade de lugar onde habitaram e se tornaram elos indispensáveis da continuidade cultural.*" [148]

Porém é a divulgação da memória que nos permite consolidar as bases da história e que possibilita ao ser humano lutar contra a alienação no mundo, dando-lhe

145 AGUIAR, José, CABRITA, A. M. Reis, APPLETON, João, Guia de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, volume I, p. A.1-2

146 Dicionário de Língua Portuguesa, p. 1077, Porto Editora, 8ºediçao revista e actualizada, 1999, porto

147 OLIVEIRA JORGE, Vítor, Conservar para quê? , p.14

148 MESTRE, Victor em Portuguese Restored Houses, p.5

a entender aquilo que foi e aquilo que ele é. " *A memória (…) é aquilo que nos permite lutar contra a ausência.*"[149]

"(…) a memória é (...) um poderoso instrumento indispensável para a observação e para a interpretação das existências (sejam resistentes à transformação, sejam já agentes de transformação) sejam as existências actuais, sejam as existências históricas".[150]

Assumir a memória sendo esta um valor traduz-se numa recuperação de atividades oriundas da primeira organização espacial, na recuperação de desejos históricos, recuperação de formas desactivadas, que tinham valor económico, valor histórico e artístico.[151]

149 MESQUITA, Mário, da curta distância da memória ao esquecimento, em MENÉRES, António, Dos anos do inquérito à arquitectura popular portuguesa, p.001

150 TAVARES, Rui, em OLIVEIRA JORGE, Vítor, Conservar para quê? p. 263

151 idem, ibidem, p.263

3. Da Reabilitação

Tal como grande parte do Noroeste Peninsular, o "Marco/lugar"[152] da paisagem agrária é claramente um lugar urbanizado, com uma certa perda de identidade instituidora do Lugar. Para uma intervenção arquitectónica desejada neste ambiente, o projecto lida necessariamente com essas circunstâncias, ou seja, a sua génese histórica fundadora de uma identidade e com um contexto onde a narrativa histórica aparece descontínua, dinâmica e disforme. Face às circunstâncias, ao abordar um conjunto de objectos arquitectónicos que definem um todo, como é o caso deste núcleo rural no Lugar de Vilar, importa questionar que intervenção adequar, equacionando para efeito o contexto histórico bem como o contexto actual em que os objectos se inserem, dado que a intervenção consiste ser um acto no presente e não um acto no passado. Actualmente habitar o lugar com um vínculo profundo com o meio é algo remoto, já que o rompimento das culturas locais atribuiu ao Homem não só um lugar para viver, mas vários que podem ser experienciados simultaneamente em curtos períodos de tempo. Isso fá-lo-á sentir parte dum sítio, permitindo que ele se aloje nele, no entanto impossibilitando que o faça seu, visto que nele não nasceu nem tem a plenitude do conhecimento dele.

"*Integrar-se, pertencer, são coisas mais sérias e profundas. De modo algum são apenas maneiras de vestir, tanto pessoas como edifícios.*"[153]

Podendo considerar-se a arquitectura uma ferramenta de materialização do tempo, que concretiza todos os factores, de ordem política, cultural, religiosa, social, conflitual, natural que moldam uma sociedade num tempo, ela consistirá numa resposta eficiente a uma necessidade actual.

" *A arquitectura reflecte, materializa e torna eternas as ideias e imagens da vida ideal. As edificações e cidades nos permitem estruturar, entender e lembrar o fluxo amorfo da realidade e, em última análise, reconhecer e nos lembrar quem somos.*"[154]

152 MONTEIRO, Emília, Marco de Canaveses, 150 anos, p.29

153 AA.VV, Arquitectura Popular em Portugal, p. XXII

154 PALLASMAA, Juhani, Os olhos da pele. A arquitectura dos sentidos, p.67

70 - Construção obsoleta, Pousadouros. Marco de Canaveses.

Como tempo e espaço integram a mesma equação, impossibilitando a dissociação um do outro, importa questionar que espaço criar num tempo que, pela conjuntura, já não é o mesmo que o do passado. Se o tempo é irreversível, o mesmo se aplica à matéria, e como tal ao espaço.

"*Mas, porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível, isto é, dada a marcha constante do tempo e de tudo o que tal marcha acarreta e significa, um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi, donde ainda a afirmação de que o espaço está em permanente devir.*"[155]

Porém os valores que as pré-existências transportam consigo no tempo poderão consistir num denominador entre passado, presente e futuro. Segundo Fernando Távora[156], os edifícios históricos são tidos como um conjunto de valores edificados e naturais com um significado especial para o Homem. São eles os constituintes de um património. O património rural em abandono poderá ter um contributo importante na vida e no funcionamento de novas demandas contemporâneas. Os alojamentos locais, uma perspectiva turística, ou até mesmo uma segunda habitação poderão ser uma solução para estes espaços recônditos, do antigo mundo rural[157]. Serão, nesse sentido, uma estratégia de evitar o envelhecimento demográfico, baseados em soluções sustentáveis, proporcionando a integração de novos utilizadores, e de novos usos alternativos. Em face ao exposto, procurou-se neste trabalho dinamizar os valores da pré-existência, adaptando-os e actualizando-os às exigências contemporâneas, de forma a não estagnar um modo de fazer no tempo, mas fazendo deles uma herança dinâmica cabendo à arquitectura o papel fundamental enquanto mediadora de tempos.

155 TÁVORA, Fernando, Da Organização do espaço, p.19

156 TÁVORA, Fernando, citado por FERRÃO, Bernardo José, em TRIGUEIROS, Luiz, Fernando Távora; p. 40

157 ROSETA, Helena, prefácio em AA.VV, Arquitectura popular em Portugal p.VII

71 - Casa da Eira. Moledo do Minho. Álvaro Siza.

3.1 Referências

Uma vez que o processo em arquitectura trabalha continuamente com modelos, nesta fase do capítulo expomos referências que trabalharam temas idênticos, com os quais lidamos no projecto de reabilitação das sete pré-existências no Lugar de Vilar. Procedeu-se à análise de algumas obras em território nacional ou estrangeiro em contextos análogos à situação encontrada, segundo lógicas de construção corrente e com um programa de alojamento. Durante o processo de investigação de referências, muitas obras foram consultadas, sendo que as expostas de seguida tiveram uma influência mais directa e de uma forma mais consciente na definição de soluções para o projecto de reabilitação.

Selecionaram-se a Casa de Briteiros em Guimarães de Fernando Távora, a intervenção na Cidade Velha de cabo Verde de Álvaro Siza, a Pousada de Santa Maria do Bouro em Amares de Eduardo Souto de Moura, o Palheiro em Cortegaça de João Mendes Ribeiro, a reabilitação de um núcleo rural em Vidago de Nuno Graça Moura e a quinta do Lobo Branco em Paços de Sousa do atelier AND-RÉ. Optou-se por estas escolhas devido ao facto, de em certos momentos das respectivas obras, apontarem caminhos para a resolução de alguns problemas encontrados no lugar a ser intervencionado neste projecto de dissertação.

De seguida, aponta-se as principais preocupações e fundamentações teóricas nas escolhas encontradas em cada trabalho. Na abordagem aos casos de estudo seguintes, procuramos apenas apontar em cada projecto as referências que mais influenciaram a reabilitação no Lugar de Vilar.

72 - Palheiro. Cortegaça. João Mendes Ribeiro.

3.1.1 Casa da Quinta da Cavada , Fernando Távora, 1989

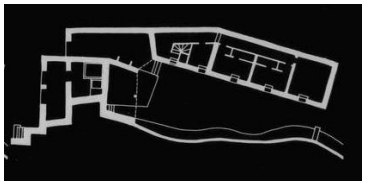
A casa da Cavada situa-se em Guimarães. A casa é constituída por um conjunto de volumes arquitectónicos que foram surgindo, ao longo dos anos, consoante as necessidades. Partindo de uma original casa-bloco de lavrador com rés chão e andar, o conjunto acabou por adquirir um corpo em forma de L, consistindo num exemplo evolutivo de construção popular. Apresenta uma volumetria única imposta pela evolução ocorrida ao longo tempo e do espaço[158].

O novo uso baseia-se numa casa de férias que recupera a antiga casa agrícola, promovendo uma intervenção de continuidade. Neste caso de reabilitação o arquitecto mantém na antiga casa de lavoura o sítio da cozinha existente, os tanques do lagar, sala de jantar e espaços de dormir. O volume mais comprido da casa, outrora relacionado com as dependências da lavoura foi o mais intervencionado, pois alberga actualmente novas funções como quartos, lavandaria, casas de banho e sala de estar. No novo programa, três dos quartos ficam situados no piso térreo e outros três no piso superior. De notar a introdução de uma nova escada interior em caracol, desenhada pelo arquitecto Fernando Távora, fazendo o acesso da zona social da casa, situado no piso superior para a zona privada da casa que funciona no nível inferior. A este nível dos quartos, o arquitecto mantém a tipologia existente, conservando as paredes estruturais que faziam a divisória dos espaços e que consistiam em algumas dependências da lavoura. A varanda que permitia o acesso à casa e mais concretamente à cozinha, foi alvo de modificação. Esta deixou de ser um elemento de distribuição e de apoio à lavoura passando a consistir num espaço de estar e lazer.

É de salientar a elaboração de um novo sistema de portadas, inspirado nos sequeiros, que rebatem para o tecto interior, permitindo abrir ou encerrar o espaço para o exterior consoante as necessidades. Em relação às estruturas da cobertura, estas são deixadas à vista no interior , nomeadamente as asnas e os barrotes.

Deste projecto retém-se o seu carácter evolutivo e uma organização sequencial como forma de continuidade. A interpretação dada à varanda consistindo num espaço de chegada e num espaço de estar como extensão da própria cozinha.

158 TRIGUEIROS, Luiz; Fernando Távora, Lisboa: Editorial Blau, 1993, p. 160



74 - Varanda e dispositivos de oclusão. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989.
73 - Ligação entre volumes. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989.
75 - Quinteiro. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989.
76 - Planta Piso 00 e 01. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989.

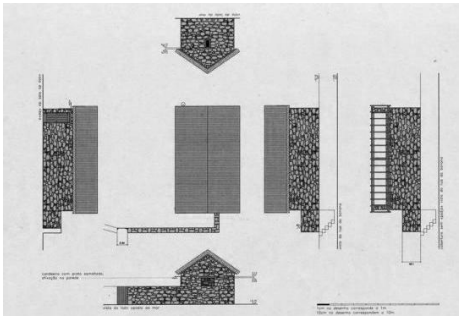
3.1.2 Cidade Velha, Álvaro Siza, 2000

Projecto de reabilitação da primeira cidade fundada pelos portugueses em Cabo Verde. A Cidade Velha, localiza-se no concelho de Ribeira Grande de Santiago. Esta sua intervenção teve como objectivo a preparação da candidatura a Património Mundial da Unesco. O projecto consiste na reabilitação da cidade antiga e na nova construção de uma pousada.

Neste caso e apesar de ter culminado numa forma participativa de actuar sobre um património herdado, este projecto retrata a problemática da reabilitação das casas históricas da rua Banana e Carreira derivava da abordagem feita ao tratamento das coberturas entre arquitecto e locais. Essa questão levantou um debate entre os intervenientes para a decisão de optar por um revestimento em colmo devido às questões de identidade e linguagem gramatical ou então por um revestimento em telha por maior resistência e exigência por parte dos habitantes. A reabilitação final optou pela preservação da identidade daqueles edifícios através da colocação do colmo.[159]

A pousada de S. Pedro é constituída por quatro pavilhões de dimensões modestas, que formam um pátio quadrangular e tem um propósito turístico. A articulação das construções assim como a escolha dos materiais e técnicas constructivas tiveram como referência a linguagem das casas tradicionais. Na construção dos edifícios da pousada e uma vez que foram construídos de raiz, utilizou-se nesse caso específico para a cobertura um revestimento em telha. Deste projecto retém-se a preocupação com a definição do tratamento dado ao revestimento das coberturas em edifícios populares. Leva-se para o projecto de reabilitação a opção por um material tradicional que busque a linguagem gramatical em detrimento de uma técnica constructiva mais resistente e invasiva.

159 ALVES COSTA, Catarina, Siza Vieira- o arquitecto e a cidade Velha, Midas Filmes, Lisboa, 2007



77 - Alçado de construção. Pousada de São Pedro. Cidade Velha. Álvaro Siza, 2000.
78 - Pousada de São Pedro. Cidade Velha. Álvaro Siza, 2000.

3.1.3 Pousada Sta. Maria do Bouro, Eduardo Souto de Moura, 1994

Este projecto consistiu na reconversão de uma ruína de um antigo mosteiro em pousada. A pré-existência foi erguida numa encosta com desnível acentuado e com a particularidade de se situar próximo da Serra do Gerês e do rio Cávado. As proximidades das linhas de água bem como a presença de moinhos, oficinas, celeiros conferiram a esta antiga estrutura monástica um carácter de auto-suficiência. Segundo Eduardo Souto de Moura esta reconversão de uso foi " (...) *um exercício de construção com as pedras existentes (...) uma nova construção, não uma restauração. As partes em ruína eram mais importantes do que o «convento» em si, eram material aberto, disponível, manipulável, testemunho da forma como o manufacturado tinha estado na história.*"[160]

O programa para o novo uso contemplava "*cozinha-cozinha, farmácia-bar, biblioteca- auditório, refeitório-restaurante, claustro-claustro, celas- quartos*".[161]

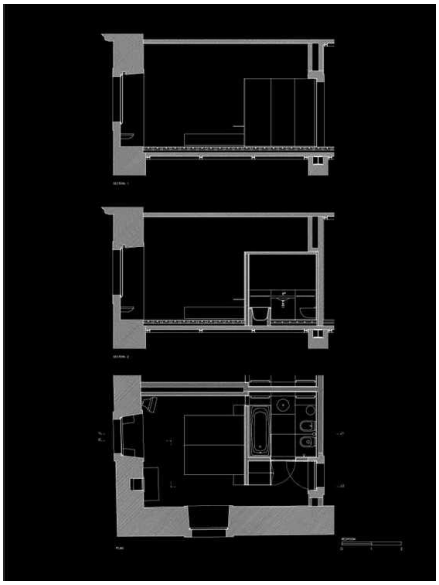
Deste projecto retém-se para a reabilitação no Lugar de Vilar essencialmente a forma de resolução da célula-tipo, que corresponde à organização de cada quarto-tipo. Este foi resolvido com três espaços: um closet que define o momento da entrada e que permite a distribuição para uma casa de banho e depois para o espaço de maior dimensão que define a zona de dormir. O volume que contém o armário para arrumação e a casa de banho tem uma escala própria, inferior à do espaço pré-existente destinado para cada quarto, resultando numa caixa dentro de outra caixa.

"*A ideia da casa de banho para cada quarto como um closet, foi para não destruir a escala do espaço original.*"[162]

160 SOUTO DE MOURA, Eduardo in ESPOSITO, Antonio, LEONI, Giovanni, Eduardo Souto de Moura, p.340

161 SOUTO DE MOURA, Eduardo in Bouro, a continual story, LOPEZ, Fernandez, Themes for Project, p.25

162 idem, ibidem, p.27



79 - Planta Quarto-tipo. Pousada Sta. Maria do Bouro. Eduardo Souto de Moura, 1994.
80 - Corredor acesso quartos, Pousada Sta. Maria do Bouro. Eduardo Souto de Moura, 1994.
81 - Quarto-tipo. Pousada Sta. Maria do Bouro. Eduardo Souto de Moura, 1994.

3.1.4 Palheiro, João Mendes Ribeiro, 2000

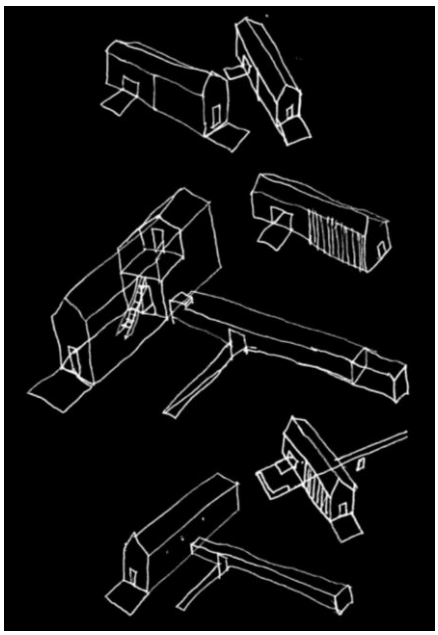
Conjunto de construções agrícolas de varias épocas e de funcionalidades diferentes como uma adega para armazenamento da produção de vinho, uma habitação e um palheiro. Nas pré-existências predominavam dois materiais, a madeira e o xisto. Este projecto consiste na reabilitação de um palheiro transformando-o em habitação unifamiliar.

A linguagem do projecto procura diferenciar as estruturas pré-existentes em termos temporais com os novos elementos introduzidos. No projecto de reabilitação existe um respeito pelos sistemas constructivos tradicionais da arquitectura popular, salvaguardando as antigas alvenarias e revestimentos. Com isso o projecto procura encontrar soluções constructivas adequadas de forma a manter a identidade e o sentido histórico.[163]

As coberturas apesar de serem elementos novos recuperam a lógica das coberturas originais. A introdução de um ripado em madeira na fachada lateral, que está muito vincado na linguagem do edifício, procura fazer uma interpretação ao plano de madeira existente que aparentemente não tinha nem portas nem janelas.

Deste projecto retém-se o modo de como a intervenção no construído se inspira nos sistemas constructivos tradicionais e os recupera como tema, usando como exemplo o ripado em madeira como referência aos espigueiros para a filtração da luz.

163 PEDRO, Désirée, João Mendes Ribeiro, p.67



82 - Interior da sala, Palheiro. João Mendes Ribeiro, 2000.
83 - Esquiços de autor, Palheiro. Joao Mendes Ribeiro, 2000.
84 - Vista exterior, Palheiro. João Mendes Ribeiro, 2000.

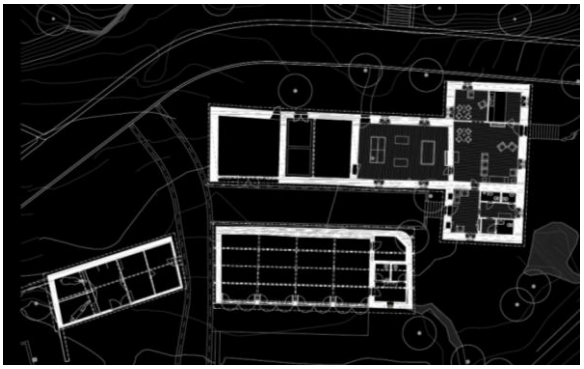
3.1.5 Núcleo rural de Vidago, Nuno Graça Moura, 2013

Situado em Vidago, no concelho de Chaves, no Norte de Portugal, o projecto consiste na reabilitação de um núcleo rural em estado de degradação, para introduzir um programa de apoio a uma unidade hoteleira em Vidago. O conjunto é constituído por uma habitação com um rés-chão destinado a cortes e lagar, um celeiro e outras instalações agrícolas. O projecto procura conservar a imagem exterior e repô-la aquando da alteração inadequada através de adições que tinham sido feitas ao longo do tempo que dificultavam a leitura das peças. Os novos detalhes procuram uma base gramatical conforme a existente. No interior do edifício da anterior habitação em casa-bloco, o arquitecto optou por transformá-lo em espaços sociais, com introdução de um novo uso através de salas, cozinha comum, uma pequena copa e instalações sanitárias.

Nas coberturas aplicaram-se novas vigas, apesar do revestimento das mesmas ser feito pela aplicação de antigas telhas que estavam em bom estado, de forma a prolongar a patine do tempo. Sem proceder um desenho mimético procurou-se alcançar uma solução de anonimato natural, que qualifica este tipo de construção.[164]

Para o projecto de reabilitação do Lugar de Vilar leva-se o modo de como a casa-bloco deste projecto se actualiza e consegue responder com uma nova função através da relação entre os vários espaços sociais, de estar e de jogos no nível do sobrado. O tratamento também dado aos pavimentos onde no nível térreo se usou uma betonilha afagada por historicamente ser um piso de grande desgaste de contacto imediato com o exterior. No piso de sobrado uma reinterpretação histórica do pavimento optando-se pelo soalho em madeira de pinho.

164 Building Design UK(online). Setembro, 2014, p.19 disponível em http://www.nunogracamoura.com/pdf/NMR_BD_rural_house_refurb.pdf

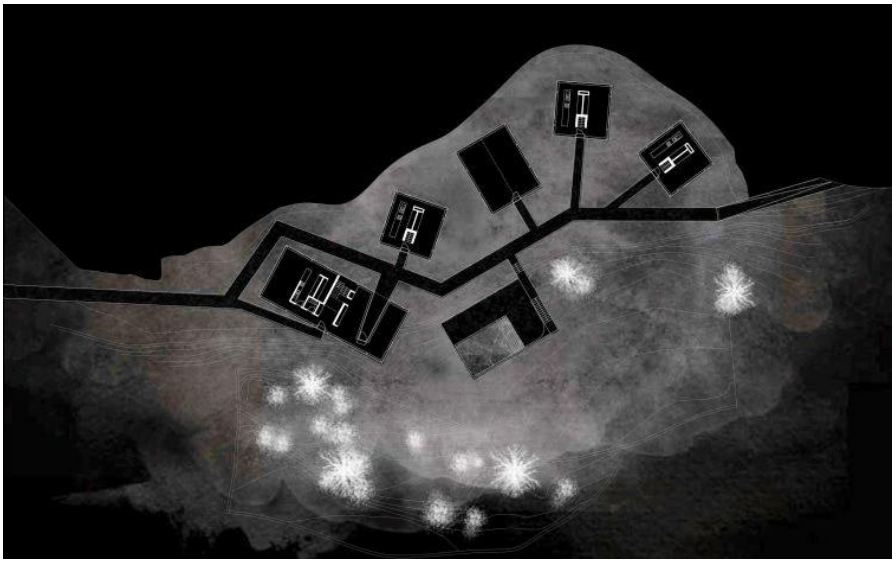


85 - Vista exterior do conjunto, Vidago, Nuno Graça Moura, 2013.
86 - Planta Piso 01. Vidago. Nuno Graça Moura, 2013.
87 - Reabilitação Celeiro. Vidago. Nuno Graça Moura, 2013.

3.1.6 Quinta do Lobo Branco, AND-RÉ, 2011

A Quinta do Lobo branco representa uma pequena comunidade fundada por cinco pessoas. A quinta funciona como turismo rural destinando-se, como tal, a receber pessoas que pretendam fazer retiros. Consiste numa experiência holística, onde as partes constituem o todo, demonstrando um novo sentido de comunidade que reinterpreta o modo popular de habitar. A Quinta do Lobo Branco esconde-se numa envolvente natural e funciona como um retiro para os próprios fundadores e para os seus visitantes, consistindo numa original solução com fins de alojamento local. Um dos objectivos da quinta é a auto-suficiência através dos rendimentos do alojamento e da agricultura biológica. Em termos organizativos, a quinta desenvolve-se em cinco volumes. O edifico de maior volume é a casa-mãe, onde se recebem os hóspedes, onde os mesmos dormem, onde se fazem as refeições em conjunto e onde se situam os espaços sociais comuns. Dos quatro volumes restantes, três consistem na habitação desses mesmos proprietários e um destina-se a actividades praticadas e ensinadas pelo grupo fundador, como ioga e meditação, assim como outras actividades terapêuticas.

Apesar de não consistir num projecto de reabilitação, este novo modo de habitar em comunidade entre locais e forasteiros, pode servir como referência a um modo contemporâneo de habitar o lugar de Vilar. Para o projecto de reabilitação leva-se o facto de os edifícios de menor escala poderem funcionar como células habitacionais, enquanto o corpo de maior dimensão poder consistir no conjunto de espaços sociais, para o momento comum e de encontro de todos os utilizadores daquele núcleo.



88 - Planta Piso 00, Paços de Sousa, AND_RÉ, 2011.
89 - Volume que constitui habitação de um dos proprietários, Paços de Sousa, AND_RÉ, 2011.
90 - Volume que alberga espaços sociais e quartos de hóspedes, Paços de Sousa, AND_RÉ, 2011.

"*Vivemos a arquitectura sem pensar nela, as imagens que nos surgem, as memorias e a própria infância, contribuem para formulação de referências e que futuramente se manifestam na intuição.*"[165]

O recurso a referências traduz-se num processo bastante mais complexo de influências para além de uma seleção voluntária de obras, que pode acontecer de forma não premeditada no individuo que se debruça sobre o projecto. As memórias, as experiências, as leituras, ou o subconsciente contribuem naturalmente na intuição e na idealização de uma ideia. A revisão destas seis obras em território nacional e internacional que impulsionaram uma posição para o projecto, apesar de não serem vinculativas e exclusivas na concepção do projecto, permitiu construir uma linha de actuação sobre as sete pré-existências a serem trabalhadas. Possibilitou esclarecer, perante uma existência a intervir, qual postura a adoptar: se um gesto de continuidade, se um gesto de ruptura, ou um outro que possa eventualmente integrar ambos.

De seguida, introduzimos a aproximação ao objecto de estudo, o Lugar de Vilar, ao tema da Reabilitação, aos sistemas constructivos tradicionais inerentes à arquitectura vernacular, ao tipo de patologias prováveis de encontrar neste tipo de construções, bem como uma breve descrição a nível patológico de cada uma das edificações a reabilitar. Após essa síntese caracterizadora dos elementos a serem trabalhados, apresentaremos uma possível proposta de ocupação, que culmine num modo de habitar o Lugar de Vilar.

165 Zumthor, Peter, Pensar a Arquitectura, p.7

3.2 Lugar de Vilar

O Lugar de Vilar pertence à freguesia do Marco, antiga de Tuías, que se situa como já referido no concelho do Marco de Canaveses, distrito do Porto. O núcleo rural em estudo não consiste num exemplar totalmente autêntico, uma vez que apresenta, em alguns edifícios e em alguns elementos construídos, uma tentativa de modernização e de aproximação à construção urbana. Tal factor provocou uma alteração na autenticidade e plasticidade dos elementos constructivos, perdendo o carácter original do seu conjunto. O núcleo faz parte de um povoamento disseminado, uma das formas de ocupação característica desta região do território, como estudadas anteriormente no trabalho.

O acesso ao núcleo é feito pela estrada nacional do Marco N210, que atravessa o centro do município e estabelece a ligação junto ao rio Douro, com Castelo de Paiva. O núcleo situa-se já afastado do centro urbanizado e numa área pouco transformada. A chegada ao núcleo por essa via principal é feita descendo a encosta de um vale que se estende até ao rio Tâmega. Outrora este lugar teve uma presença mais evidente no território, já que a envolvência consistia quase que exclusivamente nos caminhos e nos terrenos de cultivo adjacentes.

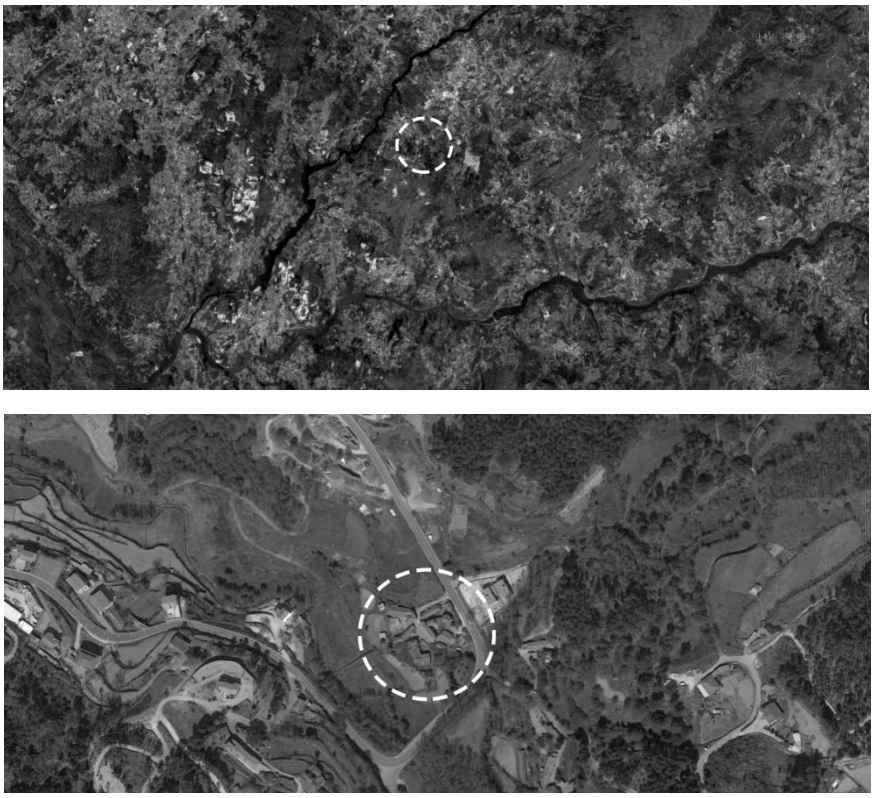
Chegando ao núcleo deparamo-nos com duas construções vernaculares de piso térreo e que ficam à face da estrada. São expressivas na sua materialidade devido à presença enérgica das suas alvenarias em granito: uma cozinha, sem chaminé, apenas com as telhas levantadas para exaustão de fumos e um celeiro . Este último, uma construção comprida e cerrada, fazendo a protecção aos ventos dominantes de Noroeste, conduz o visitante para o interior do núcleo através de um caminho em calçada de granito.

Percorrendo esse caminho, de pendente atenuada, encaramos uma fonte pública adossada a uma construção de rés-chão e sobrado e chegamos a um amplo largo , o centro do conjunto, que distribui para as diversas habitações e aos campos de cultivo adjacentes. O núcleo é composto por 11 construções, mas apenas sete serão alvo de intervenção, uma vez que são as únicas que se encontram inabitadas e em estado de degradação mais acelerado. O vernáculo no seu estado mais puro deixou de ser uma realidade passando a ser apenas uma mera recordação. As restantes quatro habitações edificações, de uso habitacional, juntamente com anexos de apoio à prática da lavoura encontram-se continuamente habitadas.

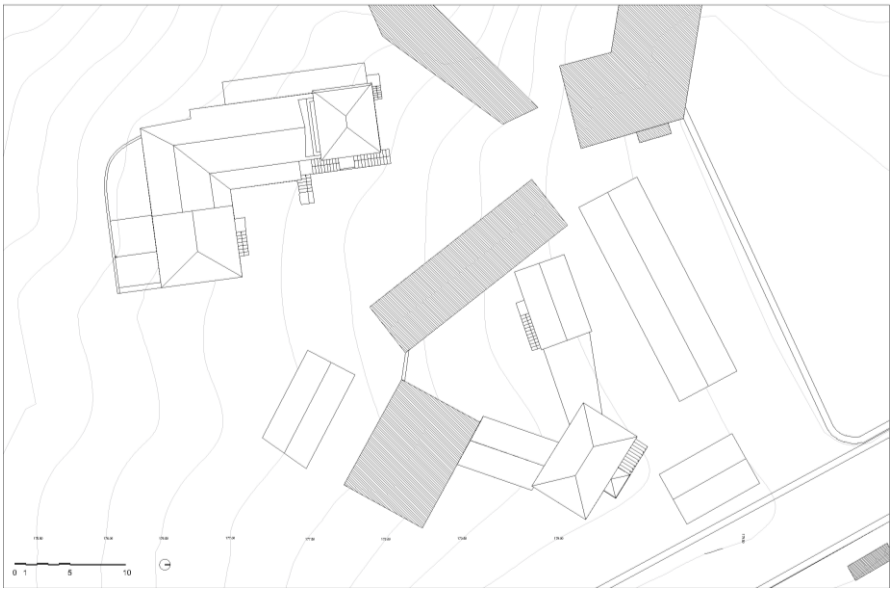
91 - Entrada no Lugar de Vilar.

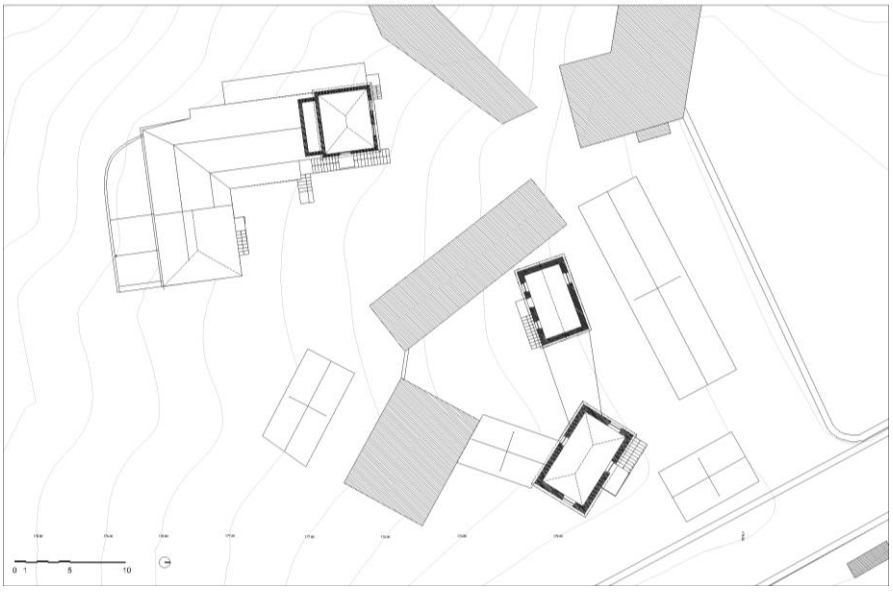
De notar a proximidade de um recurso hídrico, o ribeiro de Manhuncelos, que atravessa o terreno adjacente ao conjunto edificado em foco e desagua no rio Tâmega. Esta característica geofísica poderá ter sido fulcral aquando da escolha do lugar e consequente sedentarização por parte dos primeiros habitantes deste aglomerado de construção corrente, que ali construíram as suas habitações e que reconheceram nas condições naturais um meio propício para a prática da agricultura e pecuária. Os terrenos próximos do ribeiro estavam destinados à agricultura, enquanto os mais afastados e a uma cota mais alta, por serem menos apropriados a essa prática, consistiam no sítio onde se implantaram as construções pré-existentes.

Dos onze edifícios que compõem o núcleo, apenas quatro estão habitados ou ocupados regularmente. Os restantes sete encontram-se em estado devoluto, e são estes sete que serão alvos de intervenção, equacionando devidas relações holísticas com os demais edifícios.



92 - Ortofotomapas. Aproximação Lugar de Vilar entre o rio Tâmega a Sul e Douro a Norte respectivamente.

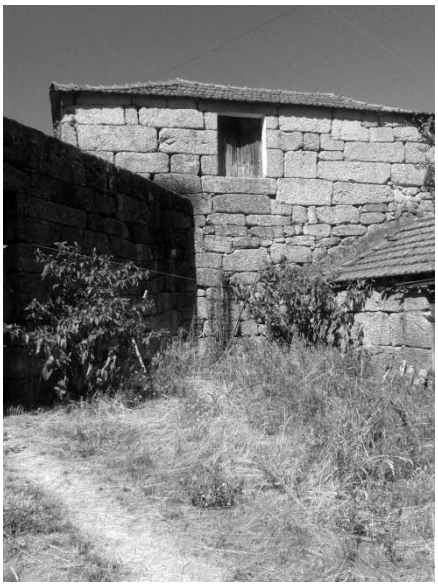




93 - Levantamento de existente. Plantas de Coberturas e Piso 01, respectivamente.

94 - Levantamento do existente. Plantas do Piso 00 e Piso -01 respectivamente.

95 - Fotografias do levantamento do existente: Construções à face da estrada.



96 - Fotografias do levantamento do existente.

97 - Fotografias do levantamento do existente: Celeiro obsoleto a intervir e construções actualmente habitadas.

98 - Fotografias do levantamento do existente: construção em tipologia L e Canastro obsoleto.

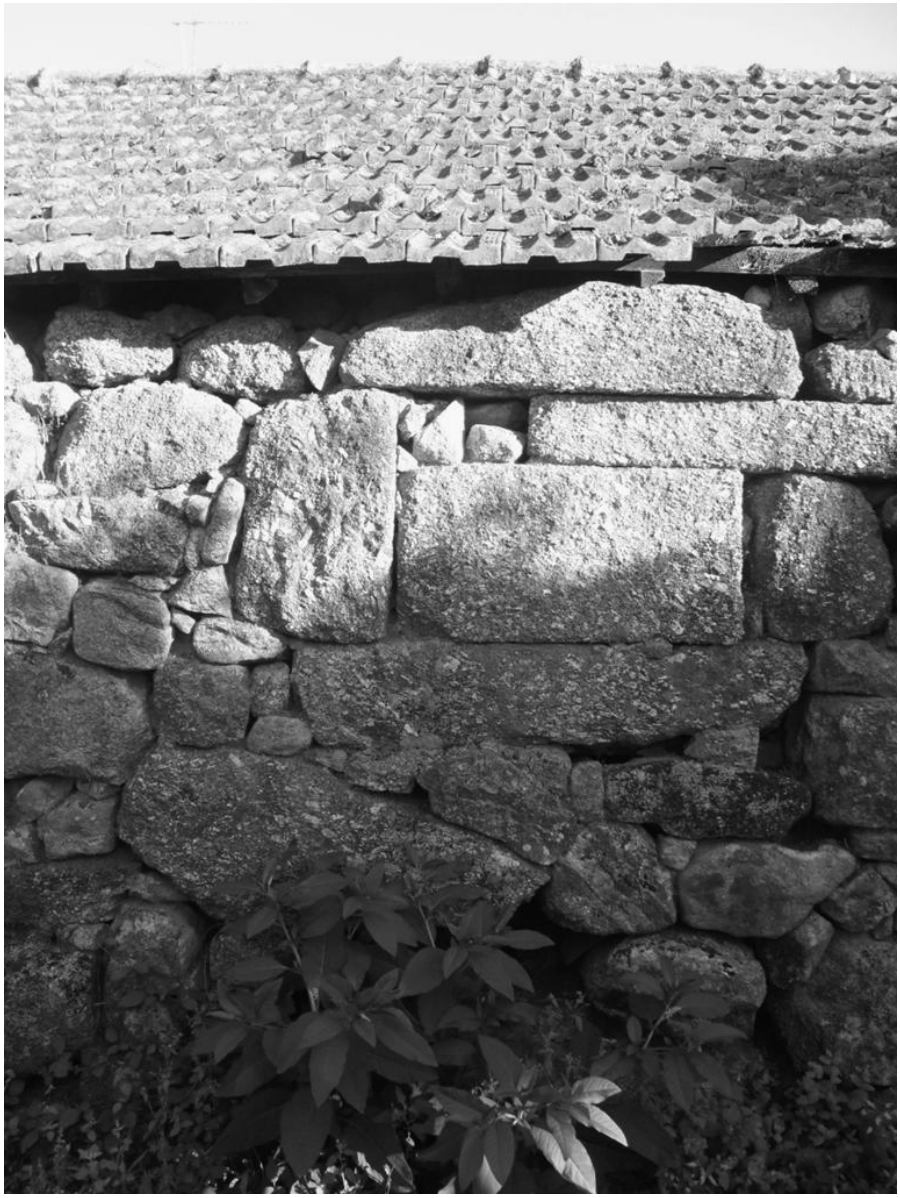
3.3 Sistema Constructivo

O sistema constructivo destas habitações vernaculares caracteriza-se por ser simples, uma vez que foi concebido de uma forma empírica e com materiais provenientes da região em que estavam inseridos. Focando a zona em estudo, a do Marco de Canaveses, poder-se-á dizer que a técnica e material constructivo mais vezes empregue para erguer as habitações era a alvenaria de pedra, de granito. Com um conhecimento adquirido e passado de geração em geração, os agricultores-construtores aplicaram e apuraram esta técnica desde períodos históricos remotos que remontam desde o período castrejo.

Dada a sua perenidade e a sua resistência à compressão, o granito era o material primordial para desempenhar a função estrutural e até mesmo decorativa no edifício. Este material era usualmente empregue também nos tanques do lagar, nos pilares das varandas, nas bases dos espigueiros, na pavimentação da eira, nos vãos (soleiras, ombreiras, padieiras), nas escadas, entre outros. A construção de alvenarias, exigiu historicamente regras de execução que se traduziam num conhecimento do funcionamento estrutural global do edifício.[166]

As alvenarias poderiam ter diferentes formas de execução dependendo da forma como o aparelho da pedra era trabalhado. Poderia variar entre a *alvenaria de pedra aparelhada* e a *alvenaria de pedra ordinária*. Dentro do sistema aparelhado encontramos o *rústico* e o *regular tosco*. O primeiro é constituído por pedras irregulares assentes em argamassa, usando pedras duras de melhor aspecto e que se aparelham numa das faces para formar os paramentos. As arestas podiam ser aperfeiçoadas de forma a corrigir as irregularidades (*aparelho rústico*). O aparelho *regular tosco*, define-se por pedras mais rectangulares, apelidado por *Bujardão* e recorrentemente utilizado na Renascença Italiana e conhecido por *Bugnato.*[167] A alvenaria *de pedra ordinária*, constituída por pedra irregular assente em argamassa, ainda que idêntico ao anterior, surge como um trabalho da pedra menos cuidado, tendo uma execução mais fácil e rápida. Devido à demasiada irregularidade da pedra era necessário encascar pedras mais pequenas ou lascas de tijolo nos intervalos para as fixar. Em casas com rés chão e primeiro andar, as paredes do nível inferior geralmente eram constituídas por alvenaria dupla o que conferia melhor suporte e robustez com uma largura igual ou superior a 60cm. Estas paredes permitiam apoiar uma estrutura realizada em vigamento de madeira que constituía o pavimento do

166 TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, BELÉM, Margarida da Cunha, Diálogos de Edificação, técnicas tradicionais de construção, p.72
167 idem, p.74



99 - Alvenaria ordinária. Celeiro. Lugar de Vilar.

piso superior. No referido piso superior, geralmente as paredes exteriores eram realizadas numa só alvenaria, com uma espessura inferior às do piso térreo. As paredes divisórias interiores eram geralmente feitas em tabique, uma técnica de construção que consistia na colocação de tábuas de madeira na vertical, ligando-as através de um fasquiado, que eram ripas de madeira pregadas na horizontal e revestidas em ambas as faces com barro ou rebocos de argamassa de cal e saibro. Estas paredes de compartimentação tinham um papel importante no travamento geral das estruturas, fazendo-se através delas a interligação entre paredes, pavimentos e coberturas.[168]

Os revestimentos e acabamentos dos elementos constituintes da construção tinham um papel muito importante, uma vez que eram a pele que assegurava a protecção dos mesmos face às ações químicas e mecânicas desgastadora da natureza.[169] O sistema ficava completo com argamassa de enchimento que era realizado em terra simples ou em argamassa bastarda, de terra e cal, ou ainda de areia e barro.

168 APPLETON, João, Reabilitação de Edifícios Antigos, Patologias e tecnologias de intervenção, pp.49-53

169 APPLETON, João, Reabilitação de Edifícios Antigos, Patologias e tecnologias de intervenção, p.57

100 - Estrutura em granito de suporte de varanda, Lugar de Vilar.

Algumas casas de lavoura mais ricas apresentam algum adorno nas suas fachadas de granito, particularmente em elementos como cachorros ou cornijas, facto que não é verificável no conjunto objecto de estudo deste trabalho de investigação e projecto, dada a pobreza do meio social em que as mesmas se inseriam.

Em relação às coberturas e de acordo com o exposto previamente, eram construídas numa fase inicial em colmo e posteriormente passaram a ser executadas em telha. A partir de meados do século XX, no Marco de Canaveses, apenas 5% das construções conservavam o revestimento em colmo[170]. Actualmente, encontram-se casos onde o revestimento é feito com telha de canudo, noutros marselha ou, ainda, lusa. As coberturas eram suportadas por uma estrutura de madeira, que podia variar em termos de complexidade, e que geralmente eram constituídas pelas linhas horizontais, o pendural, as pernas e as escoras. As terças, os caibros e as ripas completavam o resto da estrutura para apoiar a colocação da telha. As coberturas eram habitualmente de quatro ou duas águas. As madeiras mais utilizadas eram o pinho, o carvalho e o castanho, por fazerem parte das espécies arbóreas mais comuns na região. Os pavimentos do piso superior da casa eram aplicados no sentido longitudinal da mesma, geralmente em madeira de pinho, assentes em vigas de madeira colocadas no sentido transversal, por ser o vão menor. Estas eram apoiadas nas paredes em alvenaria de granito da construção vernacular. Todo este sistema de pavimento ficava exposto, sem qualquer tipo de isolamento. Os pavimentos térreos ficavam geralmente em terra. De acordo com Emília Monteiro, no Marco de Canaveses, geralmente não se revestia o lado exterior da alvenaria de pedra de granito. Só o interior era rebocado, normalmente com saibro e barro e depois caiado.[171]

Os vãos eram normalmente de pequena dimensão. Por razões estruturais as ombreiras e padieiras eram executadas em pedra. Nas construções ainda existentes, no piso do sobrado é frequente encontrar-se em alguns vãos duas peças de granito adoçadas às ombreiras que criavam um banco designado namoradeira. O sistema de abrir de batente era o mais usual nas diversas situações de aberturas, referimo-nos às portas, às portadas e a alguns caixilhos, podendo ter uma ou duas folhas de abrir.

170 MONTEIRO, Emília, Monografia Marco de Canaveses 180 anos. Volume III, p. 340

171 MONTEIRO, Emília, Monografia Marco de Canaveses 180 anos. Volume III, p. 340

101 - Levantamento fotográfico de espaços interiores a intervir: interior de celeiro, salas e um quarto respectivamente.

Para além do sistema de batentes, em alguns caixilhos usava-se outra solução de duas folhas, através de um sistema de abertura de guilhotina. Todos estes elementos eram feitos em madeira.

Para um trabalho de reabilitação requer-se um conhecimento amplo sobre as pré-existências para uma melhor adaptação da intervenção. Da mesma maneira que todas as leituras precedentes no trabalho tiverem o objectivo de conhecer o objecto nas suas dimensões históricas, paisagísticas, constructivas e tipológicas, pretende-se nesta fase do trabalho avaliar o actual estado de conservação. Em função do conhecimento da situação de conservação em que o objecto se encontra poder-se-á garantir uma eficácia técnica aquando da actuação sobre o mesmo. Tal diagnóstico requer uma avaliação por parte de técnicos e de recursos especializados para a identificação criteriosa de patologias existentes. Uma vez que não se dispõe de tal tecnicidade, toda a análise ao edificado partiu de um levantamento visual e gráfico registando, assim, as várias anomalias encontradas nas estruturas em foco.

As anomalias num edifício habitacional poderão estar relacionadas ora com causas humanas ora com causas naturais. Quando não são consequência de um erro humano, ou de projecto ou de execução elas podem derivar de uma ordem de acções naturais, de desastres naturais, ou desastres causados pelo Homem.[172]

Em relação às acções naturais, estas podem ser físicas (acção da gravidade, variações térmicas, pressão, abrasão, vibração do vento, pluviosidades, neves, humidades, efeitos diferidos como a retracção, fluência e relaxação, radiação solar; ou a alteração das condições do solo e abaixamento do nível freático.[173] Das acções naturais podem ainda derivar as químicas (oxidação, carbonatação, sais, água ou chuvas ácidas) como também as acções vegetais como o crescimento de vegetação.

As anomalias de um edifício variam entre patologias de ordem estrutural e patologias de ordem não-estrutural ou de revestimento. No caso das patologias em elementos estruturais estas podem consistir em problemas associados ao envelhecimento dos materiais estruturais, que depende também do nível de conservação a que os edifícios são submetidos. Este tipo de patologia caracteriza-se pela progressiva diminuição da resistência do elemento estrutural ou do conjunto, resultando por vezes em quebras parciais ou globais. As anomalias estruturais para além do envelhecimento podem ser um resultado de erros originais. Nas anomalias

172 AGUIAR, José, REIS CABRITA, APPLETON, João, Guia de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, volume II, p.12

173 AGUIAR, José, REIS CABRITA, APPLETON, João, Guia de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, volume II, p.12

102 - Levantamento fotográfico do existente: Interior de Cozinha, Canastro, Estrutura Granítica, Porta de uma corte.

de ordem não-estrutural estas podem ser ocorridas devido à acção também de humidades, fendilhações, envelhecimento e degradação de materiais sem atribuição da humidade. A humidade pode ser responsável pela deterioração de rebocos ligada à cristalização de sais dissolvidos, como também à ruptura de alguns materiais porosos agravados pela congelação da água e consequente aumento de volume no interior dos poros, ou ainda devido à corrosão de metais e decomposição de madeiras e outros materiais orgânicos que estão associados à parede.

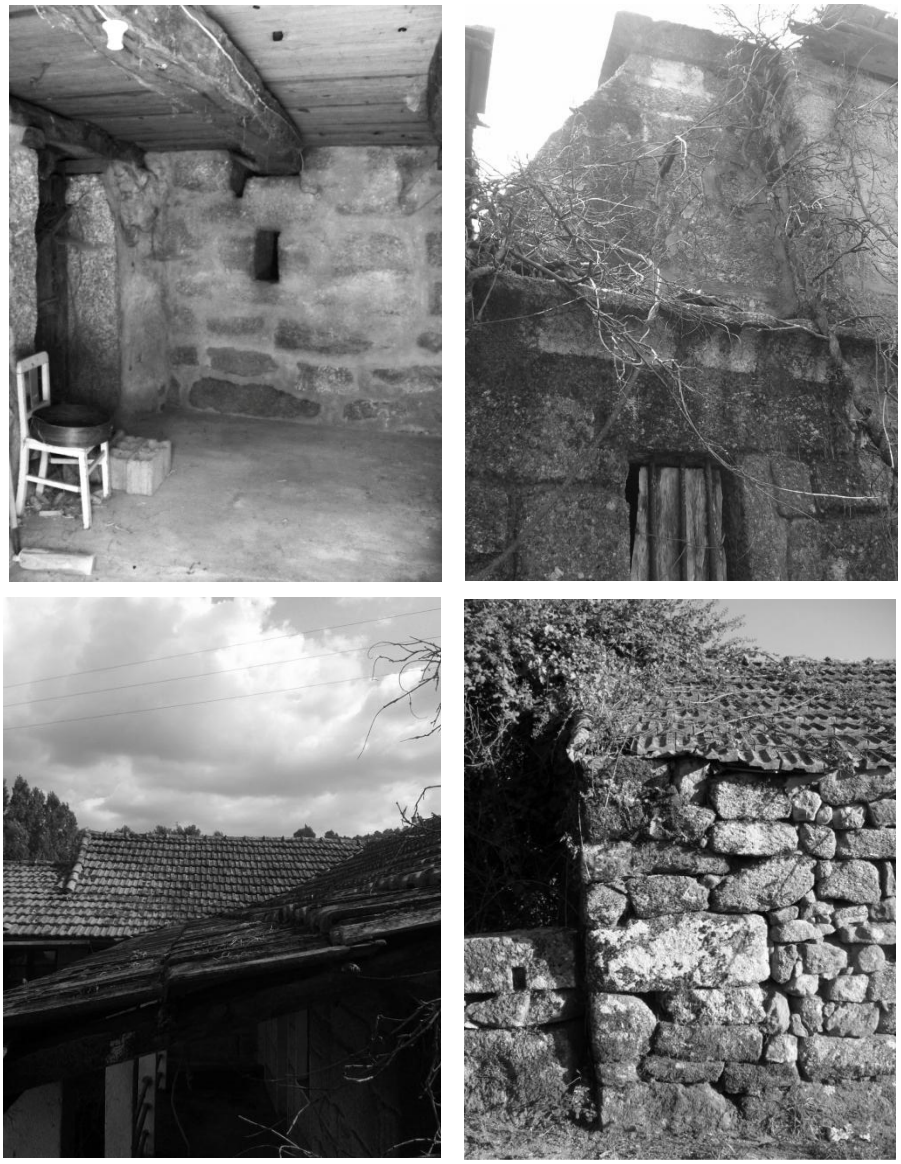
As alvenarias são elementos feitos para funcionar à compressão, tendo baixa capacidade para aguentar esforços de flexão, de corte ou de tracção. As anomalias estruturais patentes geralmente nas paredes de alvenaria são as fissurações, desagregações e esmagamentos. Em paredes de alvenaria ordinária, onde a pedra é mais irregular, é frequente o aparecimento de abaulamentos e desagregações superficiais. Estes acontecimentos estão intimamente relacionados com a expansão da parede, através da acção da humidade provocando deterioração nas argamassas, assim como superação de elementos superficiais.[174]

No que diz respeito às coberturas estas são um elemento da construção que sistematicamente apresentam uma situação mais generalizada de anomalias. A cobertura é o elemento da envolvente do edifício mais exposto e de forma contínua à acção das chuvas, das variações térmicas, dos ventos, poluições, entre outros. As coberturas tradicionalmente em estrutura de madeira, são estruturas deficientemente protegidas de agentes invasores como fungos e insectos. A acção da chuva é principalmente preocupante através das infiltrações na superfície da cobertura ou infiltrações na rede de drenagens de águas pluviais, aquando da sua existência. Em estruturas de madeira as anomalias mais evidentes são a decomposição, o ataque dos elementos por fungos e insectos, ou o desenvolvimento de grandes deformações ao longo do tempo.

A decomposição evidencia-se essencialmente nos apoios de vigamento através da acção da humidade das paredes, resultando na perda de resistência das estruturas de madeira. A presença de fungos e de insectos ocorre aquando da inexistência de protecção dos elementos em madeira, normalmente potenciados pela consequente presença da humidade.[175]

174 AGUIAR, José, REIS CABRITA, APPLETON, João, Guia de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, volume II, p.26

175 AGUIAR, José, REIS CABRITA, APPLETON, João, Guia de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais, volume II, p.28



103 - Levantamento fotográfico do existente: Loja, Chaminé-torre, Varanda, Alvenaria Ordinária de Granito.

Ainda sobre as coberturas, a decomposição das peças de madeira prejudica as ligações de apoio e as que ficam entre elementos, aumentando as forças horizontais. As deformações excessivas em coberturas ou pavimentos está relacionada com a fluência da madeira e mesmo em pavimentos com vãos curtos, assistindo-se a flechas com alguma dimensão. Estes fenómenos de decomposição assim como a presença de insectos poderão influenciar deformações acentuadas, devido à diminuição de secções das peças da estrutura, eliminando a função estrutural de algumas peças. Nos pavimentos em madeira, a acentuada deterioração pode levar a uma deformação geral agravando a função de contraventamento horizontal do edifício.

Em relação às caixilharias em madeira, estas estão sujeitas à acção da humidade da precipitação e aos efeitos da condensação, que nas janelas, ocorre nas superfícies interiores do vidro, atingindo os aros e os caixilhos. São também elementos particularmente sensíveis à acção directa da radiação solar e das chuvas direccionadas pelo vento. A humidade pode ser uma causa da deterioração da madeira também em caixilharias, favorecendo também o aparecimento de fungos e insectos, por falta de estanquidade, podendo passar para o interior do edifício, o que por vezes afecta a funcionalidade, em matéria de salubridade, atingindo também elementos adjacentes numa fase posterior como paredes e pavimentos.

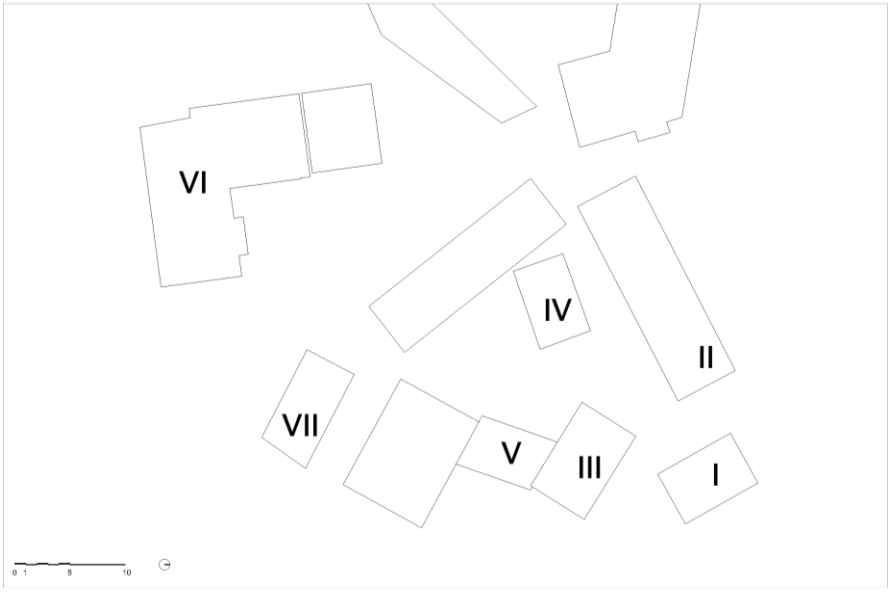
Para o Lugar de Vilar, os elementos a serem diagnosticados foram as coberturas, as paredes exteriores e as caixilharias, uma vez que são elementos da envolvente do edifício por estarem em contacto directo com as intempéries, que juntamente com a falta de manutenção e passagem do tempo correspondem à principal causa da degradação das estruturas pré-existentes. Também os pavimentos interiores e as argamassas de revestimento foram alvos de uma análise.

3.4 Actual Estado de Conservação

Após uma consciencialização acerca dos elementos estruturais e constructivos definidores de uma identidade intrínseca à construção vernacular e que, apesar das nuances seculares entre objectos arquitectónicos que cada um acarreta consigo, pretende-se identificar separadamente cada construção pré-existente a ser intervencionada. Procurou-se compreender individualmente a sua génese funcional e constructiva, servindo como base dessa identificação os estudos teóricos anteriormente referidos no capítulo anterior.

Analisaram-se as principais causas e manifestações de patologias em edifícios com características semelhantes assim como o estado de conservação de cada objecto a ser intervencionado. Espera-se conceber um breve diagnóstico com base na observação e descrição com o objectivo de influenciar as opções de projecto, tanto na manutenção ou na demolição de elementos físicos constituintes de cada umas das construções.

Como referido, dos onze edifícios constituintes do aglomerado a intervencionar, apenas sete foram submetidos de uma forma directa, através do desenho, a um projecto de reabilitação. As construções a serem reabilitadas são uma antiga cozinha à qual designamos pré-existência I; um antigo celeiro designado por pré-existência II; uma habitação de rés-chão e andar designada por pré-existência III; uma outra habitação de características idênticas por pré-existência IV; uma antiga corte pela qual se denominou pré-existência V; uma casa de tipologia em L, à qual designamos pré-existência VI; e uma pequena *casa-elementar* de uns anteriores caseiros pela qual se designou pré-existência VII.



104 - Localização e denominação do existente a intervir.

3.4.1 Pré-existência I

Edifício à face da estrada de acesso, outrora desempenhava a função de uma cozinha, evidenciado pela presença do sistema em telha-vã na sua cobertura. Caracteriza-se também por ser uma construção muito simples, de planta rectangular, logo um exemplo do tipo casa-elementar. No que diz respeito à sua cobertura esta é de duas águas e tem um revestimento em telha marselha, no entanto apresenta um vasto preenchimento de fungos e musgos. Na água da cobertura voltada para a rua pode-se verificar um estado de fracturação em algumas das peças, um indicador de falta de manutenção, requerendo assim a sua substituição. As paredes exteriores são em alvenaria de pedra ordinária em granito amarelo, apresentando um aparelho de pedra irregular e com junta seca, visto não possuir argamassa à vista no assentamento. Não apresenta nem fissuração vertical, nem horizontal pelo que se conclui que serão elementos com alguma qualidade constructiva e estrutural a preservar. Parte da parede voltada a Este está assente num afloramento rochoso existente, qualidade característica dos modos de assentamento vernaculares, aproveitando esta condição do terreno para sua fundação. O pavimento do interior do edifício, que outrora era uma cozinha tem um revestimento em terra.

Os valores a resgatar para o projecto de reabilitação são a dimensão dos vãos e seus elementos estruturais, a plasticidade das suas alvenarias de granito amarelo, a inclinação acentuada da cobertura de duas águas.

105 - Levantamento fotográfico da antiga cozinha.

3.4.2 Pré-existência II

Construção de apoio à actividade agrícola, para armazenamento dos utensílios da lavoura. A fachada Este inteiramente fechada, sem vãos, protege o edifício e o quinteiro adjacente dos ventos dominantes no Marco de canaveses. A cobertura deste edifício é de duas águas e tem também um revestimento em telha marselha. Apresenta fungos e musgos na telha e situações de deslocamento das mesmas em partes pontuais da cobertura. Muitos dos elementos cerâmicos estão fracturados o que implica uma total substituição. O vigamento da estrutura em madeira que suporta o telhado está bastante fragilizado devido às flechas acentuadas das suas vigas. Em relação às paredes estas são em alvenaria ordinária de granito amarelo e com assentamento em junta seca. Esses elementos não apresentam nem fissuração vertical, nem horizontal. Não existem vãos para janelas, apenas para a definição de portas. Estas ainda são elementos autênticos, contudo apresentam um estado de degradação e fissuração muito acentuado. O pavimento deste edifico, outrora provavelmente em terra, tem actualmente um tratamento em cimento.

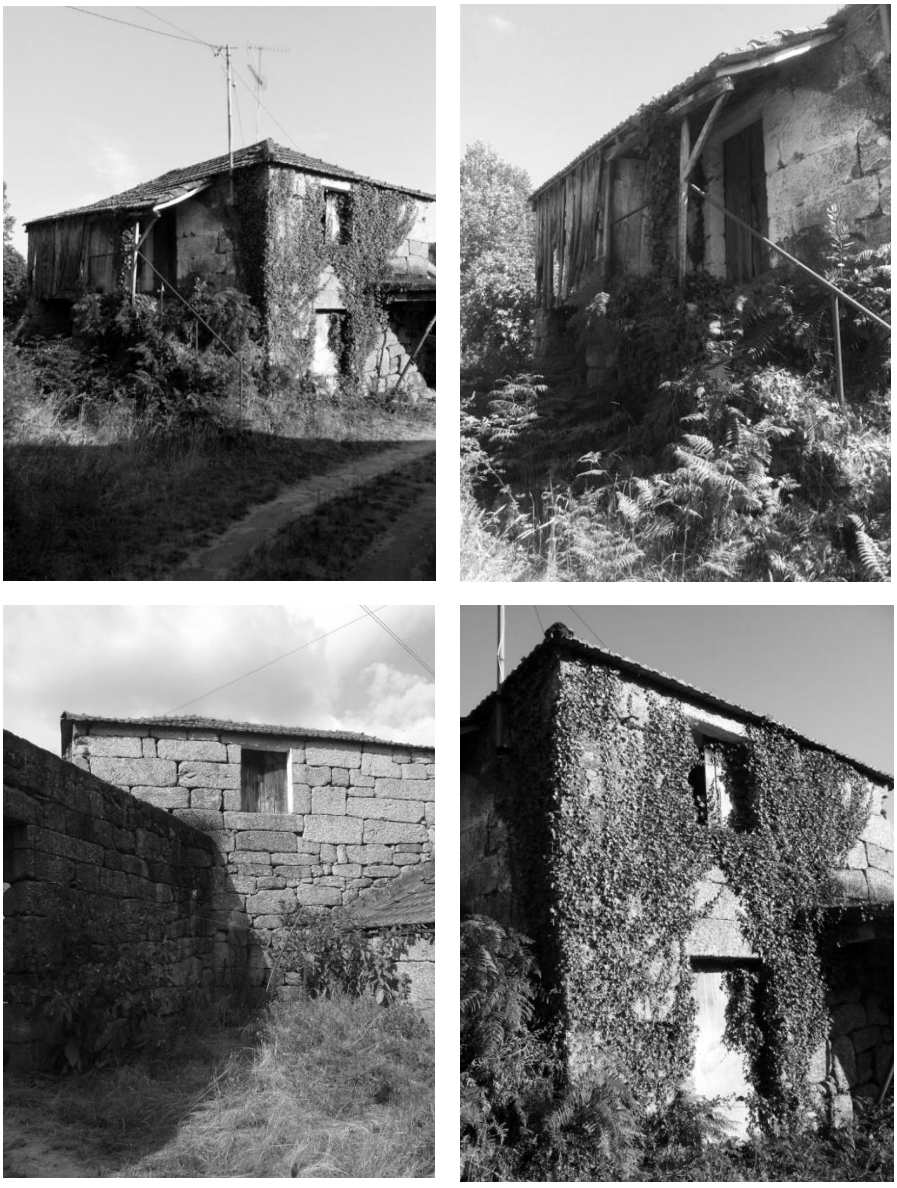
Conserva-se os vãos e seus elementos estruturais, as paredes em alvenaria ordinária em granito e a inclinação de duas águas da sua cobertura.

106 - Levantamento fotográfico do antigo celeiro.

3.4.3 Pré-existência III

Construção do tipo casa-bloco de rés-chão e andar idêntica a muitos modelos no concelho, com acesso em escada de granito adossada à casa na fachada lateral. Este exemplar tinha a particularidade de ter um canastro associado ao patamar de entrada, encontrando-se actualmente num estado bastante devoluto de conservação. A cobertura desta construção é de quatro águas e tem um revestimento em telha marselha. Neste caso está visível o crescimento de vegetação, nomeadamente eras para o nível da cobertura e consequente transposição. Tal como nos restantes edifícios apresenta musgos e fungos no interior e na aparência do próprio elemento cerâmico. Observa-se alguns deslocamentos da própria telha, que tudo indica, são uma consequência dos próprios ventos. Mais uma vez todas estas condições são derivadas de uma ausência de manutenção periódica, o que requer um trabalho de substituição. As paredes exteriores são em alvenaria de pedra aparelhada de granito amarelo, uma vez que apresenta um assentamento com pedras mais regulares do que os anteriores. De realçar um revestimento quase total de vegetação e de infiltração nas juntas que são também secas, uma vez que não tem argamassa de assentamento à vista. Nos vãos que são portas ou janelas, por serem elementos ainda com alguma autenticidade do momento inicial da construção, estão já bastante degradados pelo tempo e pelas intempéries o que sugere que sejam substituídos. Nesse sentido, as portas em madeira maciça apresentam infiltração de água, e uma fissuração evidente.

Os valores a conservar para o projecto de reabilitação são a escada em granito exterior adossada à construção, todos os seus vãos e elementos estruturais, a alvenaria aparelhada em granito amarelo, a inclinação de quatro águas da sua cobertura. O canastro existente, devido ao seu estado elevado de deterioração bem como a condição de desuso que representa actualmente, será removido.



107 - Levantamento fotográfico da obsoleta habitação.

3.4.4 Pré-existência IV

Esta construção consiste no exemplar mais adulterado a par da casa em L. Edifício com duas fases constructivas distintas: um rés chão em alvenaria de granito e um primeiro andar em bloco de cimento. A cobertura é de duas águas e é revestida em telha marselha e esta apresenta fungos de grande expressão no exterior. Requer portanto uma substituição. As paredes exteriores do rés/chão são em alvenaria de granito com aparelho ordinário porque tem pedra irregular e com assentamento em argamassa, que fica à vista nas juntas. O primeiro andar em alvenaria de bloco de cimento e um revestimento em chapisco revela uma intervenção recente mais desqualificada e uma oportunidade de transformação. Apenas se mantiveram as portadas em madeira de duas folhas de abrir, no entanto tanto caixilharias nas janelas como portas já não existem, o que provocou uma situação de degradação muito acentuada. Os pavimentos tanto do rés/chão como do primeiro andar têm um tratamento em cimento sem qualquer outro revestimento de acabamento. Esta construção necessitou de um reforço estrutural, uma laje exterior, que funcionando também como alpendre, estabiliza este e o edifício anterior analisado.

Os valores a conservar no projecto de reabilitação são a escada exterior em granito, o posicionamento dos seus vãos, a inclinação de duas águas, as paredes exteriores em alvenaria aparelhada de granito amarelo. A laje em betão que funciona como alpendre e que estabiliza este edifício mais o adjacente será alvo de demolição, recorrendo à reconstrução das alvenarias de ambos edifícios no projecto de reabilitação para consolidação dos mesmos.

108 - Levantamento fotográfico da obsoleta habitação.

3.4.5 Pré-existência V

Edifício de pequena dimensão, consiste também num exemplar de casa elementar. Apresenta uma cobertura de duas águas, em telha marselha com algum preenchimento de fungos sobretudo na cumeeira. Pavimento interior em terra uma vez que se tratava dum espaço para guardar o gado. Paredes exteriores em alvenaria ordinária de pedra de granito amarelo com argamassa de assentamento à vista. As paredes não apresentam nem fissuração vertical nem horizontal. Não existem vãos para janelas apenas para portas, devido as características funcionais do espaço. Existe também as portas originais em madeira maciça, no entanto estas estão num estado de fissuração e degradação também bastante acentuado.

Conserva-se para o projecto os vãos e seus elementos estruturais, as paredes em alvenaria ordinária de granito amarelo e a inclinação de duas águas da cobertura.

Com a análise feita às patologias das sete construções, adquiriu-se um melhor esclarecimento sobre quais os elementos alvo de preservação para o futuro e a integrar no projecto de reabilitação. Determinaram-se aqueles elementos que denotam determinado valor, bem como aqueles que serão removidos, por serem o resultado de uma intervenção desqualificada ou por representarem um estado de degradação bastante acelerado nos elementos. Esta intervenção procura resgatar os valores da memória, como valorização do passado, mas pretende também colocar esta obra num novo contexto social, cultural e económico, daí que nem todos os elementos existentes farão parte do processo da conservação.

109 - Levantamento fotográfico da anterior corte e muro definidor do quinteiro.

3.4.6 Pré-existência VI

Esta construção apresenta uma tipologia em L. Outrora com cobertura em colmo ou telha de canudo e com varandas em pavimentos e guardas em madeira, que pela acção dos utilizadores se foi adulterando. Pelas descrições feitas do cliente apreendeu-se que o conjunto de edifícios pertence ao séc. XIX, data da sua primeira construção. Tendo em conta o tempo remoto em que foi erguido e o meio em que estava inserido, não existem registos gráficos que comprovem a configuração inicial nem a actual destes edifícios. Neste sentido, o desenho de levantamento teve que ser produzido durante o estudo da dissertação. Em relação às tipologias das casas, estas seguem os padrões já analisados da arquitectura popular (casa-bloco) característicos destas zonas de Minho e Douro litoral em que o piso do sobrado está diferenciado do piso das cortes.

Esta pré-existência passou por um processo evolutivo no tempo, visto que a sua articulação presente em L derivou de alguns acrescentos feitos a uma casa-bloco de rés-chão e primeiro andar, um por cada extremidade da forma, chegando à actualidade, como um corpo composto por quatro volumes que correspondem a quatro fases temporais distintas. No corpo primitivo situavam-se à cota térrea as cortes do gado e outras dependências agrícolas. O piso do sobrado era composto por uma cozinha de grandes dimensões que ainda se mantém e por um espaço dividido em quatro quartos. A segunda fase acrescentou uma sala e mais um quarto e o lagar no rés chão. A terceira fase introduziu uma pequena habitação e dois pisos no topo Este do L , com uma cozinha e quartos no primeiro andar. No rés chão situavam-se duas pequenas lojas. Na quarta fase foi acrescentado outro corpo no topo Norte com características idênticas ao anterior. A casa tem uma varanda que é acedida por uma escada exterior de granito posicionada de forma perpendicular e que permite o acesso ao interior do sobrado e é o elemento fundamental na estruturação dos espaços interiores pelo exterior.

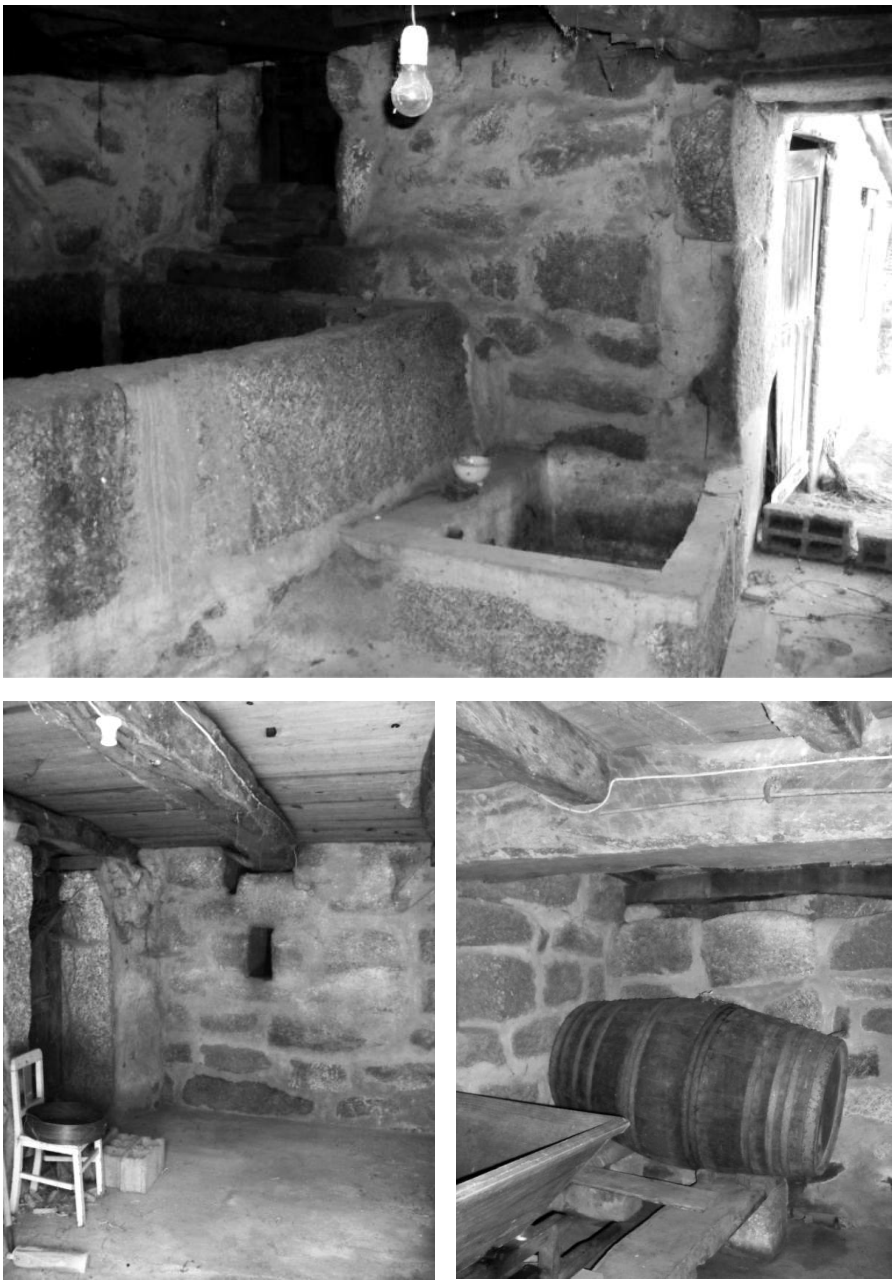
O espaço da cozinha na casa-bloco original é o maior compartimento da casa, visto que lá decorria toda a vida familiar e onde se recebiam pessoas não pertencentes à família. Tem uma lareira elevada um degrau do pavimento em granito. Neste caso ela situa-se ao centro. Tem dois fornos situados à sua esquerda. Apesar da característica mais comum nas construções vernaculares ser a ausência de chaminé, neste caso verifica-se o contrário, existindo uma chaminé-torre no topo Norte do edifício. A cozinha é soalhada e lajeada na zona da lareira e dos fornos. Tem poucas aberturas para o exterior, apenas tem a porta de entrada e dois

110 - Levantamento fotográfico da obsoleta habitação em tipologia L.

postigos. O telhado do topo Sul encontra-se em estado de ruína uma vez que já colapsou parcialmente sobre o interior do edifico, torna-se premente a sua substituição. O restante da cobertura, em estrutura de asnas de madeira apresenta um revestimento em telha marselha com estado de degradação acentuado devido a fungos e musgos. Apresenta, ainda, diversos deslocamentos de telha e também fracturas das mesmas em casos pontuais. O edifico apresenta estar envolto por vegetação no alçado sul, condição responsável pela destruição parcial da cobertura. Os pavimentos do rés chão , são em terra no sítio da corte e em cimento nos espaços da adega, do lagar e das lojas das alfaias. No piso do sobrado encontra-se um pavimento em madeira bastante deteriorado em ambas as faces por parasitas. O mesmo acontece com as vigas que suportam o pavimento. O pavimento na cozinha, está bastante fragilizado em termos estruturais devido ao estado de deterioração da sua estrutura. Todas as paredes exteriores são em alvenaria aparelhada de granito amarelo com argamassa de assentamento à vista. Como estas alvenarias não apresentam fissurações, serão elementos ou valores a preservar para o futuro. As caixilharias deste edifício revelam um estado de degradação não muito acentuado mas com ferrugem nos sítios onde foram colocadas as ferragens.

A varanda foi bastante transformada desde a sua construção inicial e deixou de ser um elemento de estrutura e com guardas de protecção em madeira para dar lugar a uma laje de betão e a perfis tubulares horizontais metálicos de protecção. Possivelmente será um elemento a não preservar no âmbito projecto.

Os valores a conservar neste edifício composto são a sequência temporal e a forma comunicante como as partes se relacionam umas com as outras, tal como no projecto de Fernando Távora na casa de Briteiros, em Guimarães. Conservar as suas alvenarias em pedra de granito, a chaminé-torre idêntica a tantas outras na região do Tâmega, as pendentes das coberturas, alguns dos vãos de portas e janelas que sejam autênticos da sua primeira historicidade e com influência funcional para a nova programação. Conservar a tipologia, no que respeita às paredes estruturais do piso do lagar e cortes assim como do sobrado. Conservar as escadas exteriores em granito para que continuem a ter um papel preponderante no funcionamento da nova utilização.



111 - Levantamento fotográfico das dependências agrícolas do piso inferior. Habitação tipologia L : Lagar, Loja, e Adega respectivamente.

3.4.7 Pré-existência VII

Associado à casa em L anterior, esta pequena construção, em estado devoluto, poderá ter sido ocupada por caseiros que trabalharam as terras adjacentes a este aglomerado. É um exemplo do tipo de *casa elementar*, de rés-chão apenas, de duas águas na cobertura, idênticas às estudadas em "*Arquitectura Tradicional Portuguesa".*

Apresenta uma cobertura em estrutura de madeira, e com revestimento em telha cerâmica marselha e de canudo no beiral. A cobertura surge parcialmente destruída pela transposição da vegetação num dos topos do edifício. Apresenta musgos e fungos na face exterior dos elementos cerâmicos. As paredes exteriores são em alvenaria ordinária de granito amarelo, bastante irregular. A pedra não apresenta nem fissuração vertical nem horizontal pelo que serão elementos que se poderão preservar, ainda que necessitem de consolidação em várias juntas. As portas em madeira, ainda que genuínas, apresentam um acentuado estado de degradação devido à absorção de água, assim como os restantes casos, pelo que terão que ser substituídas.

Para o projecto de reabilitação espera-se conservar os valores plásticos da alvenaria em granito, o posicionamento dos vãos e consequente influência na função do novo uso, bem como a actual pendente da sua cobertura composta por duas águas.

112 - Levantamento fotográfico da anterior habitação de caseiros.

3.5 Programa

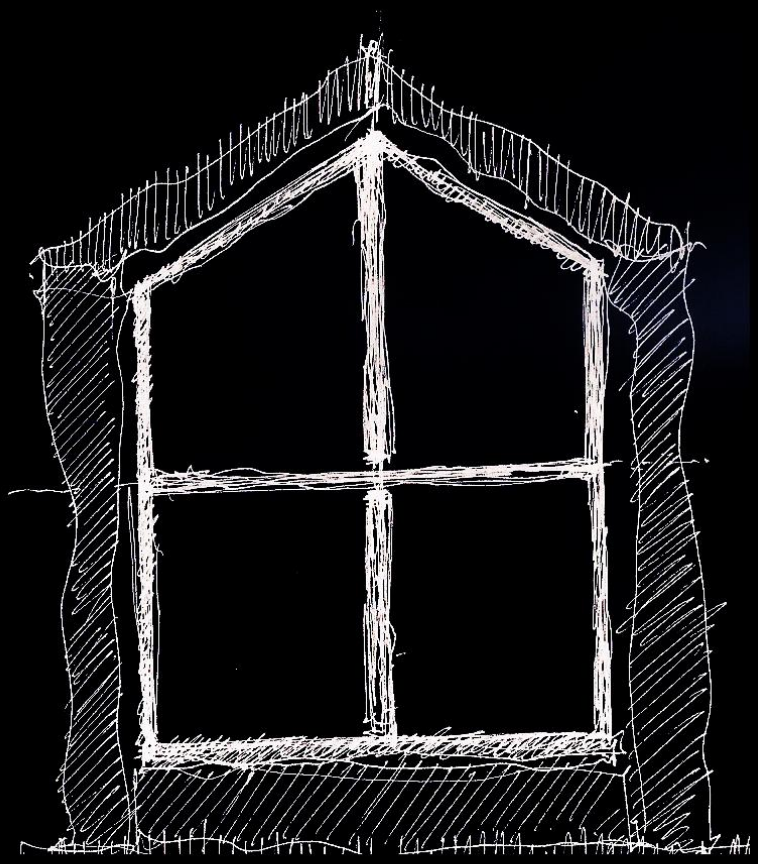
O programa a desenvolver, requerido pelo cliente, espera dar resposta a um crescente interesse de grupos de indivíduos por alojamento em espaços afastados dos centros urbanos e com uma relação mais próxima com o meio natural. Dada a quantidade de edifícios existentes, sete, a hipótese de conversão do núcleo para uma segunda casa não foi pretendida, assumindo uma intenção clara de tornar esta reabilitação numa ocasião rentável para um futuro próximo. Para lá desta imposição, a articulação dos sete edifícios, as suas especificações, organizações e relações com o espaço público ficaram ao critério do autor do trabalho.

Uma vez que o núcleo é constituído por várias edificações de diferentes dimensões, procurou-se testar um novo programa contemporâneo sobre as ditas pré-existências, concebendo uma estratégia apenas com os edifícios que estavam à disposição e que se encontravam na condição de serem reabilitados, uma vez que os restantes quatro edifícios que constituem este núcleo já estão habitados há vários anos e um deles reabilitado recentemente. Torna-se, neste caso, um projecto de adaptação, não só entre nova e antiga construção, mas também entre novos e antigos utilizadores.

Sem descurar a condição holística que o aglomerado representa, porque se trata de uma abordagem a sete partes individuais que simultaneamente estabelecem um todo, procurou-se introduzir condições de permanência para novos utilizadores, em vivência simultânea com habitantes que ao núcleo já pertenciam. O programa visa não só trabalhar espaços com condições para funcionarem como células habitacionais, como trabalhar espaços que possam ser elementos de suporte aos momentos sociais de encontro e consumo. Esperamos prever condições de permanência assim como espaços de partilha e comuns a todos os que frequentem o núcleo reabilitado. Foi requerido ainda a localização para uma piscina e respectivas instalações de apoio.

113 - Terrenos adjacentes. Lugar de Vilar.

IV. PROPOSTA

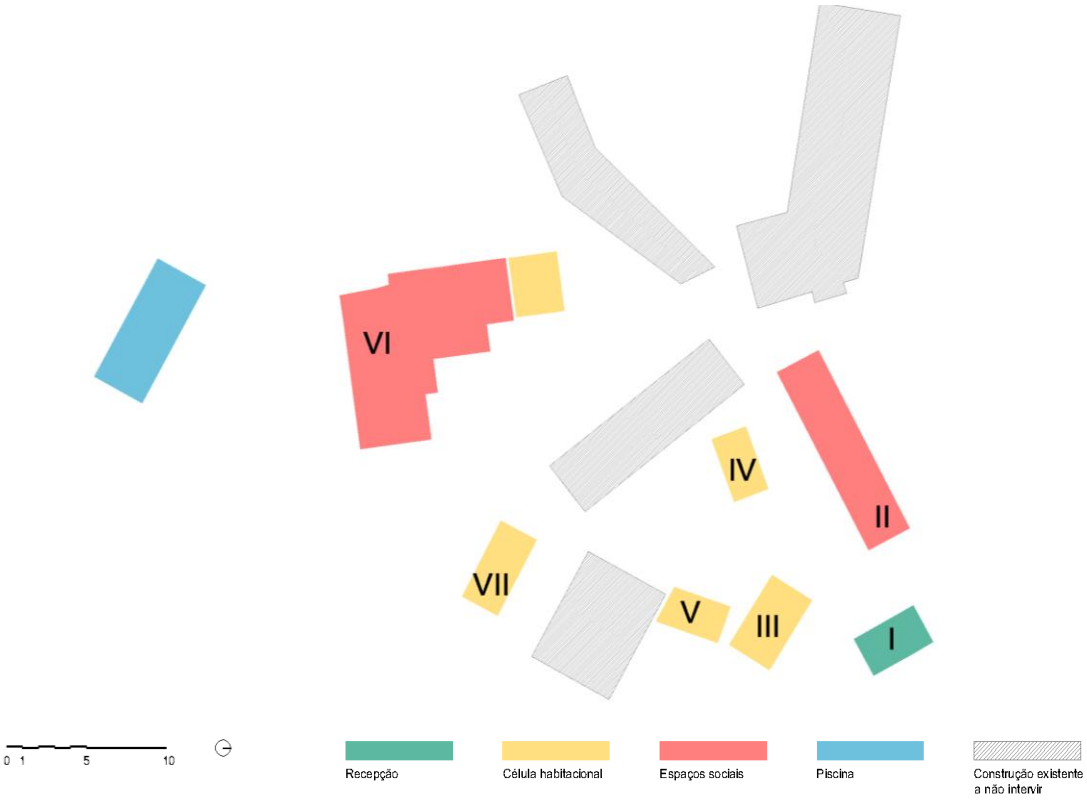


4.1 Intervenção no existente

A proposta para este trabalho aponta uma possibilidade para um funcionamento, conforme a intenção dos próprios clientes dando corpo e conteúdo a um programa previamente idealizado. Foi objectivo deste trabalho desenvolver uma estratégia clara na estipulação das diferentes relações e funções entre os espaços bem como apontar uma solução-tipo constructiva. Assim, a solução apresentada enuncia uma estrutura que possa resultar para o conjunto no Lugar de Vilar.

Para dar resposta as estas exigências programáticas optou-se por separar o programa consoante a escala dos edifícios pré-existentes, tal como no projecto de Quinta do Lobo Branco em Paços de Sousa do atelier AND-RÉ. Nos edifícios de menor escala e de carácter individual optou-se por adaptar as células habitacionais às construções pré-existentes III, IV, V e VII. O espaço de recepção ao público do conjunto ficou atribuído à pré-existência I, antiga cozinha, devido à sua maior proximidade com a rua. Nos edifícios de maior escala, com condições para receber maior número de pessoas, optou-se por introduzir os espaços sociais, de cozinha comunitária, de salas de refeições e de salas de estar e de jogos, tal como no projecto de Nuno Graça Moura em Vidago. Falamos neste sentido da pré-existência II e VI, o antigo celeiro e a casa com tipologia L respectivamente. Previu-se ainda uma célula habitacional para um eventual caseiro, reabilitando o topo Norte da mesma casa em L, designada anteriormente por pré-existência VI.

Com a proposta desenvolvida procuramos manter os valores plásticos, estruturais, estéticos das alvenarias de pedra em granito mantendo a patine deixada com a passagem do tempo. As juntas das pedras das alvenarias foram tratadas de modo a apresentarem expressão de junta seca, sem revestimento adicional exterior, apenas com argamassa tradicional de cal aérea para assentamento. Todo tipo de isolamentos, de ordem térmica, acústica, de impermeabilização foram executados pelo interior. Procurou-se fazer a preservação de todos os vãos, soleiras, ombreiras e padieiras, de modo a que os mesmos voltassem a ter preponderância no funcionamento estrutural e funcional de cada construção existente. Manteve-se a tipologia original e algumas paredes portantes divisórias , aquando da existência ou pertinência delas, fazendo com que os novos usos se adaptem aos condicionalismos pré-existentes, tal como no projecto da casa de Briteiros, de Fernando Távora.

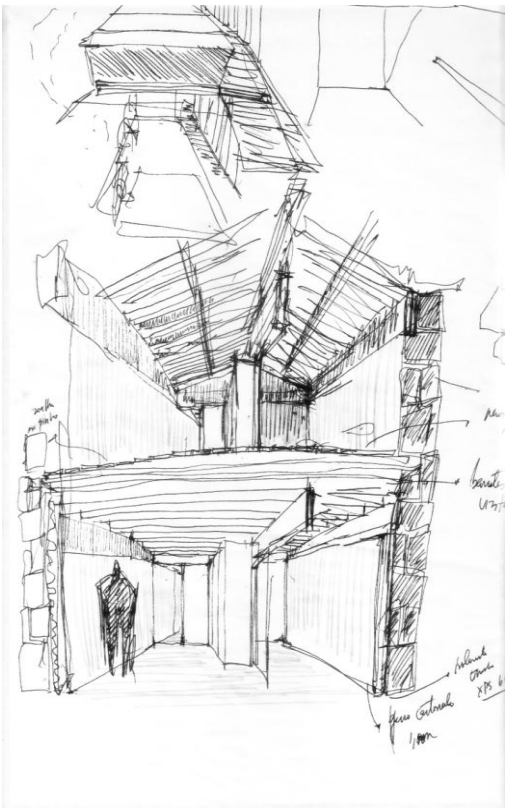


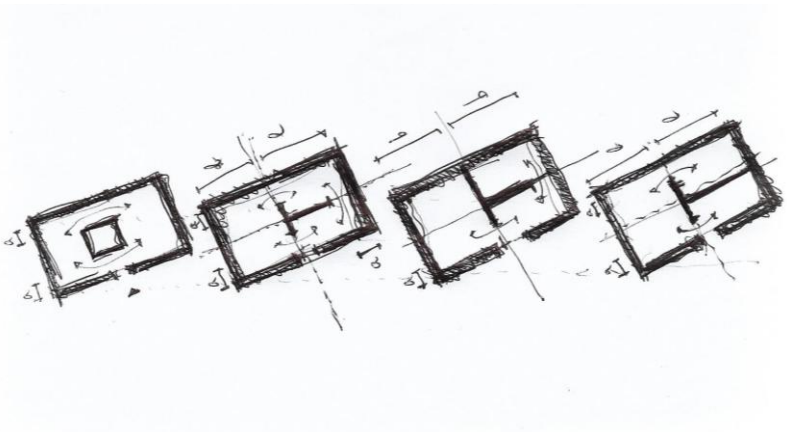
114 - Proposta. Esquema de disposição dos espaços.

Procurou-se respeitar os valores autênticos encontrados e que pudessem continuar activos aquando da introdução das novas funções. Esses elementos de valor dizem respeito às paredes estruturais em alvenaria de granito, assim como os respectivos vãos das fachadas e dos compartimentos interiores respeitando assim a origem tipológica dos edifícios e garantindo uma adaptação do novo programa às existências, ao invés do oposto. Através da leitura histórica tentamos fazer uma reinterpretação do sistema constructivo nas soluções de pavimentos, paredes e coberturas.

Em relação aos pavimentos, optou-se pela betonilha afagada no rés chão de todos os edifícios intervencionados por historicamente ser um piso tratado de forma diferenciado do piso de sobrado. Usualmente em terra e de contacto directo com o exterior, e portanto com maior resistência. Nos piso de sobrado, aquando da existência dele optou-se por um pavimento em pinho, procurando uma leitura de continuidade e de nobreza que estes pavimentos conferiam aos espaços. Procurou-se fazer uma reinterpretação desta antiga aplicação, através do uso de barrotes de secção rectangular à vista no sentido transversal do edifício. Efectuaram-se ainda as respectivas correcções acústicas entre pisos, que devido à natureza e definições do programa, tal era necessário. De acordo com o exposto adequou-se esta solução às actuais exigências de conforto que se colocavam, através de uma camada de betão e de lã de rocha.

Em relação às coberturas dos edifícios, já que o diagnóstico ditou em alguns casos um estado de degradação acentuado e de ruína noutros, procurou-se pelo interior fazer a substituição integral das asnas estruturais em madeira existentes. Como revestimento exterior das coberturas manteve-se uma linguagem identitária conseguida pelo uso da telha, dando continuidade ao uso proveniente da tradição , conseguindo uma coesão de imagem com os restantes edifícios adjacentes e que não serão alvo de intervenção. Uma vez que esses edifícios são em telha marselha, o mesmo se procederá na intervenção proposta privilegiando a concordância do conjunto. Fez-se a substituição das telhas no caso da deterioração provocada por fungos ou de fissuração dos agentes externos. Propõe-se ainda o aproveitamento das telhas que se encontrem em bom estado, como no projecto de Briteiros de Távora.





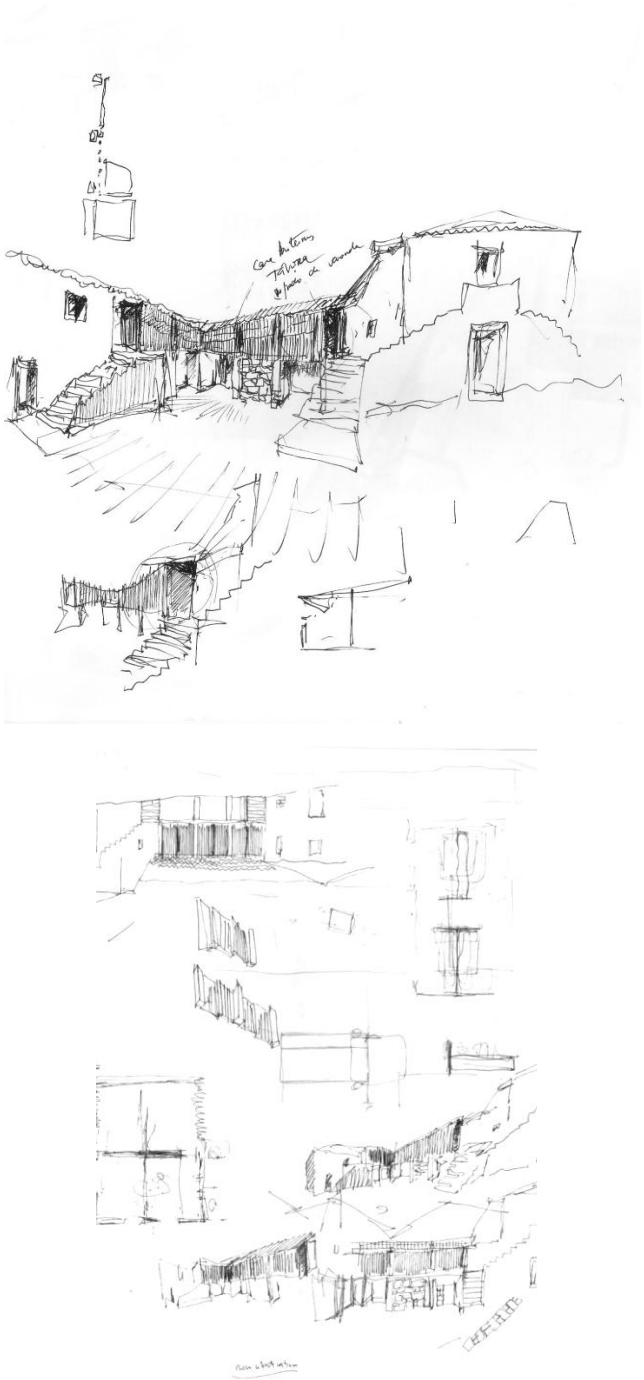
115 - Esquiços de processo.

Tornou-se prioritário responder às exigências de conforto o que levou à correção térmica pelo interior em todos edifícios, uma vez que a maioria das coberturas tinham um sistema constructivo em telha-vã. O processo de desenho ditou uma reinterpretação do antigo sistema constructivo tradicional, privilegiando-se a construção de elementos estruturais em madeira e com revestimento interior em contraplacado de madeira de pinho, fazendo uma referência aos tectos em masseira que eram frequentemente utilizados nos pisos de sobrado em edifícios vernáculos, principalmente em salas.

Nas paredes interiores de cada célula habitacional desenhou-se uma nova camada, assumindo-se simbolicamente a materialização de uma nova fase temporal de intervenção e de correção térmica, buscando referência nos sistemas constructivos tradicionais em argamassas de cal. Utilizaram-se painéis em gesso cartonado com acabamento em cor branca, o que representa um novo *substracto* interior envolvido pela existente *carcaça* exterior das paredes em alvenaria de granito. As paredes divisórias reinterpretam as antigas paredes de tabique, através de estruturas e painéis em contraplacado de pinho.

No caso das escadas em granito existentes associadas às construções, estas continuarão a ter um papel relevante no funcionamento dos mesmos, nomeadamente, na ligação entre pisos, evitando assim a criação de escadas interiores que impliquem uma alteração tipológica. Tal procedimento é tido em conta na pré-existência VI e nas pré-existências III e IV, convertidas agora em células habitacionais.

Tendo em conta uma certa fragilidade das construções existentes evitou-se uma intervenção invasiva, sob pena de não se adequarem a uma linguagem alicerçada numa continuidade de formas culturais encontradas. Em relação à varanda adulterada da pré-existência VI, que foi transformada através de elementos em betão e metal, optámos por intervencioná-la mais uma vez de acordo com a linguagem gramatical. Demoliu-se a actual, desenhando uma ampliada em estrutura de madeira, que surge como prolongamento dos espaços sociais do interior da construção. Projectou-se ainda um ripado em madeira de oclusão para o exterior e no interior efectuou-se o isolamento com um caixilho em madeira.



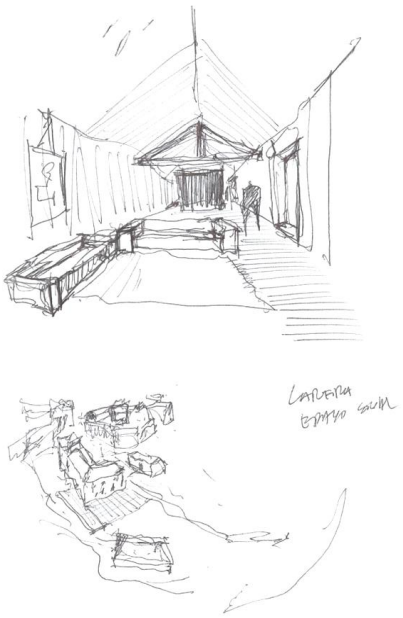
116 - Esquiços de processo.

O tratamento do espaço público, responde às necessidades de mobilidade e acesso ao conjunto. Para tal desenhou-se um caminho de atravessamento do aglomerado rural com tratamento em calçada de granito. Nesse sentido garante-se uma ligação entre os dois pontos de acesso ao núcleo, aquele que se situa à cota alta e o outro a uma cota mais baixa, possibilitando relações de ligação entre os diversos edifícios existentes assim como espaços de permanência propostos no exterior.

A implantação da piscina é feita no sentido do percurso natural da topografia, adaptando-se nesse sentido à mesma, assim como ao movimento do Sol, garantindo o máximo de exposição solar durante o dia. Fica afastada dos edifícios do núcleo e de áreas arbóreas para evitar o seu sombreamento.

A intervenção em Vilar passou por um teste às particularidades da pré-existência, analisando com critério os valores das estruturas de forma a não intervir de modo transformador e massificado respeitando as particularidades históricas a favor destes fragmentos de narrativas. Pretendeu-se sobretudo que a nova função programática fosse compatível com as tipologias encontradas. O novo uso pode não implicar uma alteração na tipologia, na linguagem e matéria do objecto. O projecto de reabilitação pode e deve evitar algumas das ameaças comprometedoras para um edifício com conotações históricas, culturais e sociais de relevância de um património arquitectónico, através da não destruição da remanescente autenticidade e parcial identidade de alguns elementos identitários permanecentes do objecto. A reabilitação poderá então, nesta situação, permitir a salvaguarda do património vernacular de transformações profundas e comprometedoras na relação entre o significado e significante de cada peça arquitectónica.

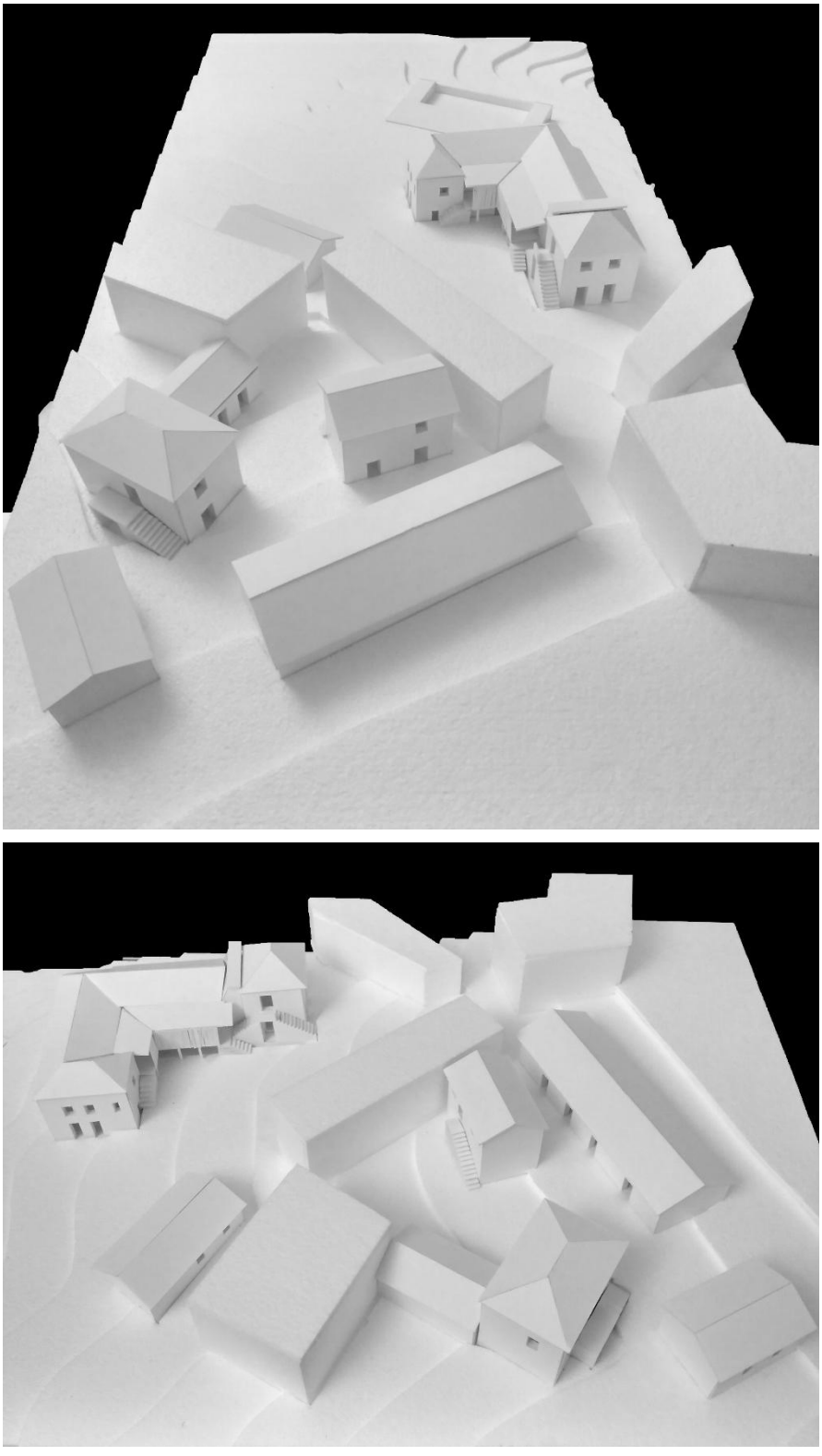
O Lugar de Vilar apesar da adulteração e do êxodo dos seus habitantes transporta no tempo uma panóplia de valores sociais, culturais, etnográficos e económicos susceptíveis de serem transmitidos a gerações futuras. Estes ensinamentos ao serem salvaguardados e aplicados, reflectirão uma intervenção sobre um edificado que poderá constituir uma transformação em continuidade, que mesmo que recorra à demolição ou conservação de elementos, consoante a pertinência, vise a integridade e actualização dos valores como protagonistas na definição e no desempenho dos novos usos. A introdução de um novo programa, ainda que com características idênticas do antecessor, encontra como tal condições de adaptação às pré-existências em termos tipológicos, volumétricos, estruturais,



117 - Esquiços do processo.

e na disposição do espaço público. Optou-se pela concepção de uma linguagem identitária privilegiando, em função da continuidade e da memória colectiva, uma maior integridade bem como a leitura e a reinterpretação de métodos constructivos provenientes da tradição.

118 - Fotografia de maquete de processo.



119 - Fotografias maquete de processo.

120 - Proposta de Intervenção - Pré Existência II.

121 - Proposta de intervenção tipo para Célula - Pré - Existência III.

Considerações finais

Intervir no existente, e concretamente sobre um lugar devoluto, despertou para o reconhecimento, aquisição e reintrodução de valores temporais de cariz tangível e intangível que o estatuto patrimonial veio reconhecer apenas nos finais do século XX, às pré-existências de índole não-urbana, e que como constatado em vários levantamentos locais introduzidos neste trabalho podem estar na iminência de serem esquecidos ou em última instância de desaparecer.

Num tempo em que os processos de urbanização do território visitados anteriormente na dissertação tendem para uma certa homogeneização das culturas e da adulteração das mesmas na própria paisagem, o resgate destes valores tornar-se-á um modo fulcral de estabelecer uma ligação profunda entre a humanidade e o passado na medida em que determina uma narração de continuidade entre o Homem e a sua identidade passada e presente.

Como previamente salientado, o desenvolvimento observado nas últimas décadas estão associados a uma desertificação humana em áreas periféricas da cidade, bem como ao abandono de formas tradicionais da ocupação do solo e seus usos, manifestando-se em profundas alterações e com repercussões significativas de algo que constitui o património vernáculo.

A reabilitação destes espaços e a sua ocupação turística por indivíduos que procurem um contacto mais profundo com esses valores associados à memória e à identidade passada, assume-se como uma forma de utilização destas estruturas, quer pela rentabilidade que lhe está associada, quer pelas vivências e dinâmicas contemporâneas que uma nova forma de habitar introduz.

Por outro lado, este trabalho reforça a ideia de idealizar uma alternativa a processos de uniformização global e portanto cultural, de forma a poder reduzir alguns dos maiores consumos energéticos ou mesmo as aplicações de novos recursos despoletados pela industrialização. Nesse sentido faz-se uma apologia de uma intervenção e de um uso material adaptado através da reinterpretação histórica aliada à utilização de materiais compatíveis com a tradição, e das referidas técnicas constructivas aprimoradas ao longo de várias gerações e que procuravam a melhor apropriação a climas específicos e a territórios peculiares.

A acção de reabilitar torna-se igualmente numa ferramenta valiosa na propaganda e gravação da memória de tempos passados no próprio tempo presente

bem como um meio catalisador de ocupação mais sustentável por parte do Homem no território, uma vez que gere recursos pré-existentes para que eles voltem a poder desempenhar um papel essencial no habitar contemporâneo que acarreta consigo diferentes necessidade e circunstâncias.

Trabalhar com construções de caracter histórico possibilita compreender uma realidade histórica em permanente mutação, que constitui um valioso compêndio cultural das tradições de povos antecessores fazendo destas mesmas construções patrimoniais organismos vivos com capacidade de voltarem a integrar novas formas de habitar.

Índice de Imagens

01 - Ortofotomapas. Localização e aproximação Marco de Canaveses. - https://www.google.pt/maps/place/Marco+de+Canaveses/....17
2 - Planta Orográfica do município. – Peças desenhadas do autor ....**Erro! Marcador não definido.**
03 - Ponte românica -http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2011/07/ 21
04 - Construção de uma ponte nova ao lado da ponte românica, década de 40. -http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2011/07/....21
05 - Igreja e cruzeiro de São Nicolau, Marco de Canaveses, década de 30 -http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2011/07/ 21
06 - As ruínas da cidade romana de Tongóbriga. Marco de Canaveses - arquivo pessoal....23
07 - Trabalhos de recuperação da Muralha Fernandina, Porto, 1936 - http://monumentosdesaparecidos.blogspot.pt/2012/08/....30
08 - Boletim para as obras de restauro da DGEMN da Sé Catedral do Porto - http://www.livrariaalfarrabista.com/?p=1&cat=66....30
09 - Obras de restauro da igreja São Martinho de Cedofeita, década de 30 - http://portoarc.blogspot.pt/2014/04/ 30
10 - Atribuição a Monsanto de "Aldeia mais Portuguesa" de Portugal, Lisboa, 1939 - http://bloguedominho.blogs.sapo.pt/concurso-7-maravilhas-de-portugal-8113634 32
11 - Exposição de Arte Popular Portuguesa, Lisboa, 1936 - https://www.flickr.com/photos/biblarte/sets/72157628791918501/....32
12 - Entrada da Exposição do Mundo Português, Lisboa, 1940 - http://flemingdeoliveira.blogspot.pt/2014/04/exposicao-do-mundo-portugues-lisboa-e.html....34
13 - Capa da publicação da revista "Panorama", 1941 - http://www.ateneulivros.com/website/catalogosmonografia-e-etnografia-artes/ 34
14 - Capa da publicação "Mensário das Casas do Povo", Abril de 1945 - https://ephemerajpp.com/2014/07/03/mensario-das-casas-do-povo/ ..34
15 - Fernando Távora na apresentação do inquérito ao presidente do conselho de ministros Salazar, 1961 - AA.VV, Arquitectura Popular em Portugal....36
16 - Casa-sequeiro, Marco de Canaveses, Zona Minho e Douro Litoral. Inquérito à Arquitectura Popular. 1955-1960 - AA.VV, Arquitectura Popular em Portugal 36
17 - Mapa tipológico do levantamento, Minho e Douro Litoral, IAPP. 1955-1960 - AA.VV, Arquitectura Popular em Portugal....38
18 - Tipologias levantadas, Minho e Douro Litoral, IAPP. 1955-1960 - AA.VV, Arquitectura Popular em Portugal 38
19 - Casa de lavoura, Balazar, Guimarães, IAPP. 1955-1960 - AA.VV, Arquitectura Popular em Portugal 38
20 - Casa na rua Ciríaco Cardoso, Porto, Raul Lino, 1930. Publicada em "Casas Portuguesas" - http://penaeespada.blogspot.pt/2014/04/ 40
21 - Património construído herdado, Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....42
22 -Rio de Onor, Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960. - AA.VV, *Arquitectura Popular em Portugal*....44
23 - Pitões das Júnias. Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960. - AA.VV, *Arquitectura Popular em Portugal*....44
25 - Miranda, Sendim. Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960....46
24 -Pitões de Júnias. Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal. 1955-1960....46
26 - Lugar de Vilar. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....54
27- A cabana de Heidegger, Todtnauberg, Alemanha, 1922. - http://www.cabinetmagazine.org/issues/25/durantaye.php....56
28 - Capela Bruder Klaus , Mechemich, Alemanha , Peter Zumthor, 2007. - http://www.archdaily.com/106352/bruder-klaus-field-chapel-peter-zumthor 58
29 - "Playtime", Jacques Tati, 1967. - https://www.theguardian.com/film/2014/oct/24/jacques-tati-playtime-intensely-complex-life-affirming-comedy....60
30 - Vertical City, Ludwig Hilberseimer, 1924. - http://www.aggregat456.com/2010/10/ 60
31 - Núcleo rural de Quintã, Baião. -arquivo pessoal 62
32 - Esquema de povoamento de montanha, IAPP. 1955-1960. - AA.VV, *Arquitectura Popular e Portugal* 64
33 - Esquema de ocupação de povoamento disseminado, IAPP. 1955-1960. - AA.VV, *Arquitectura Popular e Portugal* 64
34 - Esquema de povoamento concentrado, IAPP. 1955-1960. - AA.VV, *Arquitectura Popular e Portugal*....64
35 - Núcleo rural de Quintã. Baião. - arquivo pessoal 66
36 - Sequeiro, Aldeia de Fontes. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....68
37 - Núcleo rural de Currais desabitado. Baião. - arquivo pessoal 70
38 - Casa em Tuías, Marco de Canaveses. Fotografia publicada em Inquérito à habitação rural.1943 - BASTO, BARROS, *Inquérito à habitação rural*....72
39 - Casa em Tuías, Marco de Canaveses. Fotografia publicada em Inquérito à habitação rural.1943 - BASTO, BARROS, *Inquérito à habitação rural*....72
40- Núcleo rural de Currais, Baião. - arquivo pessoal 74
41 - Aldeia de Fontes. Habitação. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....76
42 - Tongóbriga. Habitação. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....76
43 - Aldeia de Fontes. Habitação. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....76
44 - Picota . Celeiro. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....76
47 - Casa dos Arcos. Rio de Galinhas, Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....78
45 - Núcleo de São Nicolau, Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....78
46 - Povoação Grande, Marco de Canaveses. - arquivo pessoal 78
48 - Núcleo rural de Currais. Baião. - arquivo pessoal 78
49- Exemplo de Lagar. Casa dos Arcos. - arquivo pessoal....80
50 - Varanda. Área arqueológica de Tongóbriga. - arquivo pessoal 80
51 - Exemplo de Varanda. Núcleo de Quintã. - arquivo pessoal....80
52 - Exemplo de Manjedoura. - arquivo pessoal....80
53 - Ilustração de cozinha com lareira e forno adjacente. Publicado em Arquitectura Tradicional Portuguesa. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*....82
54 - Ilustração de tipos de chaminé-torre. Publicado em Arquitectura Tradicional Portuguesa. - GALHANO, VEIGA DE OLIVEIRA, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*....82
55 - Ilustração de tipos de telha-vã. Publicado em Arquitectura Tradicional Portuguesa. - GALHANO, VEIGA DE OLIVEIRA, *Arquitectura Tradicional Portuguesa*....82
56 - Casa-sequeiro. Aldeia de Fontes. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....84
57 - Interior de sala com tecto em masseira. Quinta do Outeiro. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....84
58 - Interior de sala. Casa em Picota. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....84
59 - Canastro em Covas de Cimas. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....86
60 - Eira e varanda. Casa dos Arcos. - arquivo pessoal....86

61 - Marcoshopping. Centro Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....90
62 - Acréscimo de uma garagem para o automóvel, Tuías, Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....92
63 - Tradição e ruptura. Centro do município Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....92
64 - Centro do município Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....92
65 - Centro do município Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....92
66 - Centro do Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....94
67 - As expectativas de um casal emigrante português em França de regressar às origens. " A Gaiola Dourada", Ruben Alves, 2013. - https://eusoucinemapt.blogspot.pt/2013/08/la-cage-doree.html....96
68 - Igreja Sta Maria de Fornos. Álvaro Siza. 1996. - http://www.archdaily.com.br/br/01-56992/classicos-da-arquitetura-igreja-de-santa-maria-alvaro-siza....100
69- # 69 1- Calçada do Souto; 2- Quinta Várzea de Cima; 3 - Casa da Picota; 4- Casa do Outeiro; 5 - Lugar de Vilar; 6- Casa de Telhe; 7 - Casa Quinta do Cão; 8- Casa Vila Cete e Gondomil. - peças desenhadas do autor....102
70 - Construção obsoleta, Pousadouros. Marco de Canaveses. - arquivo pessoal....112
71 - Casa da Eira. Moledo do Minho. Álvaro Siza. - http://www.casadaeira.com/en/content/houses....114
72 - Palheiro. Cortegaça. João Mendes Ribeiro. - http://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro....116
73 - Varanda e dispositivos de oclusão. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989. - http://www.predibisa.com/imovel/1733/quinta/....118
74 - Ligação entre volumes. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989. - https://arquivoatom.up.pt/index.php/casa-da-quinta-da-cavada....118
75 - Quinteiro. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989. - https://arquivoatom.up.pt/index.php/casa-da-quinta-da-cavada....118
76 - Planta Piso 00 e 01. Casa Quinta da Cavada. Fernando Távora, 1989. - TRIGUEIROS, *Fernando Távora*....118
77 - Alçado de construção. Pousada de São Pedro. Cidade Velha. Álvaro Siza, 2000. - http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/imagePopUp.php?id=39560....120
78 - Pousada de São Pedro. Cidade Velha. Álvaro Siza, 2000. - https://bichinhodasviagens.blogspot.pt/2010/12/pousada-de-s-pedro-reconstruida-pelo.html....120
81 - Corredor acesso quartos, Pousada Sta. Maria do Bouro. Eduardo Souto de Moura, 1994. - http://www.archdaily.com.br/br/769336/....122
80 - Quarto-tipo. Pousada Sta. Maria do Bouro. Eduardo Souto de Moura, 1994. - http://www.archdaily.com.br/br/769336/....122
79 - Planta Quarto-tipo. Pousada Sta. Maria do Bouro. Eduardo Souto de Moura, 1994. - http://www.archdaily.com.br/br/769336/....122
82 - Interior da sala, Palheiro. João Mendes Ribeiro, 2000. - http://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/....124
83 - Esquiços de autor, Palheiro. Joao Mendes Ribeiro, 2000. - http://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/....124
84 - Vista exterior, Palheiro. João Mendes Ribeiro, 2000.- http://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-palheiro-em-cortegaca-joao-mendes-ribeiro/....124
87 - Vista exterior do conjunto, Vidago, Nuno Graça Moura, 2013. - https://divisare.com/projects/261028-nuno-graca-moura-rural-house-refurbishment....126
86 - Planta Piso 01. Vidago. Nuno Graça Moura, 2013. - https://divisare.com/projects/261028-nuno-graca-moura-rural-house-refurbishment..126
85 - Reabilitação Celeiro. Vidago. Nuno Graça Moura, 2013. - https://divisare.com/projects/261028-nuno-graca-moura-rural-house-refurbishment....126
90 - Planta Piso 00, Paços de Sousa, AND_RÉ, 2011. - https://www.archdaily.com.br/br/01-184750/quinta-do-lobo-branco-slash-and-re....128
88 - Volume que constitui habitação de um dos proprietários, Paços de Sousa, AND_RÉ, 2011. - arquivo pessoal....128
89 - Volume que alberga espaços sociais e quartos de hóspedes, Paços de Sousa, AND_RÉ, 2011. - arquivo pessoal....128
91 - Entrada no Lugar de Vilar. - arquivo pessoal....132
92 - Ortofotomapas. Aproximação Lugar de Vilar entre o rio Tâmega a Sul e Douro a Norte respectivamente. https://www.google.pt/maps/place/Marco+de+Canaveses/....134
93 - Levantamento de existente. Plantas de Coberturas e Piso 01, respectivamente. - peças desenhadas do autor....135
94 - Levantamento do existente. Plantas do Piso 00 e Piso -01 respectivamente. - peças desenhadas do autor....136
95 - Fotografias do levantamento do existente: Construções à face da estrada. - arquivo pessoal....137
96 - Fotografias do levantamento do existente. - arquivo pessoal....138
97 - Fotografias do levantamento do existente: Celeiro obsoleto a intervir e construções actualmente habitadas. - arquivo pessoal....139
98 - Fotografias do levantamento do existente: construção em tipologia L e Canastro obsoleto. - arquivo pessoal....140
99 - Alvenaria ordinária. Celeiro. Lugar de Vilar. - arquivo pessoal....142
100 - Estrutura em granito de suporte de varanda, Lugar de Vilar.- arquivo pessoal....144
101 - Levantamento fotográfico de espaços interiores a intervir: interior de celeiro, salas e um quarto respectivamente. - arquivo pessoal....146
102 - Levantamento fotográfico do existente: Interior de Cozinha, Canastro, Estrutura Granítica, Porta de uma corte. - arquivo pessoal....148
103 - Levantamento fotográfico do existente: Loja, Chaminé-torre, Varanda, Alvenaria Ordinária de Granito. - arquivo pessoal....150
104 - Localização e denominação do existente a intervir.- peças desenhadas do autor....154
105 - Levantamento fotográfico da antiga cozinha.- arquivo pessoal....156
106 - Levantamento fotográfico do antigo celeiro. - arquivo pessoal....158
107 - Levantamento fotográfico da antiga habitação. - arquivo pessoal....160
108 - Levantamento fotográfico de antiga habitação. - arquivo pessoal....162
109 - Levantamento fotográfico de antiga corte e muro definidor do quinteiro. - arquivo pessoal....164
110 - Levantamento fotográfico de antiga habitação em tipologia L. - arquivo pessoal....166
111 - Levantamento fotográfico das dependências agrícolas do piso inferior. Habitação tipologia L : Lagar, Loja, e Adega respectivamente .- arquivo pessoal....168
112 - Levantamento fotográfico da antiga habitação de caseiros. - arquivo pessoal....170
113 - Terrenos adjacentes. Lugar de Vilar. - arquivo pessoal....172
114 - Proposta. Esquema de disposição dos espaços. - arquivo pessoal....176
115 - Esquiços de processo. - peças desenhadas do autor....178
116 - Esquiços de processo. - peças desenhadas do autor....180
117 - Esquiços do processo. - arquivo pessoal....182

Bibliografia

AA. VV.; Marco de Canaveses. Entre o douro e o Tâmega, onde começa o Marão; Paços de Ferreira: Anegia Editores, 1997

AA.VV.; Arquitectura Popular em Portugal; Lisboa, Ordem dos Arquitectos, 1998

ÁBALOS, Inaki; A boa-vida, visita às casas da modernidade; Barcelona, Gustavo Gili, 2008

AGUIAR, José; **CABRITA**, A.M. Reis, **APPLETON**, João; Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais; Volume 1, Lisboa , L.N.E.C., 2002

AGUIAR, José; **CABRITA**, A.M. Reis, **APPLETON**, João; Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais; Volume 2, Lisboa , L.N.E.C., 2005

AGUIAR, José; Cor e cidade histórica- Estudos Cromáticos e Conservação do Património; FAUP Publicações, Porto, 2002

AUGÉ, Marc; Não-Lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade; Editora 90, Lisboa, 2005

APPLETON, João, Reabilitação de Edifícios Antigos, Patologias e tecnologias de intervenção; Edicões Orion, Lisboa, 2003

BASTO, Eduardo Alberto de Lima, **BARROS**, Henrique de; Inquérito à habitação rural; Lisboa : Universidade Técnica, 1943

CARDOSO, Isabel Lopes; Paisagem e Património; Porto, Dafne, 2013

DIAS, Lino Augusto Tavares; Tongóbriga; Lisboa, 1997

DOMINGUES, Álvaro; Vida no campo; Porto, Dafne, 2011

DOMINGUES, Álvaro; A Rua da Estrada; Porto, Dafne, 2009

ESPOSITO, Antonio, LEONI, Giovanni; Eduardo Souto de Moura; Electra Architecture, 2003

FRAMPTON, Kenneth; Modern architecture: a critical history; Gustavo Gili, Barcelona, 1986

GOITIA, Fernando Chueca; Breve Historia do Urbanismo; Editorial Presença, Lisboa, 1982

LEAL, João; Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional; 1ªedição, Dom Quixote , Lisboa, 2000

LOBO, Vasco, **MATA ANTUNES**, Alfredo; Problemas actuais da pequena habitação rural; D.G.S.U., Coimbra, 1960

LOPEZ, Hernandez; Eduardo Souto de Moura: Temi di Progetti/Themes for Project; Skira, Milão, 2008

MACHADO, José Luís Pinto; Alguns problemas do mundo rural português; CEUHEDP, Lisboa, 1965

MALPAS, Jeff; Heidegger´s topology: being, place, world; MIT Press, Massachusetts, 2008

MATTOSO, José; A identidade Nacional; Gradiva Publicações, 2ª edição, 2001

MATTOSO, José, **DAVEAU**, Suzanne, **BELO**, Duarte; Portugal, O sabor da terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões; Temas e Debates, 2010

MENÉRES, António, **MESQUITA**, João Mário; Dos anos do inquérito à arquitectura regional portuguesa; Porto: FAUP, 2006

MENÉRES, António; Arquitecturas populares: memórias do tempo e do património construído; Arcos de Valdevez, CMAV, 2013

MONTANER, Josep; A Modernidade Superada: arquitectura, arte e pensamento do século XX; Gustavo Gili, Barcelona, 2001

MONTEIRO, Emília; Monografia do Marco de Canaveses, Passado e Presente; Volume I, Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1996

MONTEIRO, Emília; Monografia do Marco de Canaveses, Século e Meio de História; Volume II, Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1997

MONTEIRO, Emília; Monografia do Marco de Canaveses, 180 anos; Volume III, Câmara Municipal do Marco de Canaveses,2012

MONTEIRO, Emília; Monografia do Marco de Canaveses, 150 anos; Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 2002

NORBERG-SCHULZ, Christian; Existencia, Espacio y Arquitectura; 1ª edição, Blume, Barcelona, 1975

NORBERG-SCHULZ, Christian; Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture, 1ª edição, Rizzoli, 1980

OLIVEIRA JORGE, Vítor; Conservar para quê?; Publicações FLUP, Porto, 2005

PALLASMAA, Juhani; Os olhos da pele - A arquitectura e os sentidos; Artmed, 2009

PACHECO, Hélder; Portugal: Património cultural popular; 1ª ed. - Porto : Areal, 1985

PORTAS, Nuno; Políticas urbanas: transformações, regulações e projectos; Lisboa: Gulbenkian, 2011

RIBEIRO, Orlando; Portugal, O mediterrâneo e atlântico: esboço de relações geográficas; Livraria Sá da Costa, 6ª Edição, 1991

RUDOFSKY, Bernard; Architecture without architects: a short introduction to non-pedigreed architecture; Universidade do Novo México, 1995

SHARR, Adam; La cabaña de Heidegger: un espacio para pensar ; Barcelona, Gustavo Gilli, 2009

SILVA, João Belmiro; Marco de Canaveses: um olhar sobre o património. Da Pré-história à época Medieval; Volume I, 1ª ed. - Paços de Ferreira, Anégia, 2000

SIZA, Álvaro; Imaginar a evidência; Lisboa, Edições 70, 2012

TÁVORA, Fernando; Da organização do espaço; Porto, FAUP Publicações,1993

TANIZAKI, Junichiro; O elogio da sombra; Lisboa: Relógio d'água, 2008

TÁVORA, Fernando; Textos de Fernando Távora, O problema da casa Portuguesa; Porto, FAUP Publicações,1996

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa, **BELÉM**, Margarida da Cunha; Diálogos de Edificação, técnicas tradicionais de construção; CRAT, Porto, 1998

TOMÉ, Miguel; Património e restauro em Portugal (1920-1995), Publicações FAUP, Porto, 2002

TOSTÕES, Ana; Os Verdes anos na arquitectura portuguesa dos anos 50, 2ª edição, Porto: Publicações FAUP, Porto, 1997

TRIGUEIROS, Luiz; Fernando Távora, Lisboa: Editorial Blau, 1993

VEIGA DE OLIVEIRA, Ernesto, GALHANO, Fernando; Arquitectura Tradicional Portuguesa; Publicações Dom Quixote, 1992

ZUMTHOR, Peter; Pensar a arquitectura; Gustavo Gili, Barcelona, 2005

Conferências, artigos e publicações periódicas:

ALVES COSTA, Catarina, Siza Vieira- o arquitecto e a cidade Velha, Midas Filmes, Lisboa, 2007

EUAC Colóquio: Inquérito à Arquitectura Popular, Universidade de Coimbra: https://www.youtube.com/watch?v=2YHQI1va9IA

FIGUEIRA, Jorge, **CANTO MONIZ**, Gonçalo, Joelho, Departamento de Arquitectura de Faculdade de Ciências de Universidade de Coimbra, 2010

LEAL, João, Arquitectos, engenheiros, antropólogos. Estudos sobre a arquitectura popular no séc. XX português, Porto: Fundação Instituto Arquitecto Marques da Silva, 2008

Cartas e Convenções

Carta de Atenas do Restauro, 1931

Recomendação de Paris, 1962

Carta de Veneza, 1964

Carta de Amesterdão, 1975

O apelo de Granada, 1976

Carta sobre o Património Construído Vernáculo, 1999

Carta de Cracóvia, 2000

Agradecimentos

À Faculdade da Arquitectura da Universidade do Porto,

À Professora Doutora Raquel Geada Paulino,

Aos meus Pais, irmã, tia e família,

Aos amigos Célia, Ivo, Gisela, Alberto, Nuno, Rui, Filipa, Catarina, Andreia P., Andreia R.

Obrigado

INTERVIR NO EXISTENTE. O LUGAR DE VILAR

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Volume II

PEÇAS DESENHADAS

Planta de Alterações_P01_P00_P-01	**00**
Planta de Cobertura	**01**
Planta de Piso 01	**02**
Planta de Piso 00	**03**
Planta de Piso -01	**04**
Perfis	**05**
Célula Tipo - Detalhes Gerais de Construção	**06**

a manter a demolir a construir

Legenda Geral:

limite intervenção indicação de corte

designação Intervir no existente. O Lugar de Vilar

conteúdo **Planta de Alterações_P01_P00_P-01**

data Setembro de 2017 folha

escala **1:200** **00**

Legenda Geral:

limite intervenção _ _ _ _ _ _ _ _

indicação de corte

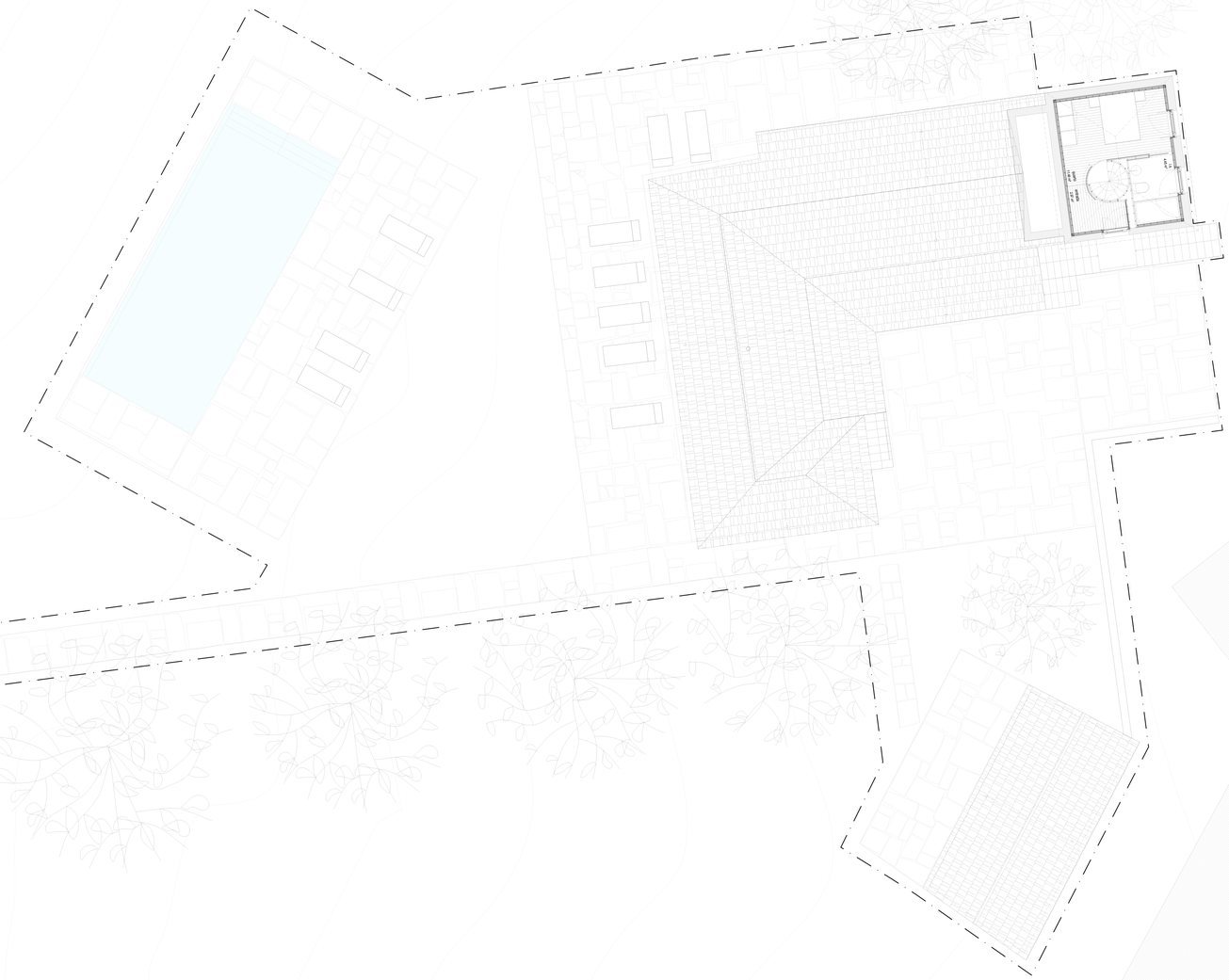
designação Intervir no existente. O Lugar de Vilar

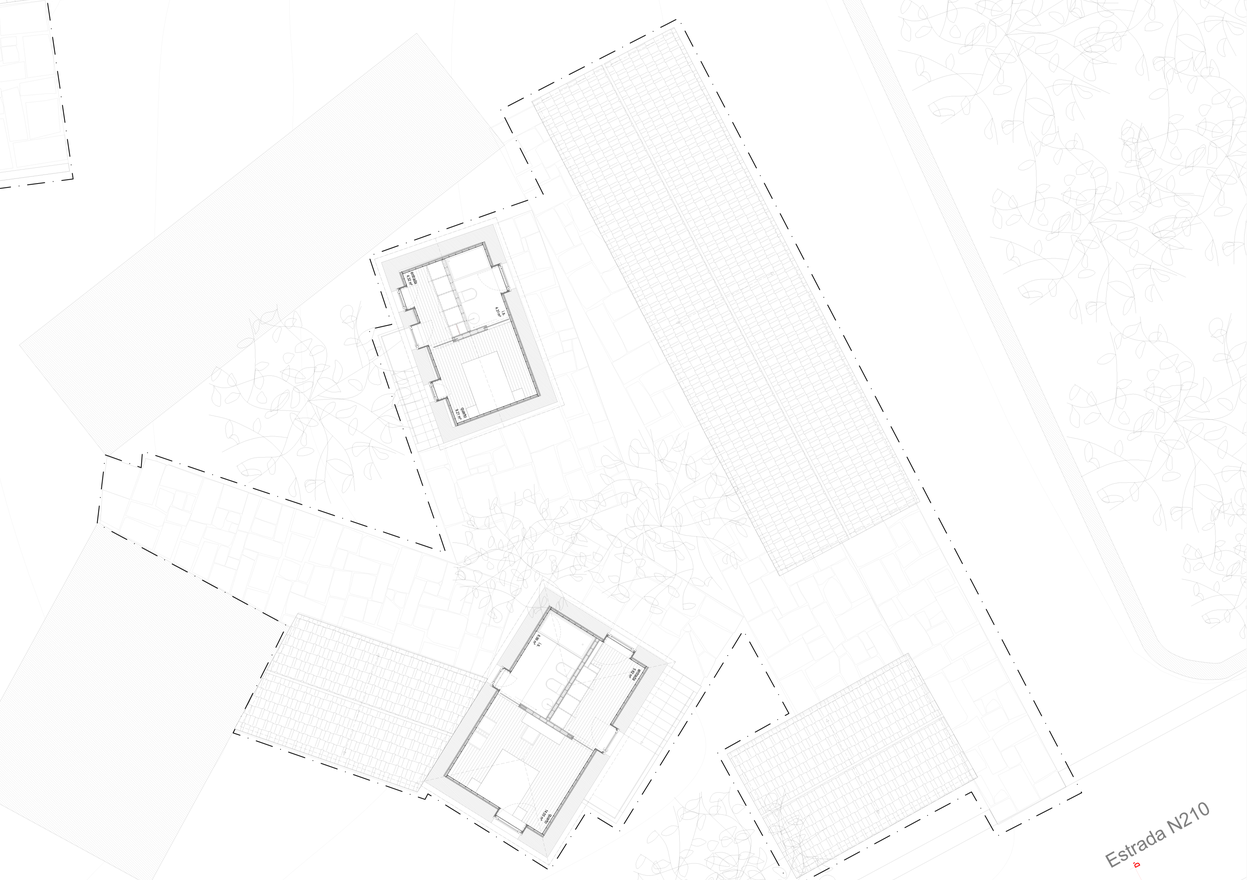
conteúdo **Planta de Coberturas**

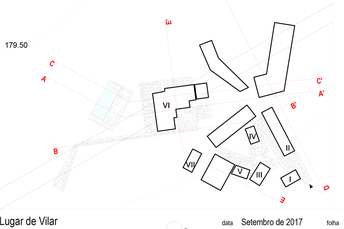
data Setembro de 2017

escala **1:100**

folha **01**







Legenda Geral:

limite intervenção

indicação de corte

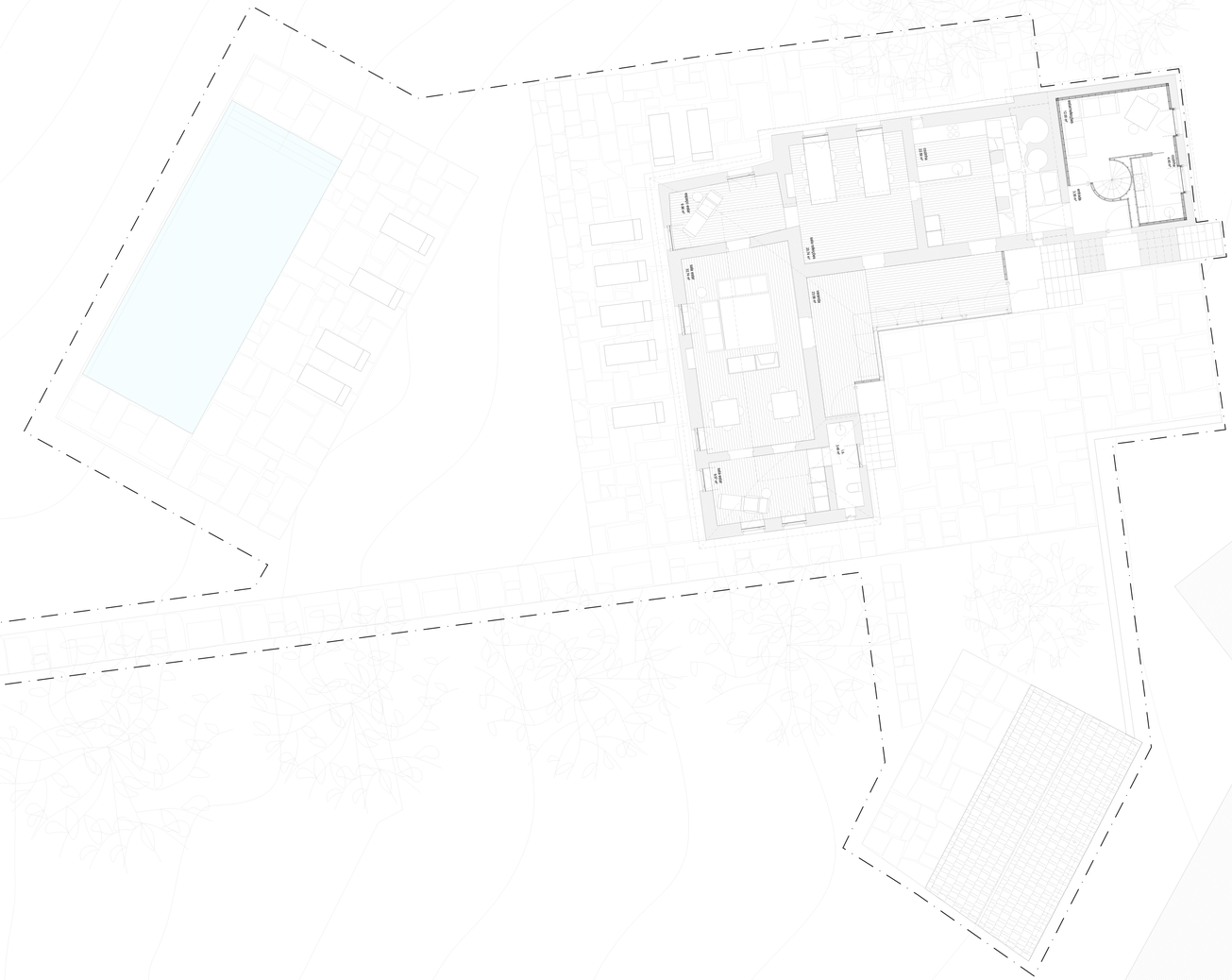
designação Intervir no existente. O Lugar de Vilar

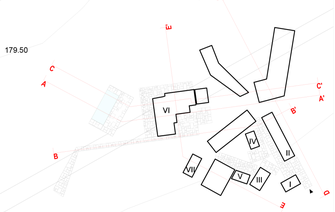
conteúdo **Planta Piso 01_ cota 182,00m**

data Setembro de 2017

escala **1:100**

folha **02**





Legenda Geral:

limite intervenção _ _ _ _ _ _ _ _ indicação de corte

designação Intervir no existente. O Lugar de Vilar

conteúdo **Planta Piso 00_cota 179,00m**

data Setembro de 2017 folha **03**

escala **1:100**

Legenda Geral:

limite intervenção

indicação de corte

designação Intervir no existente. O Lugar de Vilar

conteúdo **Planta Piso -01_cota 176,50m**

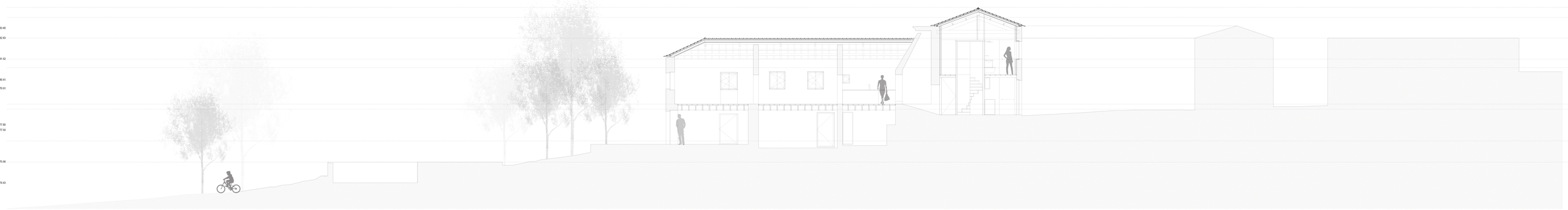
data Setembro de 2017

escala **1:100**

folha **04**

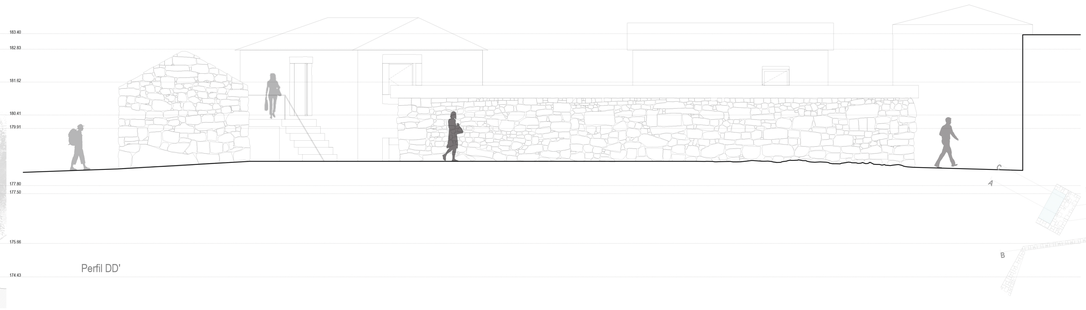
Perfil AA'

Perfil BB'



Perfil CC'

Perfil EE'



Perfil DD'

Legenda Geral:

limite intervenção _ _ _ _ _ _ _ _ indicação de corte

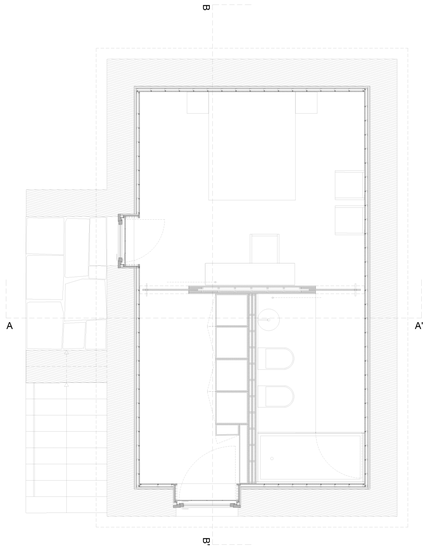
designação Intervir no existente. O Lugar de Vilar

conteúdo Perfis

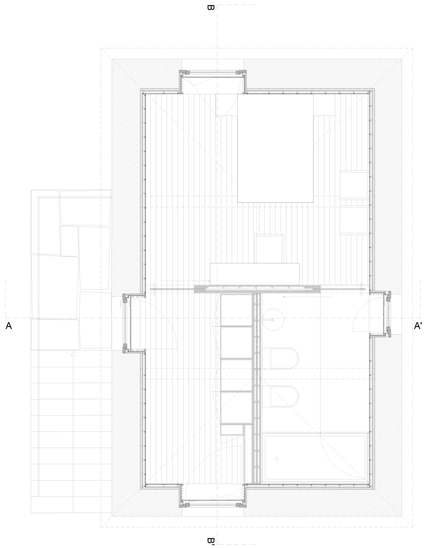
data Setembro de 2017

escala 1:100

folha 05

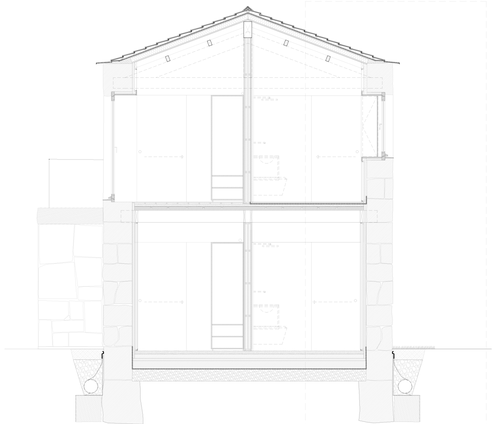


Pré-Existência III
Planta Piso 00
Escala 1:50

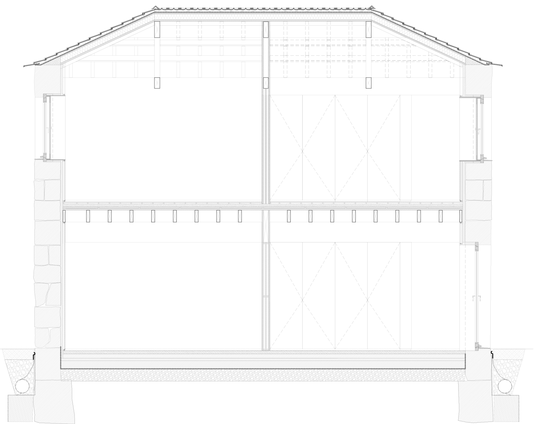


Pré-Existência III
Planta Piso 01
Escala 1:50

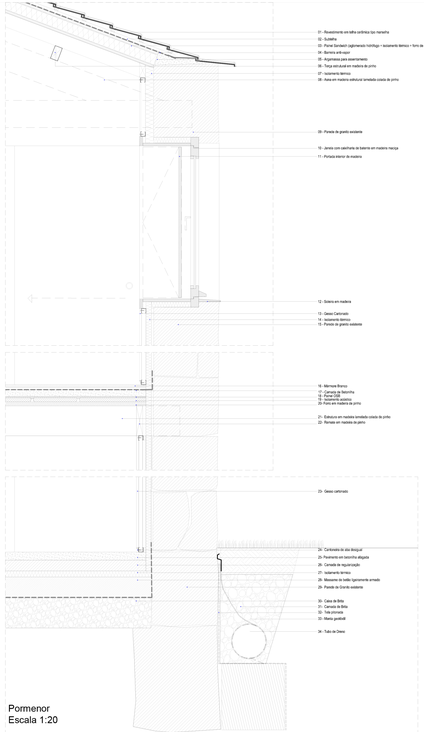
Pormenor
Escala1:20



Perfil Transversal AA'
Escala 1:50



Perfil Longitudinal BB'
Escala 1:50



Pormenor
Escala 1:20

designação Intervir no existente. O Lugar de Vilar
conteúdo **Célula tipo_Detalhes Gerais de Construção**

data Setembro de 2017
escala **1:50_1:20**

folha **06**